

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2005



SEPPIR



| | |
|--|----|
| Apresentação..... | 6 |
| 1. A Política de Promoção da Igualdade Racial..... | 8 |
| 1.1 Marcos para construção da política..... | 8 |
| 1.2 Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial..... | 12 |
| 2. Ações desenvolvidas em 2005..... | 15 |
| 2.1 Políticas para remanescentes de quilombos..... | 15 |
| 2.2 Ações afirmativas..... | 28 |
| 2.2.1 Educação e cidadania..... | 29 |
| 2.2.2 Desenvolvimento, trabalho e geração de renda..... | 33 |
| 2.2.3 Saúde e qualidade de vida..... | 37 |
| 2.2.4 Diversidade cultural e combate à intolerância religiosa..... | 39 |
| 2.2.5 Segurança alimentar e nutricional..... | 42 |
| 2.2.6 Segurança pública e ordenamento jurídico..... | 43 |
| 3. Políticas de relações exteriores..... | 46 |
| 4. Perspectivas..... | 53 |
| Anexos..... | 54 |



SIGLAS USADAS NESTE RELATÓRIO

Abert – Associação Brasileira de Rádio e Televisão
Acnur – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
Anpir - Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial
ANTD - Agenda Nacional do Trabalho Decente
Arpen - Associação dos Registradores de Pessoas Naturais de São Paulo
Anaad - Associação Nacional dos Advogados Afrodescendentes
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
Ceap – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas
Cedaps – Centro de Promoção da Saúde Baixada Santista
Ceert – Centro e Estudos das Relações do Trabalho e da Desigualdade
CEF - Caixa Econômica Federal
Cidan - Centro Brasileiro de Documentação do Artista Negro
CNPIR - Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conapir - 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conjuv - Conselho Nacional da Juventude
DFID - Departamento do Governo Britânico para o Desenvolvimento
FCP- Fundação Cultural Palmares
FDIM – Federação Democrática Internacional e Mulheres
Fipir - Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fundep - Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
Ibam - Instituto Brasileiro de Administração Municipal
Ildes - Fundação Friedrich Ebert
Inkra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Itesp - Instituto de Terras de São Paulo
Inspir - Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRBR – Instituto Rio Branco
Mcidades - Ministério das Cidades
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MD – Ministério da Defesa
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ME – Ministério do Esporte
MEC - Ministério da Educação
Mesovales – Agência de Desenvolvimento da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
MinC - Ministério da Cultura



MJ – Ministério da Justiça
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS - Ministério da Previdência Social
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MS - Ministério da Saúde
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
MTur – Ministério do Turismo
OIT - Organização Internacional do Trabalho
Opas - Organização Pan-Americana de Saúde
PBQ - Programa Brasil Quilombola
PCRI – Programa de Combate ao Racismo Institucional
Peti – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
Pnaq – Programa Nacional de Alimentação Quilombola
PNE – Plano Nacional de Educação
PNPIR - Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PPA - Plano Plurianual
Pnud - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Sape - Sociedade Agreense de Proteção Ecológica
Seap - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca
Secad – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos
SG-PR – Secretaria-Geral da Presidência da República
SPM – Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
Seppir - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Uerj – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Ufal – Universidade Federal de Alagoas
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UnB – Universidade de Brasília
Uneb – Universidade Estadual da Bahia
Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Tecnologia
Unifem – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
Unifesp – Universidade Federal de São Paulo
Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros



APRESENTAÇÃO

*Viver é muito perigoso... Porque aprender a viver é que é o viver mesmo...*¹

Finalizamos um período intenso de realizações, o terceiro ano de uma gestão inovadora no que diz respeito à construção de ações no campo da igualdade racial nas políticas públicas, de maneira transversal. Assim, apresentamos o 3º Relatório de Atividades da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), com a sistematização das ações desenvolvidas no último ano, em três partes:

- A Política de Promoção da Igualdade Racial
- As ações desenvolvidas em 2005
- As considerações finais e perspectivas para 2006

Entre as várias iniciativas, destaca-se a instituição de 2005 como Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Anpir), com o intuito de intensificar as articulações que buscam ampliar o debate sobre a necessidade de implementação de políticas nessa área.

Essa medida potencializou o trabalho conjunto da administração pública, no âmbito federal, estadual e municipal. Como desdobramento, houve um expressivo crescimento do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir), criado pela Seppir em 2004, a partir da adesão de órgãos governamentais, e uma reconfiguração do trabalho. Além disso, fortaleceu-se a relação de órgãos públicos e da sociedade civil com empresas públicas e privadas.

Neste ano, a Seppir e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) realizaram a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), no período de 30 de junho a 2 de julho. A ação expressa o coroamento histórico da luta social, considerando como marcos a Marcha Zumbi – Pela Cidadania e pela Vida, realizada em 1995, em Brasília, e o processo desencadeado pela participação do Brasil na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, em Durban, em 2001. Por meio da 1ª Conapir, o governo federal convocou de maneira ampla e institucional a sociedade civil para discutir e encaminhar propostas de políticas que dêem conta das desigualdades relacionadas às questões étnicas que envolvem negros, indígenas, ciganos, árabes, palestinos e judeus.

Todo o processo está registrado no Relatório Final da 1ª Conapir, que foi a base para a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. A esse novo instrumento, somam-se os planos estaduais de várias localidades e regiões do país, em fase de elaboração.

Por parte da sociedade civil, foram realizadas ainda, após a 1ª Conapir, duas versões da Marcha Zumbi + 10 – Pela Vida e a Cidadania, em Brasília, nos dias 16 e 22 de novembro, que reeditaram a marcha com o mesmo nome ocorrida em 1995. Essas mobilizações tiveram o intuito de apresentar ao governo federal reflexões, críticas e proposições sobre a implementação da política de promoção da igualdade racial. A Seppir articulou, junto à Secretaria-Geral da Presidência da República e ao gabinete da Presidência da República, a recepção das coordenações das marchas em duas audiências com o presidente Lula, o que coloca a esta Secretaria a responsabilidade de continuar o diálogo. O momento sinaliza a disposição do governo federal para atuar conjuntamente com a sociedade civil, particularmente o movimento negro,

¹ Guimarães Rosa, em *Grande Sertão Veredas*.



além de assimilar elementos de avaliação das medidas executadas e fortalecer as ações de promoção da igualdade racial.

O debate sobre as políticas de ações afirmativas amplia-se na sociedade, seja pelas posições favoráveis ou contrárias, o que ficou mais evidente quando da aprovação do Projeto de Lei (PL) Estatuto da Igualdade Racial, em novembro de 2005, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, e também a partir da tramitação do PL que prevê reserva de vagas nas universidades públicas para alunos oriundos das escolas públicas, com consideração dos negros e indígenas². A repercussão do tema e as ações relativas à promoção da igualdade racial, em âmbito nacional, demonstram a rearticulação da sociedade brasileira, tendo em vista a inclusão social e racial.

A execução das políticas de igualdade racial torna-se cada vez mais intensa. Deve-se considerar que essa será uma tarefa duradoura, pois desvendam-se caminhos e formas para transversalizar a inclusão social e racial no conjunto dos organismos e políticas do governo federal e dos governos locais. Em paralelo, ampliam-se e tornam-se mais complexas as necessidades apontadas pela própria administração pública e pelos movimentos sociais.

Essa construção nos faz vivenciar, a cada dia, a frase de Riobaldo, personagem de Guimarães Rosa - "Viver é muito perigoso". Acrescentamos, porém, que traz recompensas, descobertas e novos desafios! Nossa intenção é que este Relatório seja um instrumento de informação capaz de contribuir para o debate e a ação pública, por parte de governos e da sociedade civil, rumo a um país democrático e igualitário.

Ministra Matilde Ribeiro
Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

² Os dois projetos de lei, após votação, se aprovados deverão ser sancionados pelo presidente da República.



1 - A POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

1.1 –MARCOS PARA A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial foi criada pela Medida Provisória nº 111, em 21 de março de 2003, transformada na Lei nº 10.678, em 23 de maio do mesmo ano³. Inaugurando uma nova página no tratamento dispensado pelo Estado brasileiro quanto às iniquidades resultantes da discriminação e das desigualdades raciais, a criação deste órgão explicita as diretrizes governamentais para o enfrentamento do racismo.

Entre desafios e ineditismos, instituiu-se a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), em 20 de novembro de 2003, por meio do Decreto nº 4.886, que propõe ações exequíveis em longo, médio e curto prazos. Dessa forma, a promoção da igualdade racial foi absorvida pelo Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, no capítulo “Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais”, com o desafio de “promover a redução das desigualdades raciais”⁴.

Pode-se afirmar que houve avanços: 2003 foi o período de estruturação da Secretaria; em 2004 foram estabelecidas prioridades, sobretudo no que diz respeito aos Quilombos e às Ações Afirmativas; e 2005 trouxe a concretização e o fortalecimento do conjunto das políticas. A expectativa é que 2006 e os anos vindouros ampliem e efetivem uma ação sistemática de políticas públicas inclusivas, em todos os âmbitos.

Nesse intuito, 2005 foi instituído o Ano Nacional da Promoção da Igualdade Racial, por meio de decreto publicado em 31.12.04. O ano teve como proposição o desenvolvimento das prioridades estabelecidas em 2003 e 2004; das formulações do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir); do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR); e da Campanha da Diversidade.

Os grandes destaques foram a realização da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial; os processos preparatórios da Conferência Regional das Américas sobre os Avanços do Plano de Ação contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas e da 2ª Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora; e a ampliação do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial.

Na agenda do Ano foram inseridos estímulos para a realização de atividades de promoção da igualdade racial nos mais diversos âmbitos governamentais, de forma a despertar a sociedade brasileira para a relevância desta temática na construção de uma nação com justiça social e racial. Com isso, reafirmaram-se os princípios da transversalidade, descentralização e gestão democrática, instituídos a partir da PNPIR.

TRANSVERSALIDADE

O princípio da transversalidade refere-se à perspectiva de incorporação da equidade étnico-racial às

³
Anexo 1 - Estrutura organizativa e de pessoal.

⁴
Plano Plurianual é o instrumento de planejamento de médio prazo do governo federal que estabelece, de forma descentralizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal no período de quatro anos, promovendo a identificação clara dos objetivos e prioridades do governo. O planejamento econômico e social, expresso no PPA 2004-2007, contou, na fase de elaboração, com a participação tanto da sociedade civil quanto das várias esferas de governo. Alguns dos problemas fundamentais abordados no Plano são: concentração da renda, exclusão social, desemprego e as barreiras para a transformação dos ganhos de produtividade em aumento de rendimentos da grande maioria das famílias trabalhadoras.



diversas iniciativas do Estado brasileiro, por meio da vinculação das questões raciais a todas as áreas da política pública, com ênfase às questões sociais, econômicas, políticas e de infra-estrutura. Com esse exercício, pretende-se garantir a melhoria das condições de vida e o exercício da cidadania. Dessa forma, foram definidas as seguintes prioridades⁵:

- (1) Política para remanescentes de quilombos
- (2) Desenvolvimento, trabalho e geração de renda
- (3) Educação e cidadania
- (4) Diversidade cultural e combate à intolerância religiosa
- (5) Saúde e qualidade de vida
- (6) Segurança alimentar e nutricional
- (7) Segurança pública e ordenamento jurídico
- (8) Políticas de relações internacionais

A partir dessas prioridades, são desenvolvidos programas e projetos para a construção da transversalidade nas ações da administração pública.

DESCENTRALIZAÇÃO

A perspectiva de descentralização diz respeito à inserção da PNPIR no sistema federativo, em atendimento à exigência fundamental da Constituição segundo a qual o combate à pobreza e a inclusão social de segmentos historicamente excluídos é obrigação comum da União, estados, municípios e DF⁶, bem como da própria distribuição das competências entre os entes federados.

No intuito de pôr em prática a descentralização, foi criado o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial, com os objetivos de: construir e/ou ampliar formas de capilaridade da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial; fortalecer a transversalidade da promoção da igualdade racial nas políticas públicas; promover a troca de experiências e a articulação entre os organismos, identificando experiências comuns; contribuir para o fortalecimento dos órgãos similares à Seppir, com a busca de seu reconhecimento político nas estruturas institucionais existentes. Nesse sentido, os eixos estratégicos de ação passaram a ser: educação e cidadania; desenvolvimento, trabalho e geração de renda; saúde e qualidade de vida; e políticas para remanescentes de quilombos.

5

A prioridade "Capacitação de gestores públicos e agentes sociais" tratada nos relatórios e produções anteriores em separado passa a ser incorporada às outras sete, considerando a transversalidade de suas ações no interior da Seppir e no governo de modo geral.

6

A Constituição Federal dispõe: "art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária (...) IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação." E, no art. 23 "É competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios: X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos".



Este é um espaço em ascensão que busca, por meio do estímulo às adesões, a ação conjunta das três esferas de governo. Em 2004, o Fórum contava com 36 municípios e 10 governos estaduais, mas, em 2005, o número de integrantes expandiu-se para 393. Nessas localidades, há 107 organismos municipais e 23 setores estaduais⁷ para tratamento das questões étnico-raciais.

Para a estruturação do Fipir foi mantida, desde o início, uma parceria com a Fundação Friedrich Ebert (Ides) e o apoio da Subchefia de Assuntos Federativos (SAF), vinculada à Secretaria de Assuntos Institucionais da Presidência da República. Posteriormente, a relação avançou com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) do governo britânico. Ao longo do ano, o Fipir promoveu dois encontros nacionais, em março e outubro, com participação de 150 gestores estaduais e municipais. Em junho, realizou-se a 1ª Reunião Nacional de Conselhos da Comunidade Negra, com 33 organismos estaduais e municipais de promoção da igualdade racial.

Essa estratégia, somada à realização da 1ª Conapir, contribuiu para a assinatura de 23 Termos de Cooperação Técnica com estados brasileiros e o Distrito Federal, seguida da oferta de convênio pela Seppir a todos eles, com repasse de R\$ 50 mil para viabilizar a construção dos planos estaduais, que objetivam institucionalizar a implementação de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial. Foram concretizados, até o momento, convênios com o Acre, Maranhão, Santa Catarina, Tocantins e Distrito Federal.

No mês de novembro, firmou-se um convênio com o Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (Ceabra/SP) que conta com a parceria do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UNB), no valor de R\$ 243.840,00. O objetivo geral é o fortalecimento institucional, a partir de uma avaliação técnica parcial do alcance das políticas de promoção da igualdade racial dos integrantes do Fipir, envolvendo cinco estados: Maranhão, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Acre e Rio Grande do Sul.

A experiência acumulada entre 2003 e 2005 foi registrada na publicação: *Um Fórum para a Igualdade Racial – Articulações entre Estados e Municípios*, a qual documenta todas as etapas de estruturação do Fipir.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Pelo princípio da gestão democrática, aplicam-se à PNPIR os mecanismos necessários à legitimação dos programas e ações nela contidos, não apenas em sua execução, mas também por meio do controle social dessas políticas. A democracia como regime político pressupõe ampla participação da sociedade. Entretanto, em termos contemporâneos, essa participação também pressupõe, por sua vez, um determinado nível de organização autônoma a partir do qual a capacitação dos agentes sociais permite avaliação, proposição crítica e aferição do impacto das ações empreendidas pelo poder público.

Um dos mecanismos para a gestão democrática é o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial — CNPIR, órgão colegiado de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da Seppir. Criado pela Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2004, tem por finalidade propor, em âmbito nacional, políticas de promoção da igualdade racial com ênfase à população negra e outros segmentos étnicos, com o objetivo de combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial e de reduzir as desigualdades, inclusive no

⁷

Anexo 2 -
(Fipir).

Governos estaduais e municipais integrantes do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial



aspecto econômico e financeiro, social, político e cultural, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas.

O Conselho é composto por 17 ministros, 20 integrantes da sociedade civil organizada, entre eles representantes de indígenas, ciganos, árabe-palestinos e judeus, e três personalidades notoriamente reconhecidas no âmbito das relações raciais⁸.

Em 2005, a principal atribuição do CNPIR foi realizar, em conjunto com a Seppir, a 1ª Conapir. Os integrantes do Conselho fizeram-se representar nas comissões de trabalho, nas conferências preparatórias, no evento final e no processo de elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Integrantes do CNPIR fazem parte das comissões especiais instituídas por meio de portarias da Seppir, publicadas no Diário Oficial da União para acompanhamento de processos penais relativos aos fatos decorrentes de prática de racismo⁹.

Em continuidade aos encaminhamentos aprovados na 1ª Conapir, foi constituída a Comissão Temporária Pelo Cumprimento da Resolução Sobre a Questão Palestina, deu-se a criação do Grupo de Trabalho sobre Políticas para Ciganos e o acompanhamento do Grupo de Trabalho voltado aos povos indígenas.

Essas ações e estratégias constituem uma forma importante de estruturar a política de igualdade racial, considerando o esforço conjunto do governo e da sociedade civil para dar atenção contínua e sistêmica a demandas históricas de grupos discriminados do ponto de vista racial e étnico.

FORTALECIMENTO DA AÇÃO DA SEPPIR

Em busca de cumprir os três princípios da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR, a Seppir investiu na capacitação de gestores e no monitoramento de seu próprio orçamento. A “Capacitação de gestores públicos e de agentes sociais para operar políticas de promoção da igualdade racial” é uma linha definida no Plano Plurianual (PPA) como elemento fundamental para garantir a transversalidade de raça nas políticas públicas.

Na lógica do PPA, estrutura-se o orçamento da Seppir a partir de cinco programas de trabalho: formulação de política de ações afirmativas; fomento ao desenvolvimento local para comunidades remanescentes de quilombos/Brasil Quilombola; apoio à capacitação de afrodescendentes em gestão pública; apoio a iniciativas para promoção da igualdade racial; e publicidade de utilidade pública. Em 2005, por meio da Lei 11.100/05, o orçamento foi de R\$ 19.849.844,00. Foram celebrados 46 convênios, que somaram R\$ 8.872.589,26.

Os repasses foram feitos a governos e organizações não-governamentais, envolvendo diversos segmentos comprometidos com a superação das desigualdades raciais, os quais estão demonstrados a seguir:

⁸ Anexo 3 – Composição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).

⁹ Essas ações estão descritas no item “Segurança pública e ordenamento jurídico” (pág. 43).



A) SOCIEDADE CIVIL¹⁰

| ÁREAS INTERNAS DA SEPPIR | ANO 2005 |
|--------------------------|-----------|
| Comunidades Tradicionais | 16 |
| Ações Afirmativas | 18 |
| Relações Internacionais | 2 |
| Fipir | 1 |
| Total | 37 |

B) ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS¹¹

| ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS | ANO 2005 |
|--|----------|
| Ministério das Relações Internacionais – MRE | 1 |
| Ministério da Cultura/FCP | 1 |
| Ministério de Ciência e Tecnologia/CNPq | 1 |
| Municípios | 1 |
| Estados | 5 |
| Total | 9 |

C) AGÊNCIAS DO SISTEMA ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Acordos de Cooperação Técnica Internacional foram firmados com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Tecnologia (Unesco), no Projeto BRA 914/3031, tendo em vista a promoção da igualdade racial.

A opção de firmar convênios a partir de recursos próprios foi balizada pelo esforço para ampliar os trabalhos já desenvolvidos pelos canais governamentais. Porém, a Seppir contribuiu, ainda, com a captação de recursos de instituições de cooperação nacional e internacional, empresas públicas e privadas e outros setores. Estes foram destinados diretamente às entidades parceiras por meio de financiamentos específicos. Nesses casos, a Secretaria exerceu o papel de estimuladora e apoiadora da iniciativa, ao articular interesses entre as partes e monitorar o desenvolvimento das atividades. Os formatos dos apoios assim advindos da captação de recursos estão em fase de levantamento, para breve divulgação.

1.2 - CONFERÊNCIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

A 1ª Conapir teve como tema: "Estado e Sociedade Construindo a Igualdade Racial". Realizada em Brasília, de 30 de junho a 2 de julho, mobilizou 95.573 participantes: 92.750 nas etapas estaduais e 2.823 na nacional, sendo estes 1.019 delegados dos 26 estados da federação e do Distrito Federal; 978

¹⁰ Anexo 4 – Relação de convênios com sociedade civil.

¹¹ Anexo 5 – Relação de Termos de Cooperação com órgãos governamentais.



observadores; 296 convidados; 240 artistas, 180 integrantes da equipe de apoio; e 110 jornalistas. Nesse processo foram aprovadas 1.085 propostas que constam no Relatório da Conferência, o qual será a base do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial¹².

Em sua fase preparatória, foram realizadas 26 conferências estaduais e a do Distrito Federal; inúmeras conferências municipais e regionais; as consultas indígena e quilombola, que elegeram 48 delegados cada para assegurar a representação de ambos os grupos; a audiência cigana, na qual foram escolhidos representantes desse segmento como convidados; e reuniões com mulheres negras, jovens e religiosos de matriz africana, com o objetivo de aprofundar essas temáticas. Também foi realizado o Painel Internacional - Ações Afirmativas e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (página 46).

Essa ação democrática alcançou governos estaduais e municipais, os poderes Legislativo e Judiciário, instituições públicas e privadas e a sociedade civil, com envolvimento de 1.332 municípios brasileiros, cerca de 25% do total.

A Seppir, na figura da ministra e integrantes da equipe, esteve presente em todas as conferências estaduais e na distrital, o que denota o compromisso do governo federal com políticas focadas na área das relações étnico-raciais e o debate com a sociedade civil. Com isso, contribuiu para o fortalecimento de políticas locais, pois foi possibilitado o diálogo entre autoridades dos diversos poderes, movimentos sociais, instituições educacionais e culturais, bem como a criação de novos organismos de gestão de políticas de promoção da igualdade racial. Além disso, acelerou o processo de adesão de governos estaduais e municipais ao Fipir.

Nessa perspectiva, com base no documento que subsidiou as conferências municipais e/ou regionais, estaduais e a do Distrito Federal, as quais precederam a nacional e elegeram sua delegação, foram indicados os seguintes objetivos:

- Refletir sobre a realidade brasileira, do ponto de vista da sociedade e da estrutura do Estado, considerando os mecanismos de reprodução da discriminação, do racismo e das desigualdades raciais.
- Avaliar as ações e políticas públicas desenvolvidas para a promoção da igualdade nas três instâncias de governo – municipal, estadual e federal, bem como o cumprimento dos compromissos internacionais objetos de acordos, tratados e convenções.
- Propor diretrizes para a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Étnica, considerando a perspectiva de gênero, cultura e religião.

A partir deles, doze eixos temáticos orientaram os debates durante todo o processo preparatório da 1ª Conapir e apontaram as diretrizes para o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial:

- Trabalho e desenvolvimento econômico da população negra
- Direitos humanos e segurança pública
- Juventude negra
- Educação
- Comunidades remanescentes de quilombos – Programa Brasil Quilombola
- Mulheres negras
- Saúde

12 Anexo 6 – Dados gerais da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir).



- População indígena
- Fortalecimento das organizações anti-racismo
- Diversidade cultural
- Religiões de matriz africana – comunidades de terreiro
- Política internacional

Por meio da 1ª Conapir, a Seppir fortaleceu suas ações na estrutura do governo federal e consolidou um modelo de gestão participativa, no qual a promoção da igualdade racial se afirma como elemento essencial para a democracia.

O passo imediato após o evento foi a criação do Grupo Interministerial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (GTI), a partir de um decreto presidencial, de 08/11/05, com o objetivo de elaborar o Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O Grupo é composto por 16 órgãos do governo e o CNPIR, que indicou dois conselheiros para representá-lo, na qualidade de titular e suplente.

O GTI apropriou-se dos resultados da 1ª Conapir, considerando que esta propiciara ampla informação sobre a dinâmica e o interesse da sociedade civil perante a administração pública, além de maior conhecimento de reivindicações e demandas que descortinam realidades de discriminações sociais e raciais até então desconsideradas na história oficial brasileira. Apontou, também, caminhos para realização das propostas apresentadas.



2 - AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2005

Com isso, o processo de elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial tem como marco uma promissora relação entre o governo e a sociedade civil. Está prevista a indicação de um caminho para a construção do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, por meio de uma ação conjugada, consubstanciada pelas realidades locais, que garanta a capilaridade de uma forma jamais operada antes pelo Estado brasileiro.

2.1 – POLÍTICAS PARA REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Até 2002, o governo federal havia mapeado 743 comunidades quilombolas. Hoje, registram-se 2.460¹³, em decorrência da visibilidade pública, das iniciativas dos quilombolas para o seu auto-reconhecimento e da ampliação dos serviços disponíveis em suas localidades. Parte-se do princípio de que as comunidades remanescentes de quilombos são “grupos étnico-raciais com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com resistência à opressão histórica sofrida”. Portanto, a garantia do direito à terra é um dos principais anseios de homens e mulheres quilombolas.

Na atual gestão, em maio de 2003, foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial que atuou sob a coordenação da Seppir e da Casa Civil, com a participação de 14 organismos de governo. A tarefa desse GTI foi rever os instrumentos legais que tinham como objetivo a garantia dos direitos das comunidades remanescentes de quilombos, previstos no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. A partir desses instrumentos, formulou-se o Decreto nº 4.887, publicado em 20/11/2003, que representa um grande avanço na regulamentação do procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos. Ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi conferida a responsabilidade sobre as ações fundiárias, com o acompanhamento direto da Seppir e da Fundação Cultural Palmares (FCP).

As ações são organizadas a partir do Programa Brasil Quilombola (PBQ), lançado em 12 de março de 2004, na comunidade de Kalunga, em Goiás, ampliando-se, posteriormente, para todo o país. A Seppir é o organismo responsável pela coordenação geral do PBQ, por meio da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. Para o monitoramento das ações, foi formada uma coordenação colegiada entre a Seppir; o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); o Ministério da Cultura (MinC)/Fundação Cultural Palmares (FCP); o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); e a Casa Civil da Presidência da República. Participam ainda do PBQ outros 18 organismos do governo federal¹⁴.

¹³
Anexo 7 – Comunidades quilombolas identificadas

¹⁴
Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Ministério da Defesa (MD); Ministério da Educação (MEC); Ministério da Integração Nacional (MIN); Ministério da Justiça (MJ); Ministério da Previdência Social (MPS); Ministério da Saúde (MS); Ministério das Cidades (Mcidades); Ministério das Comunicações (MC); Ministério do Esporte (ME); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério do Turismo (MTur); Ministério de Minas e Energia (MME); Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap); Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH); e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM).



O PBQ foi incorporado ao Plano Plurianual 2004-2007, com priorização de ações e estipulação de recursos e metas de cada órgão. Destacam-se algumas ações:

- fomento ao desenvolvimento local;
- capacitação de agentes representativos e de gestores públicos;
- apoio ao desenvolvimento sustentável;
- pagamento de indenizações aos ocupantes das terras demarcadas e tituladas;
- apoio à distribuição de material didático e paradidático para o ensino fundamental, capacitação de professores e ampliação e melhoria da rede física escolar;
- atenção à saúde das populações quilombolas.

A finalidade do PBQ é reunir todo o trabalho do governo federal voltado às comunidades quilombolas por meio de ações transversais, setoriais e interinstitucionais, de forma articulada com os entes federados, empresas e entidades da sociedade civil. Destaca-se a participação de associações quilombolas como principais fontes de informação e definição das demandas, uma vez que são as herdeiras do patrimônio histórico constituído pelos quilombos.

Com a necessidade de garantir o controle social sobre a política e o investimento dos recursos do PBQ, foram estruturados os comitês estaduais do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de São Paulo, do Rio de Janeiro e Amapá, com a participação de representações locais de órgãos do governo federal e também dos governos estaduais e prefeituras. Além disso, a Seppir colaborou com a organização de Coordenações Estaduais Quilombolas em Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Sergipe, em parceria com a FCP, para a qual foi repassado o valor de R\$ 225.342,00, visando à organização de seminários estaduais e ao acompanhamento das ações posteriores. A meta é contribuir com o fortalecimento e/ou criação de associações em todos os Estados.

As ações que fazem parte do Plano Plurianual (PPA) e outras vêm sendo desenvolvidas por inúmeros organismos. A Seppir, no papel de coordenadora do PBQ, não só articula ações que se encontram sob sua responsabilidade direta, mas também apóia o trabalho realizado por outros órgãos finalísticos. É fato que nesse desenho existe interdependência, tendo em vista a realidade multifacetada das comunidades quilombolas e dos diversos organismos de governo, o que possibilita a apropriação, consolidação e o fortalecimento deste novo campo das políticas públicas.



A) AÇÕES COORDENADAS PELA SEPPIR

As ações coordenadas pela Seppir – fomento ao desenvolvimento local, produção de conhecimento e capacitação de agentes, monitoramento da ação Kalunga e Pacote da Cidadania e Cultura – são realizadas de maneira contínua com cerca de 300 comunidades quilombolas, considerando o protagonismo de seus líderes. Foram concretizados 16 convênios com a sociedade civil, com o objetivo de ampliar o trabalho.

A.1 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

No dia 1º de setembro de 2003, foi assinado um Termo de Compromisso entre a Seppir, Petrobrás e o Ministério de Assistência Social (posteriormente incorporado ao MDS), que resultou na estruturação da ação para quilombos no Programa Fome Zero – Petrobrás. Com isso, foram aportados R\$ 4 milhões pela Petrobrás para apoiar 10 projetos de geração de renda em comunidades quilombolas, por meio da montagem de estruturas produtivas, envolvendo a Fundação Universitária de Brasília (Fubra) e associações comunitárias locais. Lançada em agosto de 2005, no Rio de Janeiro, a ação envolve mais de 1.850 famílias de sete estados brasileiros. Os projetos, já em desenvolvimento, voltam-se às comunidades de Mocambo (SE), Campinho da Independência (RJ), Ivaporanduva (SP), Barra do Brumado, Riacho das Pedras e Bananal (BA), Tapuio e Sumidouro (PI). Os convênios em benefício das comunidades Oriximiná (PA), Itamatatiua (MA), Machadinha (RJ) e Castainho (PE) estão em fase de finalização.

Destaca-se, também, o Projeto Energia Quilombola, que é um conjunto de oficinas dirigidas a entidades negras e representantes quilombolas para elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável, focados em geração de trabalho e renda, com o apoio da Eletrobrás e demais empresas do sistema elétrico. As oficinas resultaram em 12 projetos que beneficiarão aproximadamente 123 comunidades quilombolas e 4.007 famílias. Desses 12 projetos, três estão em fase de contratação e os demais aguardam posição quanto ao financiamento.

Um Protocolo de Intenções assinado no dia 6 de novembro de 2004, pela Seppir, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap), Eletronorte, o Governo do Estado do Amapá e a Prefeitura de Macapá viabilizou atividades de capacitação com 33 comunidades quilombolas no Amapá.

Outra iniciativa foi desencadeada a partir do Protocolo de Intenções assinado entre a Seppir e a Eletronorte, conjuntamente com as ações do Governo Estadual do Amapá, por meio de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que possibilitou o apoio financeiro no valor de US\$ 25 mil (cerca de R\$ 70 mil, em dezembro de 2005) a cada comunidade, para aplicação em projetos de inclusão social.

Em continuidade ao trabalho voltado ao desenvolvimento local, realizaram-se, em junho e julho, dois cursos para comunidades quilombolas, a partir de uma parceria com o Instituto Nacional de Tecnologia e outros organismos do Ministério de Ciência e Tecnologia, as associações quilombolas das comunidades de Lagoa dos Índios (AP) e Muquém (AL), onde foram investidos R\$ 160 mil em projetos de geração de trabalho e renda para artesãos.

Acrescentam-se, ainda, com o Projeto Gera Ação Quilombola, iniciativas de inclusão produtiva e fortalecimento institucional em 50 comunidades. No valor de R\$ 7 milhões, o projeto é fruto da articulação da Seppir com o MDA, o MDS e a Fundação Banco do Brasil. Seu objetivo é contribuir para a superação das dificuldades socioeconômicas existentes nas comunidades quilombolas e, conseqüentemente, promover a sustentabilidade, por meio da geração de trabalho e renda.

Dos 30 projetos até o momento recebidos, 27 estão em fase de análise e ajustes e os três já contratados



serão executados nas seguintes comunidades: no Rio de Janeiro, Santa Rita do Bracuí – pela Sociedade Angreense de Proteção Ecológica (Sape); em Minas Gerais, São Félix – pela Agência de Desenvolvimento do Vale do Urucuia; e no Pará - comunidades Paca Aningal, Bela Aurora, Camiranga, Itamoari, Narcisa, Bacabal, Deus-Ajude, Mangueiras, Salvar, Boa Vista, Macapazinho, Pitimandeuca e Cacau – pelo Centro de Defesa do Negro do Pará (Cedenpa).

Destaca-se, ainda, neste projeto, a capacitação de 21 mulheres quilombolas para o etnodesenvolvimento – desenvolvimento sustentável que considera especificidades culturais, étnicas e locais, tendo como foco a busca de equidade de gênero nos territórios incluídos no programa de regularização fundiária. Foram priorizadas nesta fase as comunidades de Tapuio (PI); Itamatatua e Matões dos Moreiras (MA); Mussuca (SE); Palmeiras dos Negros e Quilombo (AL); Curiaú e Lagoa dos Índios (AP); Curiperezinho, Itancoã e Jacarequara (PA); Divino Espírito Santo, Linharinho e Angelim III (ES); Ivaporunduva (SP); Casca (RS); Furnas do Dionísio (MS); Kalunga da Fazenda Ema, Kalunga do Engenho II, Kalunga da Fazenda do Meio (GO); e Conceição das Crioulas (PE). A perspectiva é de que as mulheres em suas comunidades possam exercer mais intensamente os papéis de líderes e agentes comunitárias.

No que diz respeito à questão ambiental, três iniciativas importantes foram articuladas com o Ministério do Meio Ambiente (MMA): a elaboração do Plano Nacional de Áreas Protegidas, as ações de promoção da educação ambiental e as ações relativas ao agroextrativismo.

O Plano Nacional de Áreas Protegidas, que terá vigência até 2008, foi elaborado a partir da instituição de um Grupo de Trabalho - GT (Portaria nº 44, do MMA, em 23/2/05). No intuito de inserir a realidade das comunidades de quilombos neste plano, foram organizadas, em conjunto com o MMA, as oficinas de formação para os representantes quilombolas. A primeira ocorreu em 21 e 22 de agosto, em Brasília (DF), e a segunda nos dias 28, 29 e 30 de novembro, em São Luiz (MA), para promover a reflexão e o pacto em relação a uma política para áreas protegidas que garanta a participação das comunidades quilombolas na definição de diretrizes e estratégias para conservação da sua biodiversidade. O passo seguinte foi a inserção da Seppir no Comitê de Projetos de Agroextrativismo do MMA, com o objetivo de ampliar benefícios para as comunidades quilombolas e garantir o acompanhamento e monitoramento das ações nesta área.

Foram consolidadas parcerias com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, por meio de assinatura de Termos de Cooperação e Protocolo de Intenções, tendo em vista a inclusão digital das comunidades remanescentes de quilombos e a promoção da igualdade racial.

Em relação à garantia dos direitos da criança e do adolescente quilombola, realiza-se o “Projeto Zanauandê”, fruto de uma parceria entre a Seppir, a Unicef, o MDS, a Coordenação Nacional dos Quilombolas, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e a SEDH. A partir desse projeto desenvolve-se uma pesquisa que resultará em diagnóstico sobre a situação atual, com destaque para as questões de saúde, alimentação saudável, proteção contra a exploração sexual e a violência. Na fase de conclusão do diagnóstico, em 3 e 4 de dezembro, em São Luís (MA), foi feita a articulação com a equipe técnica (60 representantes locais das comunidades quilombolas, 22 articuladores estaduais, coordenação da pesquisa e parceiros do projeto) e a finalização do perfil das comunidades.

Ainda com a Unicef, a Seppir faz projetos voltados às comunidades da região do Semi-Árido, contribuindo para o monitoramento das ações desenvolvidas pelos governos estaduais e municipais que assinaram o Pacto do Semi-Árido.



A.2 – PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E CAPACITAÇÃO DE AGENTES

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está em finalização um convênio para pesquisa censitária de levantamento das áreas com maior presença da população negra no Brasil, incluindo identificação das comunidades quilombolas. Procedimentos internos do IBGE para geração de bases instrumentais já foram adotados com o intuito de realizar o trabalho em 2006.

Firmou-se também uma parceria com o MMA, o MCT, o MME, o Incra, o Gabinete de Segurança Institucional, o IBGE e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), vinculada ao MIN, para o levantamento geo-referenciado das comunidades quilombolas no Brasil. Considerando que a implementação das atividades está prevista continuamente até dezembro de 2008, a Seppir encaminhou ao MMA a lista atualizada das comunidades quilombolas, para que elas sejam caracterizadas. A partir do esboço apresentado, será elaborado um Termo de Cooperação Técnica que definirá as atribuições de cada parceiro e possivelmente a formação de um grupo de trabalho para definir as estratégias e diretrizes.

Está em fase de estruturação um banco de dados, considerando a necessidade de constituir um registro unificado das ações realizadas pelo governo federal e a ramificação do PBQ no país. A perspectiva é que essas informações sejam divulgadas na página da Seppir na internet, com acesso livre aos interessados.

CAPACITAÇÃO DE AGENTES QUILOMBOLAS

As ações de formação para agentes quilombolas distribuem-se em áreas de conhecimento e temas diversificados. O objetivo é contribuir para que os quilombolas conheçam as ações realizadas pelo governo, seus conteúdos e estratégias, visando ao posterior monitoramento do trabalho desenvolvido nas diversas regiões do país e ao fortalecimento do controle social das políticas públicas.

Dessa forma, os recursos da Seppir no PPA destinados à formação de agentes representativos das comunidades remanescentes de quilombos somaram R\$ 900 mil e foram destinados a três convênios com associações da sociedade civil, o que permitiu a capacitação de 2.694 pessoas. Os convênios foram desenvolvidos nos estados de Minas Gerais, Pernambuco e Distrito Federal, respectivamente, com as seguintes entidades: Fundação Centro de Referência da Cultura Negra (FCRCN); Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF); e a ong Catavento, Juventude e Cidadania.

A partir de uma parceria com o Ministério da Previdência Social, foi realizado o Curso de Formadores e Disseminadores em Informações Previdenciárias, em 4 e 5 de julho, com envolvimento de 31 lideranças quilombolas oriundas de 21 estados brasileiros, sendo estes: Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Amapá, Alagoas, Bahia, Tocantins, Roraima, Pará e Amazonas. O objetivo foi contribuir para o processo de informação e conscientização dos trabalhadores das comunidades remanescentes de quilombos no que se refere a direitos e deveres em relação à Previdência Social, que constitui um instrumento de promoção de cidadania.

Em 26 e 27 de setembro, com o Instituto Novas Fronteiras, o Ministério das Comunicações, o MME e as empresas Furnas e Eletronorte, foi realizada uma oficina de divulgação sobre os procedimentos para solicitar autorização para o funcionamento de rádios comunitárias, tendo em vista o aprimoramento dos



sistemas de comunicação nas comunidades. O Ministério das Comunicações lançou edital para seleção de cinco localidades que serão habilitadas com sinais de rádio, quatro delas em quilombos do território Kalunga (GO), e também a comunidade de terreiro Sociedade Beneficente Cultural Africana Templo de Yemanjá (Sobecady), em Guaíba (RS).

Para uma melhor compreensão da legislação em quilombos, foi iniciado o processo de formação dos operadores de direito, que busca promover uma reflexão em torno da Instrução Normativa nº 20, que trata da regularização fundiária de territórios quilombolas¹⁵. Para isso, a primeira oficina de operadores de direito ocorreu de 20 a 24 de outubro, com a participação de 33 lideranças quilombolas de todo o país.

Como parte das atividades do Mês da Consciência Negra, o 1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Local e Inclusão Social foi realizado em Brasília, de 18 a 21 de novembro, em parceria com o MTE, MPS, MMA, MDA-Incra, MI, MTur, MDS, a Eletrobrás e a Fundação Banco do Brasil. O evento envolveu 150 quilombolas, de 23 estados, e aprofundou o debate acerca dos mecanismos de desenvolvimento local e inclusão social. Os quilombolas foram capacitados em temáticas específicas, tais como economia solidária, elaboração de projetos, acesso a políticas públicas, entre outras questões relevantes.

Foi ainda firmado convênio com a Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (Contag), para aprofundar o debate sobre o trabalho com comunidades rurais e quilombos, partindo da capacitação de lideranças e técnicos que atuam nas duas áreas. O objetivo é fortalecer a luta pela regularização fundiária, somando-se à reforma agrária em âmbito nacional.

CAPACITAÇÃO DE GESTORES PÚBLICOS

Um dos caminhos para ampliar o acesso das comunidades de quilombos às políticas desenvolvidas pelos governos é o investimento na formação de quilombolas e também de gestores públicos das esferas federal, estadual e municipal, o que contribui para ampliar a compreensão das ações governamentais, divulgar os programas e estimular as práticas coletivas.

Assim, foi iniciada uma ação de capacitação de gestores públicos, em parceria com o MEC, MS, MDS, MTE, MCidades, MDA e MinC-FCP, que busca viabilizar e aumentar a participação dos governos estaduais e municipais nas políticas do governo federal para remanescentes de quilombos.

Em 2005, realizaram-se três seminários: de 28 a 30 de novembro, em Porto Alegre (RS); de 30 de novembro a 2 de dezembro, em Fortaleza (CE); e de 14 a 16 de dezembro, em Goiânia (GO), que atingiram 300 gestores. O objetivo foi repassar informações sobre os programas Bolsa Família, Programa Saúde da Família, Programa de Saúde Bucal, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), melhoria das habitações nas comunidades, qualificação profissional, construção de escolas, capacitação de professores, acesso à merenda escolar, entre outras.

Com essa perspectiva, também foi promovido o Seminário "Quilombos urbanos: políticas de inclusão social em territórios negros das cidades brasileiras", em Salvador (BA), no dia 19 de setembro, com 150 gestores públicos municipais, estaduais e federais, além de representantes da sociedade civil, principalmente quilombolas. O evento foi organizado em parceria com o MCidades, o MinC/FCP, a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Salvador, com o intuito de propiciar a ampliação dos conhecimentos sobre a temática e definir procedimentos a serem adotados pelos órgãos responsáveis

¹⁵
Publicada no Diário Oficial da União em 26 de setembro de 2005.



para assegurar às comunidades o seu desenvolvimento. Uma das principais questões abordadas na programação foi a propriedade da terra¹⁶, com apresentação das experiências das comunidades de Sacopã (RJ) e Família Silva (RS), ambas guardiãs de um importante acervo de tradição negra. O Diário Oficial da União já publicou o reconhecimento do direito ao território da Família Silva. Ainda está em curso o processo judicial relativo à comunidade de Sacopã.

A.3 – MONITORAMENTO DA “AÇÃO KALUNGA”

A Ação Kalunga constituiu um trabalho estimulado e coordenado pela Seppir no sentido de orientar e acompanhar os processos de inserção dos diversos órgãos de governo na área, como também garantir a participação e o controle social das políticas públicas por parte dos quilombolas e demais setores da sociedade civil. Foram envolvidos vários ministérios, tendo em vista o atendimento de comunidades remanescentes de quilombos localizadas nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre.

Nesse sentido, desde 2004 lá são realizadas atividades voltadas à saúde, ao esporte, à habitação, à valorização da cultura, à inclusão digital, ao desenvolvimento e geração de renda e à melhora da infraestrutura (construção de escolas, casas, kits sanitários, ponte, eletrificação, centro de referência e apoio à família).

Como forma de garantir um espaço de referência para esse trabalho e agilizar os procedimentos de regularização fundiária, foi estruturado o escritório regional do Incra em Cavalcante.

Quanto aos programas habitacionais desenvolvidos pelo Ministério das Cidades em Kalunga (GO), verifica-se, entre 2004 e 2005, a conclusão de 75 unidades habitacionais e 200 unidades sanitárias. Foi iniciada a construção de 325 residências e de mil unidades sanitárias. A meta para o próximo ano é entregar 1.200 unidades habitacionais – 400 novas, sob a responsabilidade do MCidades, e 800 reformadas, sob a responsabilidade da Agência de Habitação do Estado de Goiás (AGHAB-GO) – e 1.200 unidades sanitárias construídas pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Na área educacional, foi concluída em dezembro a obra de uma escola com capacidade para atender 120 crianças. Desenvolvida em parceria com a Petrobras e a Prefeitura de Cavalcante, foram investidos na obra R\$ 381 mil. Ainda por meio do programa Telecurso 2000 foram instaladas seis telessalas na comunidade Kalunga (GO), atingindo 120 alunos.

Parteiras quilombolas dessa mesma comunidade participaram de um curso de capacitação, em novembro, ministrado pelo Grupo Curumim, detentor de vasta experiência na área. A ação reuniu como parceiros a Associação Quilombola da Comunidade Kalunga, o MS, a Seppir, secretarias de Saúde e de Promoção da Igualdade Racial dos municípios de Monte Alegre, Teresina de Goiás e Cavalcante, do estado de Goiás.

A Seppir também contribuiu para a instalação de consórcio de prefeitos quilombolas, considerando a necessidade de os três municípios atuarem conjuntamente na execução e monitoramento das políticas.

16

Ressalta-se que o tema quilombos urbanos ainda é pouco explorado nas políticas públicas e suscita debates em relação à legislação vigente.



A.4 - PACOTE DA CIDADANIA E CULTURA

Numa ação conjunta entre a Casa Civil e a Seppir, foi detectado o desenvolvimento de inúmeras ações previstas no PBQ¹⁷, principalmente nas áreas de saúde, educação, habitação, eletrificação, transferência de renda, segurança alimentar e regularização fundiária. Considerando que nem sempre a execução das ações de vários ministérios é articulada ao mesmo tempo, foi formatado o “Pacote da Cidadania e Cultura”, para o monitoramento e fortalecimento de iniciativas locais.

O monitoramento, coordenado pela Seppir, consiste em visitas técnicas sistemáticas às comunidades, que estimulam o trabalho conjunto dos diversos órgãos e a atuação simultânea das três esferas de governo. Nessas ocasiões, são realizadas audiências com as autoridades locais e com a comunidade, quando se dá a prestação de contas das ações de governo e são efetuados ajustes para o avanço das atividades em curso.

Durante as visitas também é incentivado o intercâmbio sócio-cultural nas comunidades quilombolas, com a presença de cantores da música popular brasileira e artistas, considerando a interface entre valores ancestrais e contemporâneos. Nesse sentido, foi lançado em maio, no Museu Afro-Brasil (SP), o “Projeto Quilombo Axé”, que busca tornar mais visível o modo de ser e viver da população quilombola, além de propiciar a oportunidade de ativistas culturais conhecerem histórias, músicas, danças, comidas e costumes, o que resulta em troca de experiências e vivências entre produtores urbanos e rurais.

Associado ao Pacote da Cidadania, o “Projeto Quilombo Axé” foi iniciado nos estados do Piauí e Amapá. No Piauí, em 17 de outubro, a cantora Sandra de Sá esteve nos municípios de Paulistana, na comunidade Angical, e Queimada Nova, nas comunidades Tapuio e Sumidouro. No Amapá, em 28 de novembro, foi a vez do apresentador e cantor Netinho de Paula e do ator Romeu Evaristo interagirem com as comunidades de Maruanun e Mazagão Velho.

A experiência do “Pacote da Cidadania e Cultura” foi desenvolvida no segundo semestre, em oito estados – Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Piauí, São Paulo e Amapá – com envolvimento de 119 comunidades quilombolas¹⁸, e demonstra a importância do investimento em ações locais como forma de fortalecer e dar visibilidade à ação nacional.

Nesse sentido ressaltam-se alguns aspectos da programação nas localidades: a) constituição do Consórcio Intermunicipal do Agreste Pernambucano, formado pelos municípios de Garanhuns, São Bento do Una, Bezerros, Bom Conselho e Capoeiras, acrescido das cidades de Santo Agostinho e Goiânia, voltado a 19 quilombos; b) identificação de possibilidades de a política para quilombos passar a fazer parte do Consórcio de Prefeitos do Vale do Gurutuba (MG); c) entrega simbólica de cestas alimentares às comunidades de terreiro do Rio de Janeiro, como forma de divulgar e estruturar a ação do MDS nesta área; d) integração de diversos municípios do Mato Grosso do Sul ao Fipir; e) divulgação da parceria entre a Seppir, Petrobras e o MDS, o que possibilitou efetivar convênio com as associações de moradores de Tapuio e Sumidouro, no Município de Queimada Nova (PI); f) ação de emissão de registro civil no Vale do Ribeira (SP); g) inauguração do espaço a ser utilizado pelas mulheres artesãs que fazem peças de louça, em Maruanun (AP), por parte dos governos locais.

¹⁷ As ações são executadas pelo MS - com os Programas Saúde da Família (PSF), Saúde Bucal (PSB) e a Funasa, esta última voltada ao abastecimento de água e saneamento; o MEC - com a construção de escolas, capacitação de professores e distribuição de material didático; o MCidades - com a construção e a reforma de casas em comunidades quilombolas; o MME - com o desenvolvimento do Programa Luz para Todos; o MDS - com o programa Bolsa Família e ações de Segurança Alimentar; e o MDA/Incra, com processos de titulação das áreas.

¹⁸ Anexo 8 – Pacote da Cidadania e Cultura.



B - AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DIRETA DE OUTROS MINISTÉRIOS

Apresentamos ações realizadas por diversos órgãos governamentais que contam com o acompanhamento e avaliação direta da Seppir e das organizações quilombolas. Certamente outras iniciativas são desenvolvidas ou planejadas por outros órgãos, federais e locais, sem que haja, ainda, uma estratégia de monitoramento.

B.1 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Considerando que a responsabilidade de desenvolvimento da política fundiária do país está a cargo do MDA/Incrá, com o acompanhamento da Seppir e do MinC/FCP, é importante reafirmar que a primeira fase da regularização fundiária inicia quando as comunidades instauram legalmente seus processos perante o Incra¹⁹. No entanto, antes da instauração, a comunidade deve acionar a FCP para a emissão das certidões de auto-reconhecimento. Esse documento, além de promover o reconhecimento oficial da existência do quilombo, assegura a autonomia necessária para pleitear recursos para seu desenvolvimento, inclusive facilitando a instauração do processo de regularização. No último ano, foram certificadas 648 comunidades quilombolas. Por outro lado, até o momento, foram instaurados 307 processos de regularização fundiária, envolvendo 400 comunidades, que resultaram na titulação de oito delas: Bela Aurora (PA); Paca Aningal (PA); São Sebastião dos Pretos (MA); Jamary dos Pretos (MA); Olho d'Água do Raposo (MA); Altamira (MA); Olho D'Água dos Pires (PI); e Conceição do Macacoari (AP).

Além desses quilombos titulados, 29 comunidades tiveram o Edital de Reconhecimento e Delimitação publicados no Diário Oficial da União. Com isso, abre-se o prazo para contestações e condições de dar andamento aos processos. Nesse sentido, é pertinente destacar as seguintes situações emblemáticas:

a) Alcântara, território que aglutina 156 comunidades quilombolas e constitui-se como área importante de ação do governo federal, a partir da criação do Grupo Executivo Interministerial – GEI. O grupo impulsionou uma série de ações na área, por meio da Portaria nº 263/CC-PR, de 13/04/05, que gerou a Proposta de Plano de Ação – Regularização Fundiária e Ambiental e de Moradia, desenvolvida pelo Comitê Executivo Nacional para o Desenvolvimento Sustentável de Alcântara (CENDSA), constituído por 17 órgãos federais atuantes nas áreas de infra-estrutura, desenvolvimento econômico, políticas sociais, direitos humanos, moradia e meio ambiente, o qual detém um aporte orçamentário de R\$ 27 milhões.

No momento, transcorre a fase de compatibilização das expectativas dos segmentos sociais, em especial os quilombolas, com os governos municipal, estadual e federal e a Agência Espacial Brasileira (AEB), considerando a necessidade de regularização fundiária do território e o interesse de desenvolver o Programa Nacional de Atividades Espaciais no Município de Alcântara.

b) Marambaia. A área é patrimônio da União e constitui domínio de restinga. Para tratar da regularização fundiária, o MDA/Incrá e a Seppir constituíram um Grupo de Trabalho (Ordem de Serviço n. 03, de 13/5/05) que visa ao aprofundamento do diálogo com o Ministério da Defesa e a Marinha do Brasil, para identificar o mapa de uso do território quilombola e contribuir com os encaminhamentos de regularização fundiária. Nesse período, o Incra concluiu o trabalho de identificação do território quilombola e deve finalizar o relatório, como mais um instrumento para avaliação e andamento das negociações, que passarão a ser monitoradas pela Casa Civil.

¹⁹
Por meio do Artigo 68 da ADCT, Decreto 4887/03, regulamentado pela Instrução Normativa n. 20.



B.2 - INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS

O MDA destinou recursos de R\$ 1,2 milhão previstos no PPA para o desenvolvimento sustentável de comunidades quilombolas, impulsionado por projetos de capacitação e assistência técnica de 31 comunidades dispostas em 11 municípios do Pará, Maranhão, São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Também foram alocados R\$ 588 mil em projetos de infra-estrutura e em equipamentos agrícolas para três comunidades do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Para acompanhamento e orientação de projetos para Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), o MDA empregou R\$ 60 mil em 10 comunidades de nove estados brasileiros: Linharinho, em Conceição da Barra (ES); Invernada dos Negros, em Campos Novos (SC); Santa Luzia, em Santa Luzia do Norte (AL); Palmeira dos Negros, em Igreja Nova (AL); Itamatatiua, em Alcântara (MA); Matões dos Moreiras, em Codó (MA); Retiro, em Codó (MA); Jacarequara, em Santa Luzia do Pará (PA); Pimenteiras, em Santa Luzia do Pará (PA); e Serrinha, em Oriximiná (PA).

Em conjunto com o MIN, foi elaborado um projeto executivo para a construção de pontes nas comunidades de Kalunga, no município de Monte Alegre (GO), e de Ivaporanduva, nos municípios de Eldorado e Iporanga, no Vale do Ribeira (SP). A Seppir custeou os estudos de viabilidade técnica e econômica. Os recursos para a elaboração dos projetos executivos e para construção estão em negociação no orçamento de 2006, o que resultará em um investimento total de R\$ 4,2 milhões. Assim, a construção de ambas as obras beneficiará mais de três mil famílias.

Contabiliza-se ainda a construção de unidades habitacionais em três comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul, viabilizadas com recursos do Programa de Subsídio à Habitação (PSH).

Foram iniciadas obras para edificação de 257 unidades habitacionais nas comunidades de Alcântara (MA), oriundas de convênio assinado entre a Caixa Econômica Federal, a Secretaria das Cidades do Governo do Maranhão e a Prefeitura Municipal de Alcântara. Estão em análise projetos de construção de duas mil residências em comunidades quilombolas de 25 municípios maranhenses.

Por meio do Programa Luz para Todos, do MME, iniciou-se em 2004 a eletrificação em comunidades quilombolas. Neste período, verifica-se o beneficiamento de 6.164 famílias com a instalação de energia em 176 comunidades dos seguintes estados: uma em Alagoas, 37 na Bahia, uma no Espírito Santo, sete em Goiás, 63 no Maranhão, três no Mato Grosso do Sul, três em Minas Gerais, 17 no Pará, três em Pernambuco, uma no Piauí, três no Paraná, dezesseis no Rio Grande do Sul, duas em Santa Catarina, três em Sergipe, dez em São Paulo e duas em Tocantins. Outras 79 localidades já estão com obras iniciadas, e a previsão é o atendimento de todas as comunidades até 2008.

Foram instalados telecentros em cinco comunidades quilombolas: Castainho (Garanhuns/PE); Conceição das Criolas (Salgueiro/PE); Kalunga (Teresina de Goiás/GO); Tijuacu (Senhor do Bonfim/BA); Kaonge (Cachoeira/BA); e uma associação religiosa e cultural de matriz africana, a Irmandade da Boa Morte, em Cachoeira (BA). O telecentros buscam garantir acesso às novas tecnologias e a inserção na rede mundial de comunicação e informação, um dos objetivos do programa Fome Zero – Inclusão Digital, do Banco do Brasil.

B.3 - EDUCAÇÃO

Por meio do Programa Nacional de Alimentação Quilombola (PNAQ) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), 111 municípios foram beneficiados com o aumento no valor do repasse para a merenda escolar. As escolas que possuem alunos quilombolas tiveram o valor ampliado de R\$ 0,18 para R\$ 0,34. O dado das instituições foi retificado pelas prefeituras, em outubro, por meio de



censo escolar. Assim, atualmente, são 589 instituições de ensino atendidas pelo PNAQ em vários estados²⁰.

A formação e atualização dos educadores é prevista na resolução nº 13 do FNDE, que estabelece a realização de cursos de formação e fornecimento de material didático a 46 municípios onde existam comunidades remanescentes de quilombos.

Desse referencial normativo, definiram-se 36 municípios²¹ nos quais se faz necessária a construção de escolas e a modernização de equipamentos, o que depende da regularização fundiária dos territórios.

Foram firmadas 41 parcerias com governos municipais²² que resultaram em convênios: 23 para a construção de escolas e o recebimento de equipamentos e 35 para fomento a ações de capacitação de professores e recebimento de material didático.

No programa Telecurso 2000, método de ensino supletivo dos ensinos fundamental e médio, foram contempladas pessoas acima de 15 anos, residentes em comunidades quilombolas. A parceria entre a Seppir, a Fundação Roberto Marinho e o Instituto Multiplicar possibilita que jovens e adultos completem seus estudos e obtenham certificados de conclusão dos referidos graus escolares após realização de exames. Até o momento, consolidaram-se as seguintes telessalas:

- cinco no Município Garanhuns (PE), nas comunidades de Castainho, Estrela, Timbó, Caluete e Estiva;
- seis na comunidade Kalunga (GO), que atingem 120 alunos;
- três no Município de Salgueiro (PE), implantadas na Comunidade de Conceição das Crioulas;
- três em Senhor do Bonfim (BA), implementadas na Comunidade de Tijuáçu.

B.4 - SAÚDE

Criado pelo Ministério da Saúde, o Programa Saúde da Família Quilombola destina-se às prefeituras onde existem comunidades de quilombos. Neste ano, 55 municípios receberam 50% a mais do aporte orçamentário previsto²³. Essa medida reproduziu-se em municípios que acessam os recursos do Programa Saúde Bucal. Atualmente, 18 municípios possuem equipes de Saúde da Família Quilombola: um no Mato Grosso do Sul, um em Minas Gerais, quatro no Maranhão, três na Bahia, um no Ceará, quatro

²⁰

Anexo 9 – Comunidades quilombolas atendidas pelo programa de merenda escolar.

²¹

Anexo 10– Municípios selecionados para construção de escolas e modernização de equipamentos.

²²

Sete na Bahia, um no Ceará, um no Distrito Federal, três em Goiás, nove no Maranhão, três em Minas Gerais, três no Mato Grosso do Sul, um no Mato Grosso, cinco no Pará, dois na Paraíba, três em Pernambuco, um no Rio de Janeiro e dois no Rio Grande do Sul.

²³

Portaria 1.434 do Ministério da Saúde, de 14 de julho de 2004.



em Pernambuco, um em Santa Catarina, um em Sergipe, dois em São Paulo. As 18 equipes de Saúde Bucal estão assim distribuídas: duas em Alagoas, três na Bahia, uma no Ceará, quatro no Maranhão, duas no Mato Grosso do Sul, três em Pernambuco, uma em Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

A Funasa realizou consultas sobre as condições sanitárias e o abastecimento de água em diversas comunidades remanescentes de quilombos, o que se converteu em elaboração de projetos executivos de obras de saneamento básico, iniciadas no segundo semestre. No que diz respeito ao abastecimento de água, foram atingidas 35 comunidades e outras 15 registraram melhorias sanitárias domiciliares. Em 84 comunidades foram iniciadas obras de abastecimento e em 44 de melhorias sanitárias.

Os programas de saúde também objetivam a promoção da melhoria na assistência obstétrica prestada por parteiras tradicionais, indígenas e quilombolas, o que possibilita avanços nas estratégias de efetivação do parto domiciliar, no âmbito da Atenção Básica, de forma a garantir assistência segura e humanizada, conforme preconiza o SUS. O vínculo entre a parteira e o serviço de saúde é uma estratégia para ampliar a redução da morbimortalidade materna e neonatal, além de fortalecer o papel de educadoras comunitárias e de lideranças dessas mulheres em suas localidades. As atividades foram iniciadas na comunidade Kalunga, como já descrito anteriormente.

B.5 – ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Fundação Cultural Palmares – MinC, com o apoio da Seppir, atuaram em parceria no âmbito do Programa Fome Zero.

Em 2005, o programa Bolsa Família, com o intuito de reduzir as desigualdades socioeconômicas ao transferir renda para famílias em situação de pobreza, incorporou as comunidades quilombolas. A ação concentrada iniciou no Maranhão, ampliou significativamente o cadastramento das 266 comunidades e atingiu aproximadamente 12.996 famílias. Posteriormente, incorporou 156 comunidades do município de Alcântara, no Maranhão, e 650 famílias do Vale do Gurutuba, em Minas Gerais. Na perspectiva de expansão do programa, iniciou-se o cadastramento de 365 comunidades quilombolas no país nos estados do Pará, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Ao todo, serão incluídas 31.457 famílias e 160.451 pessoas.

Em relação a outras ações de combate à pobreza, a Seppir, em parceria com o MDS, ampliou a distribuição de alimentos para comunidades tradicionais. Até novembro, o benefício foi entregue a 24.909 famílias quilombolas.

Foram criados ou incrementados os CRAS – Centro de Referência de Assistência Social em 38 municípios que possuem comunidades quilombolas em seu território. Os recursos são destinados pelo MDS, por meio do Sistema de Ação Integral da Família (SAIF), que são espaços físicos instalados estrategicamente em áreas de pobreza para prestar atendimento social, articular os serviços disponíveis em cada localidade e potencializar a rede de proteção social básica. Essa ação busca atingir a população quilombola pela mobilização das prefeituras municipais.



B.6 - DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

A Secretaria Especial de Direitos Humanos, com o apoio da Seppir, realizou mutirões para emissão de documentos em duas localidades: em abril, o 1º Mutirão do Documento na comunidade André Lopes, no Vale do Ribeira (SP), que fez 80 atendimentos de homens, mulheres e crianças quilombolas dos municípios de Iporanga e Eldorado. A iniciativa envolveu a prefeitura de Eldorado, a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais de São Paulo (Arpen) e o Instituto de Terras de São Paulo (Itesp). Em julho, na região de Oriximiná (PA), foram registrados 1.800 atendimentos, com o apoio da Defensoria Pública do Estado do Pará.

Foi viabilizado também o Balcão de Direitos, por meio de postos fixos ou itinerantes, que oferece acesso a serviços essenciais tais como assistência jurídica e documentação civil básica com o objetivo de promover a cidadania para segmentos de baixa renda. Em abril, o serviço foi iniciado na Paraíba, com atendimento na capital e nas comunidades rurais, inclusive quilombolas. Desde dezembro, funciona na comunidade quilombola de Gurutuba, no norte de Minas Gerais, incluindo também a atividade de mediação de conflitos.

O trabalho feminino no campo também foi contemplado pelas ações federais desencadeadas pelo MDA, em parceria com a SPM, SEDH, com o apoio da Seppir, por meio do programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural. Foram emitidos documentos para mais de 14 mil trabalhadoras de 64 comunidades, em nove estados brasileiros. A emissão dos documentos é feita por meio de mutirões itinerantes.

B.7 – AÇÕES DE ETNODESENVOLVIMENTO

A Seppir articulou com a Secretaria Nacional de Economia Solidária/MTE uma ampla ação de etnodesenvolvimento, na qual são parceiros a Fundação Banco do Brasil e a Fundação Universitária de Brasília, com o apoio do MDA e MDS. O projeto conta com a participação direta dos quilombolas e objetiva levantar a situação das comunidades no que diz respeito à constituição de uma estratégia de organização baseada na economia solidária e na autogestão. As principais atividades desse projeto são:

- capacitação de agentes quilombolas para o etnodesenvolvimento econômico solidário dos núcleos de produção locais;
- fomento à organização de cooperativas e associações constituídas;
- identificação das vocações e potencialidades das comunidades;
- identificação das necessidades técnicas e materiais das comunidades, para que seja possível promover a organização de empreendimentos coletivos;
- identificação dos empreendimentos coletivos já existentes nas comunidades;
- elaboração de um diagnóstico que identifique a situação legal e financeira dos empreendimentos encontrados e apontem saídas para os seus problemas.

Inicialmente, em 2004, foi realizada a capacitação da 1ª Turma de Agentes de Etnodesenvolvimento Quilombola. A partir daí, surgiram projetos de implementação de processos de economia solidária nas comunidades. Em 2005, o trabalho envolveu 203 comunidades, quando a previsão era de 155, considerando os projetos já descritos anteriormente no item "Fomento ao Desenvolvimento Local".

Esse conjunto de ações possibilita uma nova oportunidade de integração econômica e fortalece a produção coletiva e a segurança alimentar, constituindo-se como alternativa de desenvolvimento que valoriza os aspectos tradicionais das famílias quilombolas.



2.2 – AÇÕES AFIRMATIVAS

A Política de Ações Afirmativas – coordenada pela Seppir com envolvimento de vários organismos de governo e demais instituições públicas e privadas – fundamentou-se pela articulação e formulação política, com o objetivo de eliminar as desigualdades raciais. Nesse sentido, a Seppir atuou junto ao Ministério de Planejamento para que esta política passe a ser um programa integrado à lógica do PPA e com isso garanta uma priorização no que diz respeito ao monitoramento e à gestão pública, perspectiva esta que deve concretizar-se no próximo ano.

Participou, ainda, de um Grupo de Trabalho, baseado nos instrumentais do PPA, com o intuito de construir um programa de capacitação de gestores públicos que garanta a transversalidade de raça, gênero e direitos humanos nas políticas públicas. Integram este grupo a Seppir, a SPM, a SEDH e a Casa Civil.

A 1ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres e a subsequente construção do Plano Nacional de Política para as Mulheres reafirmou o desafio de elaboração conjunta das políticas de gênero e raça. Foi instalada uma Comissão de Monitoramento, composta por organismos do governo federal e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que visa à implementação deste plano pelo governo federal e a concertação com governos estaduais, municipais e organismos da sociedade civil. Este trabalho foi a base para a 1ª Conapir, onde houve uma oportunidade ímpar para o aprofundamento da reflexão, a partir de análise e proposição apresentada em conjunto pela Seppir e a SPM. Cabe ressaltar que a SPM tem como prioridade ações de combate à violência de gênero, e neste sentido desenvolve projetos voltados ao atendimento e à assistência: Delegacias de Defesa das Mulheres, Centros de Referência para Atendimento às mulheres em situação de violência e Casas de Abrigo. É importante registrar que o atendimento a essa realidade implica a compreensão da diversidade existente entre as mulheres.

A Seppir contribuiu com a inclusão da questão racial no processo de formatação da Política Nacional de Juventude, coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude. Integra, assim, o Conselho Nacional da Juventude (Conjuv) e as três câmaras temáticas desse Conselho: Desenvolvimento Integral, Qualidade de Vida e Direitos Humanos. O processo de composição do Conjuv possibilitou o mapeamento de um número significativo de jovens líderes quilombolas, do movimento hip hop, de religiões de matriz africana e de organizações governamentais, além de especialistas negros da área de políticas públicas de juventude, o que viabilizou a criação da Rede Nacional de Juventude Negra (Renajun). Um dos momentos de grande articulação em âmbito nacional foi a oficina preparatória para a 1ª Conapir, denominada "Oficina de Juventudes Negras do Brasil - A caminho da Conferência Nacional", a partir de uma parceria com a Fundação Friedrich Ebert. A Seppir integra o Conanda/SEDH e a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil/MTE com o objetivo de definir estratégias e ações para crianças e adolescentes negros que se encontram em situação de desvantagem social e econômica e com seus direitos violados. Como resultado dessa participação, vale mencionar a realização de atividades de formação temática étnico-racial no Sistema de Atendimento das Medidas Sócio-Educativas/Sinase, conjunto ordenado de princípios, regras e ações de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo que envolve o processo de apuração de infrações e a execução de medida sócio-educativa aos adolescentes. Assim, foi assegurado neste sistema o princípio da "Diversidade étnico-racial, de gênero e sexual como eixo da prática pedagógica", constituindo-se também como um dos eixos temáticos da VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

As políticas de ações afirmativas levam em consideração a necessidade de fortalecimento do recorte étnico-racial e de gênero, com especial atenção às crianças, aos adolescentes e jovens, partindo dos eixos prioritários: educação e cidadania; desenvolvimento, trabalho e geração de renda; saúde e



qualidade de vida; diversidade cultural e combate à intolerância religiosa; segurança alimentar e nutricional; e segurança pública e ordenamento jurídico. Concretizaram-se no período descrito neste relatório projetos com 18 entidades da sociedade civil voltados à ampliação do trabalho.

2.2.1 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Foram identificadas 47 ações na estrutura do MEC cujos objetivos são: garantir o acesso e a permanência das crianças negras na escola; possibilitar a alfabetização e qualificação profissional de jovens e adultos negros; incentivar a inserção de jovens negros na universidade; oferecer ensino de qualidade; e estimular a adoção de uma pedagogia não sexista, que promova a igualdade racial no sistema educacional brasileiro.

Esse é o resultado das ações iniciadas em 2003, a partir do Protocolo de Intenções – MEC/Seppir, que definiu as diretrizes e prioridades. Assim, em 31 de março de 2005, foi apresentado um balanço das ações no seminário: “Políticas de educação e ações afirmativas”, com o objetivo de repassar informações e estimular o envolvimento de entidades da sociedade civil na formulação e no monitoramento das ações do governo federal. Participaram da atividade os integrantes do CNPIR, do Fipir, de entidades no campo da comunicação alternativa, o artista Martinho da Vila, os ministros da Cultura e Educação e as ministras de Políticas para as Mulheres e Igualdade Racial.

No que diz respeito à educação superior em universidades privadas, uma das principais realizações foi o Programa Universidade para Todos (ProUni), do MEC, que estabelece ações afirmativas para estudantes negros e indígenas de forma proporcional à população das respectivas unidades da federação, com base em dados do IBGE. O ProUni é destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior e beneficiou cerca de 112.275 alunos, dos quais 38.413 são negros. Considera-se que dificilmente eles poderiam ingressar nas universidades sem a adoção dessa medida.

Nas universidades públicas, desenvolvem-se experiências de implementação de programas de ações afirmativas, com a adoção de cotas para negros e indígenas. Desde 2004, somam-se 23 experiências²⁴ que viabilizaram a inserção de cerca de 11 mil negros e indígenas em todo o país. Entre elas, foram acompanhadas mais diretamente pela Secretaria as experiências de três universidades estaduais – Uneb, UERJ e Unemat - e três federais - UnB, Unifesp e UFMT.

As experiências mencionadas antecipam a votação do Projeto Lei - PL 73/1999 que tramita na Câmara Federal – CF, apensando o PL 3627, encaminhado em 13/05/04, pelo governo, ao Legislativo. A proposta do governo indica a implantação do Sistema de Reserva de Vagas para Negros e Indígenas no Ensino Superior Público Federal, como resultado da análise do Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, criado em 2003, pela Presidência da República, sob a coordenação conjunta da Seppir e do MEC, com o objetivo de conhecer os projetos de lei que tramitavam na Câmara Federal. E também realizar um levantamento de dados sobre as desigualdades educacionais entre negros e brancos no ensino brasileiro, em especial no ensino superior, para promover o diálogo entre tais instituições e a sociedade civil organizada, no sentido de conhecer a realidade do alunado brasileiro.

A inserção étnico-racial no ensino superior avançou também com a mudança de critérios do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Foram acrescentados 20% no índice de

24 Anexo 11 – Universidades que desenvolvem programas de reservas de vagas.



classificação para candidatos negros, o que estimulou o acesso de cerca de 36 mil afrodescendentes a cursos superiores não gratuitos, por meio de concessão de crédito educativo.

Quanto à caracterização do alunado brasileiro, o Censo Escolar “Mostre sua Raça, Declare sua Cor” trouxe pela primeira vez o recorte racial. Esse trabalho ocorreu em março, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC). O Censo deu início a um processo de coleta de dados que, por sua vez, produzirá indicadores sociais que permitirão avaliar com precisão a evasão escolar e sua interrelação com os componentes étnico-raciais dos alunos. Essas informações poderão ser utilizadas para a formulação e implantação de ações afirmativas específicas.

Em conjunto com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC, foram desenvolvidas ações de elaboração, execução e monitoramento em várias áreas. Junto ao Comitê de Avaliação dos Projetos do Programa Diversidade, na Universidade, foi possível contribuir com a revisão de Projetos Inovadores de Curso (PIC), que buscam assegurar a equidade e diversidade na educação superior para afrodescendentes e indígenas.

Com organizações do movimento negro, organizações não governamentais, educadores e especialistas em educação e relações raciais de todo o país, foram realizados estudos para revisão da Lei n. 10.172/01, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE). O objetivo é incluir a questão racial em todos os níveis e modalidades de ensino, com repercussão nos planos de educação estaduais e municipais, na perspectiva de manter uma ação contínua, considerando a inclusão da igualdade racial em políticas públicas da área educacional. O grupo também elaborou uma proposta para garantir no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) recursos financeiros para a promoção da igualdade racial.

Uma outra medida contundente para democratização do ensino é a implementação da Lei nº 10.639, publicada em 09.01.03, que instituiu a obrigatoriedade de inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo da Rede de Ensino e institucionalizou uma série de iniciativas no ensino fundamental e médio, com repercussão também no nível superior.

A principal ação desenvolvida pela Seppir, em apoio ao MEC, foi a realização, em 2004, dos “Seminários Técnicos de Promoção da Igualdade Racial”, em três estados e 29 municípios, atingindo 2.080 gestores e educadores, com o objetivo de fortalecer as ações em âmbito local. Os seminários deram-se por meio do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial e somaram-se aos Fóruns Estaduais de Educação e Diversidade Étnico-Racial, em 2005, promovidos pela Secad/MEC com a participação da Seppir, que atingiram cerca de 10 mil professores em 20 eventos realizados. Neste mesmo período, foi adotado o Caderno das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, material didático pedagógico de apoio à Lei, elaborado por Petronilha Beatriz da Silva, integrante do Conselho Nacional de Educação.

Foram estimulados educadores, pesquisadores e docentes negros que atuam nos Núcleos de Estudos Afro Brasileiros (Neabs) e na Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, com o intuito de contribuir para o fortalecimento de ambas as organizações. Neste sentido, a Seppir apoiou e participou do “VI Encontro Nacional de Pesquisadores Negros” em São Luiz (MA), em 6 e 7 de setembro de 2004, que teve como uma das principais propostas de continuidade a constituição de uma Rede para ampliar a organização.

O MEC, em junho de 2005, destinou R\$ 2,5 milhões ao desenvolvimento de projetos para a implementação da Lei 10.639, por instituições públicas de ensino superior, no projeto Uniafro, voltando-se aos Neabs. O resultado previsto inclui a formação de 3.450 professores e ações complementares, como concessão de 216 bolsas de estudos de graduação, por 10 meses, para alunos envolvidos em seminários de ações



afirmativas e/ou relações étnico-raciais e oficinas temáticas, além de elaboração de três vídeos, website e 18 pesquisas sobre relações étnico-raciais e ação afirmativa.

A Seppir apoiou a realização do Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu*: Culturas Negras do Atlântico, do Departamento de História da UnB, estruturado em 13 módulos presenciais, palestras, seminários e defesa de monografias. O curso foi realizado no período de outubro de 2004 a dezembro de 2005 e destinado a 45 educadores da rede pública do Distrito Federal.

Destaca-se, também, o projeto "A Cor da Cultura", lançado em agosto de 2004, com programação contínua até 2006. Este projeto viabilizou a produção de cinco séries de audiovisuais, com 56 programas, a partir de uma parceria entre a Seppir, a Petrobrás, o Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro (Cidan), a Rede Globo, a Fundação Roberto Marinho, o Canal Futura, com o apoio do MEC e MinC.

Essas entidades compõem um Comitê Gestor, cuja função é coordenar o projeto e buscar novas parcerias para a sua ampliação, considerando a valorização e preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro por meio das seguintes iniciativas:

- a) criação de audiovisuais sobre a história e cultura afro-brasileira;
- b) valorização de iniciativas de inclusão, para ampliar a visibilidade de ações afirmativas já promovidas pela sociedade;
- c) favorecimento da criação de práticas pedagógicas inclusivas, fornecendo a educadores exemplos práticos adotados em diversas outras salas de aula do país.

As produções foram veiculadas pela TV Globo, Canal Futura, TVE e por meio de um website, somando-se a atividades de mobilização e formação presencial de professores. Os programas são:

- "Programa Ação", cujo foco são experiências bem-sucedidas de cunho social executadas por voluntários, ONG's e moradores de comunidades para superar dificuldades vivenciadas por afrodescendentes.
- Programa "Livros Animados", composto por episódios especiais que apresentam 22 histórias infantis baseadas em contos africanos.
- Programa "Nota Dez", que mostra cinco episódios com experiências bem-sucedidas de valorização das diferenças.
- Série "Heróis de Todo o Mundo", com programas inspirados na vida de 30 personagens negros da história do Brasil, como José do Patrocínio, Elizeth Cardoso e Pixinguinha, interpretados por artistas negros da atualidade, como Nei Lopes, Zezé Motta e Toni Garrido.
- Série "Mojubá", com programas que abordam crenças, música e rituais de religiões de matriz africana.

Esses programas foram reunidos em fitas VHS e compõem o kit educativo e de capacitação, composto de um livro para professores, um dicionário de línguas africanas e um jogo educativo. No mês de novembro de 2005, passaram por atividades de capacitação 40 agentes multiplicadores que coordenarão os treinamentos dirigidos a dois mil profissionais de ensino (um por escola), até 2007, das redes pública e privada, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Pará.

Um outro projeto em desenvolvimento é o "Primeiro Curso de Formação de Profissionais da Educação em



Gênero, Relações Étnico-Raciais e Orientação Sexual”, coordenado desde 2004 pela SPM, em parceria com a Seppir, SEDH, MEC e o British Council. O objetivo é implementar uma ação inicial de formação de educadores do nível médio da rede pública de ensino e gestores da educação. O trabalho é feito por meio de cursos presencial e à distância, que visam à formação de 1.200 profissionais nos municípios de Porto Velho (RO), Dourados (MS), Salvador (BA), Nova Iguaçu (RJ), Niterói (RJ) e Maringá (PR). Nesta perspectiva, foi realizado o Seminário “Formação de Profissionais da Educação em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais”, em 30 de novembro de 2005. A partir deste evento, agregou-se a parceria do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos/Instituto de Medicina Social da Uerj, responsável pela elaboração do conteúdo e da metodologia do curso.

No que diz respeito às políticas para a juventude como forma de contribuir para as educacionais e das demais áreas, destacam-se:

- O encontro "Vozes Jovens II - Somando esforços para transformar desafios em contribuição efetiva para o fortalecimento das políticas e programas de juventude no Brasil", realizado entre os dias 21 a 23 de março, em Brasília, que reuniu jovens de todas as regiões do Brasil e de vários segmentos, entre eles quilombolas, do movimento hip hop, indígenas e de religiões de matriz africana. A atividade, realizada pelo Banco Mundial, teve a participação da Secretaria Nacional de Juventude, do MDA, do MEC e da Seppir e desdobrou-se em atividades regionais similares, em Fortaleza e Recife.
- Durante o processo preparativo da II Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, organizada pelo MEC e MMA, com a participação da Seppir na Comissão Organizadora Orientadora Nacional, destacaram-se uma oficina étnico-racial dirigida aos facilitadores estaduais, ocorrida em abril; a elaboração do livro didático "Passo-a-Passo"; a 1ª Vídeoconferência com as Comissões Organizadoras Estaduais, em agosto; e o II Encontro Nacional de Juventude pelo Meio Ambiente, em setembro.
- O Encontro Latino Americano e Caribenho de Líderes Juvenis, Metas do Milênio - ONU, em maio, contou com a participação de 40 delegados brasileiros, muitos deles afrodescendentes. Foi o começo de um intercâmbio com os ministérios de juventude das Américas e os africanos presentes.
- Foi realizada em dezembro, pela Seppir e pelo Fundo das Populações das Nações Unidas, uma reunião de trabalho com nove jovens, entre eles indígenas, quilombolas, ciganos e outros, para estruturar a oficina de Saúde Reprodutiva e Sexualidade, prevista para o próximo ano.

Como ação do governo, destaca-se nessa área o Pró-Jovem, programa que integra ações de elevação de escolaridade, formação profissional e o desenvolvimento de ações de interesse comunitário. Esse programa é desenvolvido em parceria com prefeituras e foi implantado em todas as capitais brasileiras, com 213 mil jovens inscritos e 90 mil matriculados. A Seppir integrou, em 2004, o Grupo de Trabalho Interministerial que formatou a proposta da Política de Juventude e do Pró-Jovem. Por suas características, o programa atende em grande parte a juventude negra e pobre.

As iniciativas demonstradas ilustram aspectos relevantes das ações em curso, no entanto necessita-se de maior detalhamento quanto à sua abrangência, além de ampliação de informações na área educacional.



2.2.2 – DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA

No Brasil, a promoção do trabalho decente passou a ser um compromisso do governo brasileiro e da OIT a partir da assinatura, em junho de 2003, durante a 91ª Conferência Internacional do Trabalho, de um Memorando de Entendimentos que prevê o estabelecimento de um Programa Especial de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de uma Agenda Nacional de Trabalho Decente, em consulta com organizações de trabalhadores e de empregadores.

Portanto, a Seppir passou a compor o GTI - Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para discutir a Agenda Nacional do Trabalho Decente - ANTD²⁵. Esta agenda estrutura-se a partir de três prioridades: gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; erradicar o trabalho escravo e o trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e fortalecer os atores tripartites e o diálogo social.

A partir daí, reafirma-se na área do desenvolvimento, trabalho e renda a prática de articular e coordenar a incorporação do recorte étnico-racial aos programas e ações do MTE. O objetivo é atender à demanda histórica da inclusão digna da população negra no mercado e nos programas de geração de emprego e renda.

As áreas de atuação foram a Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades de Gênero e Raça no Trabalho; o Programa Nacional do Primeiro Emprego; o Programa de Qualificação e Requalificação Profissional; o Programa Brasil, Gênero e Raça; e o Plano Setorial de Qualificação de Trabalhadores Domésticos.

COMISSÃO TRIPARTITE DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

A Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho foi criada por decreto presidencial, sob coordenação do MTE, em 20 de agosto de 2004, durante a visita do Diretor Geral da OIT ao Brasil. Essa comissão é composta por representações diversas: governo federal – MPOG, Seppir, SPM e SEDH); centrais sindicais – Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, Central Geral dos Trabalhadores, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Social Democracia Sindical e Central Autônoma dos Trabalhadores; confederações de empregadores – Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional da Agricultura, Confederação Nacional do Comércio, Confederação Nacional do Transporte e Confederação Nacional das Instituições Financeiras; e o Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir). O papel da OIT de assessoria técnica permanente foi reconhecido no Regimento Interno da Comissão, cujo caráter é consultivo.

²⁵ A OIT conceitua trabalho decente como "uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Entende-se por trabalho decente um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança e capaz de garantir uma vida digna. Para a Organização Internacional do Trabalho - OIT, a noção de trabalho decente se apóia em 4 pilares estratégicos: a) o respeito às normas internacionais do trabalho (em especial aos direitos e princípios fundamentais do trabalho que são a liberdade sindical e de negociação coletiva, a eliminação do trabalho infantil, do trabalho escravo e de todas as formas de discriminação); b) a promoção do emprego de qualidade; c) a extensão da proteção social; e d) o diálogo social" (Fonte: documento do MTE, de 07/03/2006).



Os objetivos prioritários dessa comissão são: a promoção de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da igualdade de oportunidades e de tratamento e o combate a todas as formas de discriminação de gênero e raça no mundo do trabalho.

Para alcançá-los, o mandato da comissão inclui a discussão e a apresentação de propostas de políticas públicas com essas temáticas; o apoio à incorporação dos enfoques de gênero e raça ao planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das ações do MTE; o apoio a iniciativas parlamentares e de outras instituições, inclusive da sociedade civil; a promoção e disseminação da legislação relevante para o fortalecimento da igualdade de oportunidades e tratamento de mulheres e negros no mundo do trabalho.

Como resultado de sua atuação, pode-se destacar o reforço à implementação de políticas de diversidade de gênero, raça e pessoas com deficiência nas empresas, a partir do aprofundamento do debate com as confederações e federações dos empregadores e centrais sindicais de trabalhadores.

PROGRAMA NACIONAL DE ESTÍMULO AO PRIMEIRO EMPREGO

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego envolve um conjunto de ações do governo federal, coordenadas pelo MTE, direcionadas à inclusão de jovens no mercado de trabalho. Prevê também a qualificação social e profissional de jovens empreendedores para obtenção de linhas de crédito no âmbito do programa Proger Jovem Empreendedor.

O público-alvo prioritário do Programa são jovens quilombolas, afrodescendentes, indígenas, egressos de unidades prisionais ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas, portadores de necessidades especiais e trabalhadores rurais.

A Seppir integra também o Conselho Consultivo do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego de Jovens (CCPNPE), com o papel de analisar e aprovar as propostas relativas aos Consórcios Sociais da Juventude que inserem o recorte racial, com vistas ao monitoramento e à publicação dos resultados. Os 27 Consórcios Sociais da Juventude que fazem parte do programa, entre eles um quilombola em Alcântara (MA), qualificaram 6.732 jovens, entre eles 4.035 negros, o que representa cerca de 59,24% do total.

PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO (PNQ)

O Plano Nacional de Qualificação é voltado à inclusão e valorização da diversidade de gênero e raça no ambiente de trabalho, por meio de financiamento de ações de qualificação social e profissional, com ênfase às populações mais vulneráveis ao desemprego atendidas pelo Sistema Público de Emprego, Inclusão Social e Desenvolvimento, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador FAT. Das 142,3 mil pessoas atendidas por esse plano, 62% são negros e descendentes de indígenas.

O Plano Setorial de Qualificação de Trabalhadores Domésticos é uma ação que atende demandas específicas desses profissionais, a partir do desenvolvimento de um programa de qualificação associado à elevação de escolaridade no ensino fundamental; da ampliação da proteção social e fortalecimento da representação das trabalhadoras domésticas; da melhoria das condições de trabalho e do estímulo ao debate e à promoção da revisão da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Foram realizadas oficinas para aprofundamento dos conteúdos do programa com 200 representantes das organizações de trabalhadoras domésticas e instituições sociais em Salvador, Brasília e Recife, com abrangência das sete cidades priorizadas. A próxima etapa do programa a ser executada são os cursos



de formação para as empregadas domésticas nessas cidades.

No que diz respeito ao empreendedorismo para afrodescendentes, o encontro nacional “Desenvolvimento Econômico e Social da População Negra” foi realizado em novembro, em Brasília, em parceria com o MTE e com o apoio da OIT, com o objetivo de dialogar com empreendedores negros, instituições governamentais e órgãos de financiamento sobre o acesso da população negra às oportunidades de trabalho. O evento foi composto de painéis e mesas-redondas sobre a população negra na perspectiva da educação e do trabalho, a situação atual da população negra no mercado e perspectivas de trabalho decente, a relevância do empreendedor afro-brasileiro no processo de desenvolvimento econômico e estratégias governamentais de inclusão. Participaram cerca de 50 gestores do serviço público federal e estadual e empreendedores de vários estados.

Como desdobramento desse evento, o MTE busca desenvolver metodologia para afrodescendentes, por meio de atividades produtivas de empreendedorismo, em parceria com o Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (Ceabra). A Seppir desencadeou diálogo com o setor de responsabilidade social do BNDES para realizarem ações na área de desenvolvimento econômico e social que fortaleçam esse segmento.

PROGRAMA BRASIL GÊNERO E RAÇA

O Programa Brasil, Gênero e Raça busca identificar práticas discriminatórias nas relações de trabalho a partir das Delegacias Regionais do Trabalho, por intermédio dos Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Combate à Discriminação. Esses núcleos já incorporaram as Políticas de Promoção de Igualdade de Oportunidades no Emprego e na Profissão e Combate à Discriminação aos programas e ações das delegacias e subdelegacias regionais, em todas as capitais. Em conjunto com a OIT, são desenvolvidas as ações educativas e preventivas, por meio de oficinas, palestras, seminários e grupos de trabalho, que enfocam princípios e diretrizes das convenções n. 100 e n. 111 da OIT e as convenções correlatas.

Em agosto, foi promovido o seminário “Nova institucionalidade: reestruturação das DRT’s, combate à discriminação e promoção da igualdade”, em Brasília, pelo MTE e pela OIT, com o apoio da Seppir. Compareceram ao evento todos os representantes dos Núcleos de Combate à Discriminação e os delegados regionais do trabalho das 27 unidades da federação.

PROGRAMA GRPE

Em continuidade ao Programa “Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego” – GRPE²⁶, foi firmado, em dezembro de 2004, um convênio de cooperação técnica entre a Seppir, a OIT e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que resultou na publicação da versão brasileira do Manual de Capacitação e Informação sobre Gênero, Raça, Pobreza e Emprego e em ações estruturantes do programa: oficinas, debates, seminários e reuniões de apresentação dos conteúdos do programa, oficinas de formação e planejamento, além da elaboração de plano de ação com os ministérios, em âmbito federal. Foram

²⁶ O GRPE foi criado para promover ações efetivas em níveis nacional, regional e local, assim como fortalecer a capacidade dos governos, centrais sindicais e empregadores para atuar na formulação e implementação de políticas de redução da pobreza, de promoção do emprego e da igualdade de gênero e raça. Para isso, realiza atividades formativas e elabora um plano de pesquisa e de publicações, que compõem sua base de conhecimento.



replicadas as atividades nacionais nos projetos pilotos em quatro localidades: Grande ABC (SP), São Paulo (SP), Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (que abrange um conjunto de municípios de Minas Gerais, do Espírito Santo e da Bahia) e Salvador (BA). Destaca-se também o processo formador do GRPE por meio de Reuniões Temáticas.

As ações e oficinas de capacitação na concentraram-se nos ministérios considerados estratégicos²⁷ para o combate a pobreza e geração de empregos:

- No MTE, foram desenvolvidas atividades de capacitação para gestores/as do Plano Nacional de Qualificação Profissional e Social (PNQ), com 75 pessoas, no apoio à Concertação Social sobre Trabalho Doméstico e no apoio técnico à Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidade e de Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho.
- No MPS, foram desenvolvidos cursos de formação para 300 coordenadores e gestores regionais do Programa de Educação Previdenciária em três das cinco regiões do país: Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Esse espaço de capacitação compôs a agenda de Reuniões Regionais do Programa de Educação Previdenciária.
- No MDS, foram realizadas três ações prioritárias para fortalecer a temática racial, com participação de 20 pessoas: apresentação mensal do Programa GRPE ao Fórum Interno desse Ministério, na presença de servidores, e em reuniões semanais de secretários.
- Em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), foi realizada para 100 gestores e representantes de instituições a oficina de capacitação em gênero raça e etnia, orientação sexual, pessoa com deficiência e procedência regional para o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e os Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ainda estão em curso as oficinas de capacitação para gestores públicos em quatro projetos- pilotos:
- Na Região do Grande ABC paulista, a partir do convênio com o Consórcio Intermunicipal Grande ABC²⁸, foram realizadas nove oficinas, com envolvimento de 100 servidores, gestores e outros atores sociais. Com isso, amplia-se a capacitação com a finalidade de garantir o recorte racial e de gênero entre os beneficiários dos programas Renda Cidadã, Bolsa Família, Banco do Povo, Casa Abrigo e Brasil Alfabetizado.
- Na cidade de São Paulo, no segundo semestre, a Seppir e a OIT assinaram com Prefeitura Municipal de São Paulo a renovação do Protocolo de intenções de implementação do GRPE, que amplia sua duração até 2008. Na ocasião, foi instalada a Comissão Intersecretarial de Monitoramento e Gestão da Diversidade (CIM-Diversidade), coordenada pela Secretaria do Trabalho e composta por 128 pessoas das diferentes secretarias da PMSP e representantes da sociedade civil, dos conselhos municipal e estadual da comunidade negra da capital.
- No Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, que abriga 105 municípios de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, a Seppir conveniou-se com a Agência de Desenvolvimento da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Mesovalés) e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa

²⁷ As atividades de capacitação dos gestores/as públicos na temática racial e de gênero por meio do Programa GRPE são desenvolvidas de forma integrada com a equipe de gênero e raça da Organização Internacional do Trabalho - OIT e respaldadas pelo Protocolo de Intenções, assinado por 11 organismos do governo federal e a OIT.

²⁸ Associação Civil sem fins lucrativos que agrega sete municípios para planejar ações de desenvolvimento local e regional.



(Fundep) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Por meio dessa parceria foram realizadas várias atividades de formação e assistência técnica que atingiram 75 mulheres artesãs e oficinas de capacitação para 40 conselheiros da Mesovales e representantes da sociedade civil. Integra ainda o projeto a elaboração do diagnóstico sobre o desenvolvimento local do Vale do Mucuri, que envolve 23 municípios daquela região, cujo objetivo é implementar o recorte racial e de gênero nos programas e ações.

- Na Bahia, como desfecho de uma série de articulações, foi realizado em novembro, em Salvador, o seminário de implementação do programa GRPE para 60 gestores públicos municipais e representantes da sociedade civil. O próximo passo serão oficinas e atividades de formação voltadas diretamente aos gestores de várias secretarias da administração municipal.

Outro espaço para formação contínua dos gestores e demais parceiros do GRPE são as reuniões temáticas, realizadas duas vezes no decorrer do ano, com os seguintes temas: Pobreza, emprego, gênero e raça no Brasil: um diagnóstico; e Inclusão e exclusão social no sistema previdenciário brasileiro: reflexões de gênero e consequência do emprego doméstico.

Essas atividades têm contribuído no processo de sensibilização e formação dos gestores públicos, no intuito de dar visibilidade à discussão e à articulação entre as desigualdades raciais e de gênero e a situação de pobreza. E também de fomentar a reformulação das políticas específicas, com o objetivo de fortalecer o enfrentamento das desigualdades raciais, da discriminação de gênero e da exclusão social de determinados grupos.

2.2.3 – SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Em 20 de novembro de 2003, a Seppir e o Ministério da Saúde assinaram um termo de compromisso para formular e implantar a Política Nacional de Saúde da População Negra, com o objetivo de reduzir os diferentes graus de vulnerabilidade à qual ela está sujeita em decorrência dos fatores sócio-econômicos e da discriminação. De acordo com as diretrizes definidas em 2004, no Plano Nacional de Saúde - que incorporou o recorte racial -, no PPA 2004/2007 e na Agenda de Prioridades do 1º Seminário Nacional de Saúde da População Negra, destacam-se as seguintes ações desenvolvidas em 2005:

A implantação da Política Nacional de Saúde da População Negra foi fortalecida por meio da designação, no Plano Plurianual (PPA 2004-2007), de um orçamento da ordem de R\$ 2 milhões anuais destinados exclusivamente à gestão e ao apoio à descentralização dessa política. Foram também tomadas iniciativas de proteção à saúde da Mulher Negra e da Criança Negra por meio da inclusão do recorte racial no Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. O pacto congrega o poder público e a sociedade civil em comitês locais para fiscalizar o cumprimento da legislação e das políticas voltadas à redução da mortalidade materna e de recém-nascidos. Já o Programa Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias busca organizar o SUS para oferecer os serviços de proteção à saúde previstos no PAF – Programa de Anemia Falciforme²⁹, que concretiza diretrizes e destina recursos orçamentários para adequar a infra-estrutura da rede de saúde, a capacitação de profissionais, a distribuição de insumos e o apoio às associações de doentes. Em 24 de novembro, foi

29

Instituído pela Portaria 1018/05/GAB/MS de 1º/07, publicado no D.O.U. nº 126 de 04/07/05, posteriormente ratificado pela Portaria 1391/05/GAB/MS de 16/08/05, publicada no D.O.U. nº 159 de 18/08/05.



lançado em Salvador (BA) o Programa Nacional de Combate ao Racismo Institucional no SUS. Seu objetivo é mobilizar os serviços do SUS para reconhecer, identificar e responder às formas de discriminação racial que interferem no acesso e na qualidade da atenção à saúde. Destaca-se o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), que é uma parceria do PNUD com o Departamento do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID), a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS) e o Governo Brasileiro - por meio da Seppir, MS, MRE e o Ministério Público Federal (MPF/PGR). Conta com a participação da Prefeitura da Cidade do Recife, da Prefeitura Municipal de Salvador e do Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

No "Dia Mundial de Luta contra a Aids", em 1º de dezembro de 2004, foi lançado o "Projeto Afroatitude", por meio do "Programa de Ações Afirmativas: População Negra e Aids", coordenado pelo Programa Nacional de Combate à Aids/DST, da Secretaria de Vigilância Sanitária/MS, em parceria com a Seppir, SEDH e o MEC. O projeto consiste na concessão de bolsas de iniciação científica para pesquisas sobre Aids e Saúde da População Negra. Em 2005, foram envolvidos 550 estudantes cotistas negros em 11 universidades públicas³⁰. Além do estímulo à pesquisa, esse projeto contribui para a manutenção dos alunos cotistas nas universidades públicas.

Em 2005, no dia 1º de dezembro, foi lançada a campanha publicitária "Aids e Racismo, o Brasil tem que viver sem preconceito". O fato destaca a grande vulnerabilidade da população negra à infecção pelo HIV, devido à sua condição social precária e ao histórico de racismo, discriminação e dificuldade de acesso às políticas públicas. Como parte da Campanha, o MS – por meio da Coordenação do Programa Nacional de Combate à Aids/ DST, da Secretaria de Vigilância Sanitária, com o apoio de diversos outros organismos, inclusive a Seppir – realizou um show com personalidades reconhecidas, como Margareth Menezes, Sandra Sá, Xandy, Tony Garrido, Ilê Aiyê e Olodum. A atriz Isabel Filardis e o ator Jorge Washington foram os mestres de cerimônia. No mesmo dia, foi realizado um ato solene com anúncios das ações de governo nesta área, com a presença de personalidades como Margareth Menezes, Netinho de Paula e outros, e exibido um pronunciamento em rede nacional dos ministros da Saúde e da Igualdade Racial.

A Seppir passou a acompanhar, a partir de 2005, o convênio estabelecido entre o MS e a Contag que busca promover a formação e informação sobre o direito a saúde no campo, com a perspectiva da territorialidade e a igualdade de gênero, articulada com dimensões de geração, raça e etnia. O projeto é voltado para dirigentes e gestores da Contag, as Federações Estaduais de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, dirigentes, lideranças, profissionais da saúde, conselheiros, comunicadores selecionados nos territórios, tendo em vista a multiplicação de informações e a incidência nos serviços de saúde.

A incorporação do recorte racial às principais publicações periódicas de análises epidemiológicas e de vigilância em saúde no SUS, tais como os volumes de referência Saúde Brasil 2005, Atlas de Saúde 2005 e Boletim Epidemiológico de Aids, são importantes ferramentas no planejamento de ações que busquem diminuir e eliminar as desigualdades raciais em saúde e garantir a equidade.

Destaca-se, ainda, a elaboração das propostas que serão submetidas à Comissão Intergestores Tripartite do SUS, para pactuar o Plano de Gestão da Saúde da População Negra e o Programa de Atenção Integral à Anemia Falciforme entre as três esferas de governo, com destaque para as ações do Fipir, que definirá as competências de cada gestor do SUS nesse processo de descentralização das ações.

30 Seis universidades públicas federais (Unifesp/SP, UFBA/BA, Afal/AL, UnB/DF, UFPR/PR) e cinco universidades públicas estaduais (Uerj/RJ, UEMG/MG, Unimontes/MG, Uneb/BA, UEMS/MS e UEL/PR).



2.2.4 - DIVERSIDADE CULTURAL E COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Com o objetivo de contribuir para dar maior visibilidade à cultura africana e afro-brasileira, resgatar valores que constituem a cultura brasileira e ampliar a cidadania dos povos indígenas e ciganos, foram desenvolvidas atividades pela Seppir e demais organismos de governo. E apoiadas iniciativas de instituições e grupos nas áreas de comunicação, pesquisa, artes plásticas, música, dança, organização política e outros meios de valorização da diversidade.

CULTURA, COMUNICAÇÃO E DIVERSIDADE

Para fortalecer a ação de comunicadores que privilegiam informações de interesse do público afro-brasileiro e atender a uma demanda do movimento negro, a Seppir realizou três reuniões, com cerca de 30 profissionais de veículos impressos, rádio, tevê e internet. Foram selecionados projetos de comunicação de 24 entidades para realização durante a 1ª Conapir, que geraram material informativo sobre o evento e iniciaram trabalhos posteriores. Com isso, constituiu-se um grupo de trabalho que organizará um seminário nacional de mídia negra, tendo em vista o aprofundamento de debates sobre as políticas de comunicação, na perspectiva de inclusão dos interesses dos afro-brasileiros.

A Seppir apoiou o Encontro Internacional África Brasil, realizado de 12 a 15 de outubro, em São Paulo, com a participação de profissionais de comunicação brasileiros e de vários países africanos. O tema do encontro foi "Igualdade racial, um desafio para a mídia".

Em prosseguimento ao "Projeto Identidade e Resistência – 90 anos de Arte de Abdias do Nascimento", neste ano realizou-se a exposição itinerante "Abdias do Nascimento – Memória Viva", que estreou no Rio de Janeiro e deve ser reeditada em Salvador, São Paulo e Brasília. O projeto foi lançado em 2003, pelo Instituto de Pesquisa Afro-Brasileira (Ipeafro), com apoio da Seppir.

A Campanha "Ação Afirmativa – Atitude Positiva" entrou em seu segundo ano. Realizada pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), entidade do movimento negro brasileiro com sede no Rio de Janeiro, em parceria com várias outras organizações da sociedade civil, tem como objetivo defender e valorizar as iniciativas já existentes no campo das ações afirmativas. Pelo governo federal, os apoios são da Seppir e da SEDH, a partir de uma agenda conjunta que reforça as ações junto às empresas e à sociedade civil.

Para reafirmar o entrelaçamento entre gênero e raça, novamente o governo brasileiro apoiou a "Campanha dos 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres", uma iniciativa do Centro para a Liderança Global das Mulheres (Center for Women's Global Leadership), cuja organização no Brasil ficou a cargo da Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (Agende); do Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem-Brasil); da bancada feminina no Congresso Nacional; da Unifem; e do governo federal (SPM e Seppir).

O Museu Afro-Brasil, idealizado pelo artista plástico Emanuel Araújo – que efetuou a doação de obras para seu acervo – e inaugurado pela Prefeitura de São Paulo em novembro de 2003, conta com o apoio do governo federal e da Petrobras. Na seqüência, em 2005, foi firmado um convênio entre a Seppir e o Instituto de Política Florestan Fernandes, com o objetivo de editar livros e roteiros sobre o acervo para tornar mais conhecido este equipamento muito significativo para a cultura negra em âmbito nacional e internacional.



De maneira inédita, várias personalidades e instituições nacionais e internacionais envolveram-se com a primeira emissora dirigida por negros - TV da Gente -, cuja programação leva em conta a participação dos negros e a diversidade racial brasileira. Essa iniciativa, lançada em 20 de novembro de 2005, conta com o apoio da Seppir, considerando a apresentação a outros órgãos do governo federal e à área empresarial para a captação de recursos, divulgação e ampliação do projeto.

A sexta edição do Festival Hutuz, o maior festival de hip hop da América Latina, teve o apoio da Seppir. O festival é realizado pela Central Única das Favelas (Cufa) e apoiado por diversos setores da sociedade – governos, organizações não governamentais, empresas etc. Sua programação reúne eventos multifacetados que, por meio de uma linguagem simples e eficaz, consolidam o hip hop como uma cultura amplamente rica. Contribui assim para a mudança do conceito de subcultura desse gênero e ganha cada vez mais espaços sólidos no mercado cultural, esportivo, literário, fonográfico, cinematográfico, de artes plásticas e moda, entre outros. Nesta edição do Hutuz, a Secretaria participou em 18 de novembro, da mesa de debates “Movimento e Resistência”, composta por diferentes personalidades do hip hop e de setores da política pública brasileira.

Por meio do MinC, investe-se na consagração do samba, música e dança em obra-prima do patrimônio oral e imaterial da humanidade. Nesse intuito, foi lançado em 2004 o projeto “Samba, Patrimônio da Humanidade”, durante um evento comemorativo no Dia Nacional do Samba, a partir de parceria da Seppir com a FCP, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Centro Cultural Cartola.

Neste ano, concretizando a parceria, realizou-se a exposição “Simplesmente Cartola”, na quadra da escola de samba Mangueira, no Rio de Janeiro, e foi iniciado um inventário sobre o samba carioca com dados colhidos com as velhas guardas das tradicionais escolas de samba Mangueira, Portela, Império Serrano e Vila Isabel. A perspectiva é nacionalizar o projeto ao estender o inventário para outros estados e proclamar o samba patrimônio do Brasil.

Foram desenvolvidas ações de apoio à Confederação Brasileira de Capoeira, considerando esta uma atividade esportiva, lúdica e de resistência, balizada na cultura afrodescendente. Os apoios diretos foram ao desfile de 300 capoeiristas nas comemorações de 7 de setembro e ao Fórum/Convenção Nacional de Capoeiristas, em dezembro, ambas realizadas em Brasília.

Na comemoração do 20 de Novembro - Dia Nacional da Consciência Negra, desde 2004 a Secretaria participa do projeto coordenado pela Companhia Black e Preto, com o apoio da Petrobrás e da Rede Globo, nos Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 2005, o show em São Paulo foi realizado com os grupos Revelação, Doce Encontro, Katinguelê, Privilégio, Estatuto do Samba e Um Só Ideal. Jorge Benjor apresentou-se nos Arcos da Lapa, Rio de Janeiro, com abertura da bateria-mirim da Escola de Samba Beija Flor e da Banda Caixa Preta.

A “Campanha da Diversidade”, lançada em novembro de 2004, tem como meta sensibilizar os dirigentes das instituições públicas, privadas e outros importantes atores sociais para a adoção de políticas de diversidade na inclusão dos grupos historicamente discriminados no Brasil. Seu foco é a defesa da inclusão social, étnica e racial como forma de ampliar as condições e as oportunidades de grupos socialmente desfavorecidos, para garantir especialmente às populações afro-descendente e indígena possibilidades de conquistas no mundo do trabalho e em outras instâncias sociais, políticas e culturais. Na primeira fase, foram exibidas duas peças publicitárias em tevê aberta: uma que mostra representantes de diferentes grupos discriminados como protagonistas em diversos setores da sociedade (empresários, agricultores, professores) e outra que apresenta uma situação de trabalho no comércio na qual negros ocupam postos de gerência e controle, o que não é comum na área.

Foi realizado intercâmbio da Seppir com a IBM do Brasil e a de Nova York, em setembro, para aprofundar



o conhecimento das ações afirmativas brasileiras e do “Programa IBM de Diversidade”. Após esse primeiro passo, elabora-se um instrumento de parceria que será firmado no próximo ano.

A partir de debates realizados com a Subsecretaria de Comunicação Institucional (Secom)/SG-PR, o CNPIR, o Cidan, a Petrobrás, os grupos Ilê Ayê e Olodum, a revista Raça, a Rede Globo, o Canal Futura, a Associação Brasileira de Rádio de Televisão (Abert), o Ceap e a Unesco, começou a segunda fase da campanha, tendo em vista o envolvimento de empresas do setor público e privado. Será estruturado um comitê gestor para realizar um grande seminário e também preparar uma intervenção direta em empresas, por meio de apoio ao desenvolvimento de programas de ações afirmativas.

RELIGIOSIDADE DE MATRIZ AFRICANA

Com base no princípio de que as comunidades de terreiros constituem redutos de conhecimento ancestral africano e afirmam a sobrevivência de uma identidade negra, a Seppir articula parceiros de governo e a sociedade civil para contribuir com a mudança de estereótipos, preconceitos e discriminações dirigidos a este setor.

As principais ações desenvolvidas neste período referem-se às políticas de segurança alimentar e nutricional (página 59), às questões de comunicação e aos debates e articulações nacionais. Assim, no segundo semestre, mais especificamente em outubro e novembro, foram realizados seminários sobre políticas públicas para comunidades de terreiros, em Minas Gerais e na Bahia, que reuniram respectivamente 52 e 59 pessoas de todas as regiões do país, com o objetivo de planejar o encaminhamento das deliberações da 1ª Conapir.

Em todas as situações de trabalho a perspectiva foi o fortalecimento do componente social e político deste campo de atuação, reforçando suas proposições e ações em todas as áreas da política pública.

INDÍGENAS E CIGANOS

Como fase preparatória para a 1ª Conapir, foram realizadas a Consulta Indígena e a Audiência Cigana, com o objetivo de aprofundar debates e propiciar a participação destes diferentes grupos. A Consulta Indígena indicou como principais temas de discussão as questões relacionadas aos povos indígenas desaldeados, à saúde, à participação na política indigenista do governo e às demarcações. A Audiência Cigana aprovou como principais indicativos a criação de um núcleo virtual de resgate da cidadania para a expedição de documentos, a implantação de um programa de alfabetização de adultos, um programa de atendimento médico e odontológico nos acampamentos e o direito a aposentadoria e outros benefícios previdenciários.

Voltando-se aos povos indígenas, a Seppir integrou o Grupo de Trabalho Interministerial instituído pela Portaria Interministerial nº 893, de 8 de novembro de 2004, coordenado pelo Ministério da Justiça, e composto por diversos organismos, inclusive a Fundação Nacional do Índio - Funai, órgão responsável pela política indigenista do Estado brasileiro e pela execução de grande parte das ações governamentais dirigidas aos povos indígenas. Neste ano, o GTI definiu a sistemática dos trabalhos, inclusive o processo de consulta, promovendo o debate interno no governo federal e com as representações indígenas, o que possibilitou conformar um rol de sugestões de ações para que se possa elevar a condução da política indigenista a um patamar digno de uma política de Estado.



A Seppir passou a integrar a Comissão Executiva dos Jogos dos Povos Indígenas, liderada pela Secretaria Executiva do Ministério dos Esportes, para organizar o evento que ocorreu entre os dias 18 a 26 de novembro, em Fortaleza, CE, e contou com 1297 indígenas de 30 etnias. Os debates proporcionados pelos jogos indígenas resultam em proposições para todas as áreas da política pública brasileira.

No segundo semestre, foi publicado edital para Apoio a Projetos de Tecnologias Sociais para Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas, em parceria com o MCT, o MMA, a Seppir, a SEAP e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no valor de R\$ 3,2 milhões, para apoio financeiro de projetos de extensão e disponibilização de tecnologias sociais para essas comunidades e povos, de forma articulada com as suas organizações representativas. Essa iniciativa atende a prioridade estratégica do governo federal para o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais e povos indígenas na perspectiva de contribuir com o suporte científico e tecnológico necessário.

Dois termos de cooperação foram firmados com os governos locais do Acre e de Bertioga para promover ações que valorizam a cidadania e a cultura indígena, com especial atenção para os serviços de saúde, educação, cultura, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Entre elas, a realização de estudos para implementar programas sociais do governo federal e estadual com respeito às especificidades culturais, ambientais e geográficas de cada povo.

Quanto aos ciganos, no segundo semestre foi instituído o Grupo de Trabalho com a participação Casa Civil, CNPIR, MinC, MPS, MS, MCidades, MDS, MTE, MEC, MJ, Ministério da Defesa e Ministério do Exército, sob a coordenação da Seppir. O objetivo desse grupo é formular e implementar políticas públicas que contemplem a demanda da comunidade cigana aprovada na Conferência. Foram realizadas cinco reuniões com representantes das comunidades ciganas e uma visita técnica de integrantes do GT ao Município de Trindade (GO). Estão previstas duas visitas às comunidades ciganas dos Municípios de Souza-PB e Curitiba-PR.

2.2.5 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A segurança alimentar e nutricional tem sido política crescente na agenda de promoção da igualdade racial, ação que se estrutura a partir do MDS e, mais particularmente, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea. Dessa forma, além da participação da Seppir, o Consea compreende a participação de entidades da sociedade civil, com atuação no movimento negro, de mulheres negras e de comunidades de terreiro. Em decorrência desta atuação, foi criada a “Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras”, que monitora a agenda de trabalho, com destaque para as comunidades quilombolas e de terreiros.

Em 2004, no dia Mundial da Alimentação, foi realizada a “ação de combate à fome”, na comunidade quilombola de Kaonge, no Recôncavo Baiano. Em 2005, em continuidade, foram realizadas várias atividades em comunidades de terreiros de Salvador, com o objetivo de aumentar o conhecimento dessa realidade e rever as estratégias dos programas governamentais (em especial o MDS, o MDA/Incra, e o MME). Em conjunto com o MDS, a FCP, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Consea Nacional, a Seppir desenvolveu ações emergenciais na Bahia para comunidades de terreiros, com distribuição de 35.150 cestas básicas que atenderam 8.300 famílias. Também, foram distribuídos 67.200 cestas alimentares em comunidades de religião de matriz africana em vários estados.

Essas ações representam o reconhecimento, pela primeira vez na história, da função social das



comunidades de matriz africana, que articuladas com os programas do governo podem atuar como centros irradiadores de políticas públicas. Nesse sentido, é importante verificar o fortalecimento da produção e comercialização de alimentos oriundos de comunidades quilombolas e a introdução dos terreiros, ou entidades de religiosos de matriz africana, como uma importante rede de capilaridade para aproximação da população negra.

2.2.6 – SEGURANÇA PÚBLICA E ORDENAMENTO JURÍDICO

O reconhecimento de que a discriminação étnico-racial é uma das principais causas da desigualdade e exclusão social apontou a necessidade de criar uma Ouvidoria na Seppir. A sua principal função é instar a rede institucional de parceiros públicos e privados a agir contra práticas de racismo e de discriminação racial cometidas por órgãos governamentais, agentes públicos, empresas ou pessoas físicas, contra os direitos e interesses de segmentos sociais étnico-raciais.

Neste período, o órgão recebeu 55 denúncias e reclamações (em média, 11 por mês), por meio de atendimento pessoal, carta, mensagem eletrônica e telefônica. Os temas variaram desde a discriminação racial no ambiente de trabalho, que correspondeu a 10% do total; a discriminação religiosa, a 10%; injúria racial a 40%; práticas de racismo pela internet, a 15%; racismo institucional, a 15%; e às práticas de racismo em geral, a 10%. Foram produzidos ainda três pareceres sobre projetos de lei; um parecer sobre proposta de emenda constitucional; e nove notas técnicas sobre assuntos relacionados à problemática étnica e racial.

Com o objetivo de acompanhar processos penais relativos aos fatos decorrentes da prática de racismo³¹, foram formadas Comissões Especiais, como segue: acompanhamento do caso do assassinato do dentista negro Flávio Sant'Anna, em São Paulo, que resultou na condenação dos acusados por crime de homicídio doloso qualificado³²; acompanhamento da investigação e processo penal referente aos acontecimentos que resultaram na prática de racismo institucional em hotéis de Brasília-DF³³; e acompanhamento do julgamento do acusado de práticas que resultaram na discriminação racial da comunidade afro-brasileira por intermédio da rede mundial de computadores, e neste caso houve a definição do réu a ser levado a julgamento³⁴.

No que diz respeito ao acompanhamento do Programa Brasil Quilombola, a Seppir contribuiu para o andamento de processos judiciais em três comunidades: Família Silva (RS), Sacopã (RJ) e Caçandoca (SP).

Foi elaborado, também, o Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Trabalho para

³¹
Com a participação do ouvidor, de representantes da sociedade civil e da secretaria executiva do CNPIR.

³²
Portaria nº 54 - Seppir.

³³
Portaria nº 88 - Seppir.

³⁴
Portaria nº 89 - Seppir.



acompanhar casos de racismo nesta área, o que motivou a elaboração de convênios, em fase de formulação, com a Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, para efetuar atendimento jurídico em apoio às denúncias de discriminação racial e racismo.

Desde 2004, a Seppir monitora o projeto de Assistência Humanitária aos Imigrantes Irregulares, que se concretizou a partir de convênios com organizações não-governamentais e consolidou parcerias com universidades, a fim de assegurar assessoria jurídica gratuita e acolhimento humanizado a esses indivíduos. Essa articulação aglutina parceiros como a Polícia Federal, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), a organização Maria Mulher, o Centro de Estudos das Relações do Trabalho e da Desigualdade (Ceert) e a Associação Nacional dos Advogados Afrodescendentes (Anaad), tendo em vista a capacitação de advogados, agentes públicos e dirigentes de segmentos do movimento social. Estas parcerias resultaram em:

- Com o CEERT – Formação de 25 advogados para o treinamento e defesa técnica – em processos administrativos e/ou judiciais – de reclamações, direitos e interesses de estrangeiros negros em situação de clandestinidade ou irregularidade. Também foi oferecida orientação jurídica direta e pessoal para 70 africanos em situação de clandestinidade e/ou irregularidade. E realizados, ainda, quatro seminários regionais (Porto Alegre, Recife, Santos e São Paulo), com cerca de 100 pessoas, entre eles 30 advogados, 10 acadêmicos de direito, 40 lideranças de movimentos sociais e 15 funcionários da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.
- Com a ANAAD – formação de 25 advogados para defesa técnica – em processos administrativos e/ou judiciais – de reclamações, direitos e interesses de estrangeiros negros em situação de clandestinidade ou irregularidade. Receberam ainda orientação jurídica direta e pessoal 15 africanos em situação de clandestinidade e/ou irregularidade. Foi realizado um seminário regional para cerca de 360 pessoas, entre eles 80 advogados, 20 acadêmicos de direito, 220 lideranças de movimentos sociais e 40 agentes públicos.

Este projeto está em sua segunda fase, com o estabelecimento de novas parcerias. Para isso, foi firmado convênio da Seppir com o Centro de Promoção da Saúde Baixada Santista (Cedaps/BS), no intuito de elaborar um diagnóstico da situação do imigrante negro regular ou na iminência de regularizar sua situação. O objetivo é qualificar as políticas públicas e torná-las mais acessíveis a essa parcela da população.

Foi desenvolvido, ainda, o Projeto Revisão da Ordem Jurídica para Igualdade Étnico-Racial, como mecanismo de sensibilização, difusão, estímulo e articulação entre os estudiosos e profissionais de direito. Para tanto, foi realizada uma parceria com a Fundação Ford do Brasil, com o apoio da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, cujo objeto foi a revisão do sistema normativo nacional, voltado à eliminação de anacronismos, inadequação terminológica, bem como ao preenchimento de lacunas legislativas que coloquem obstáculos e/ou limitem a efetiva promoção da igualdade racial, o combate ao racismo e à discriminação.

Dessa forma, foram elaborados dez pareceres focados na igualdade étnico-racial: Direito Internacional dos Direitos Humanos; Direito Constitucional; Direito Público; Direito Agrário; Quilombos e Igualdade; Povos Indígenas; Direito Civil; Processo Civil; Direito do Trabalho; e Direito Penal. Estes pareceres compuseram um livro que será a base para o trabalho com instituições que compõem a segunda fase do projeto. Também está em desenvolvimento uma forma de interação com a sociedade civil, por meio da preparação de cinco oficinas de capacitação, a serem realizadas em todas as regiões geográficas do país, de forma combinada com audiências nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.

A Seppir monitorou a tramitação no Congresso Federal do Estatuto da Igualdade Racial, que teve sua



apresentação a partir do PL 3198/2000, com Relatório Substitutivo elaborado pela Comissão Especial da Câmara Federal, em 10/12/2002. Em novembro de 2005, por aclamação, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou o substitutivo ao projeto do senador Paulo Paim (PT-RS). O texto abrange as áreas de saúde, educação, trabalho, direitos humanos e a questão da terra, a qual inclui a titulação de posse para os quilombolas. Menciona ainda a criação de ouvidorias nos municípios, nas assembleias legislativas, nas câmaras de vereadores e no Congresso Nacional, que funcionarão como um canal para denúncias de crimes de racismo. A matéria aguarda análise e votação na Câmara dos Deputados.



3 – POLÍTICAS DE RELAÇÕES EXTERIORES

A mesma trilha de construção das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil deve estender-se para a política externa, isto é, o trabalho com base na solidariedade e na democracia. A perspectiva adotada pela política internacional brasileira parte do entendimento da importância do fortalecimento das relações com os países desenvolvidos e também da contribuição para a reordenação geopolítica mundial, por meio da valorização das relações sul-sul, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do continente africano e América do Sul. Dessa forma, foi possível colaborar com a formação da consciência histórica do povo brasileiro e a mundialização da política com rosto humano, levando em consideração especificidades dos países em desenvolvimento, e consolidar perspectivas como a “Declaração de Nova Iorque sobre a ação contra a Fome e a Pobreza”, que apontam novas iniciativas rumo ao desenvolvimento econômico e social, uma das altas prioridades da agenda internacional.

A partir da implementação de medidas que possibilitam mudanças históricas e estruturais no contexto nacional e internacional, torna-se estratégico para a Seppir a aproximação com a África, a América e o Caribe, considerando os laços históricos, políticos, econômicos e culturais.

Em âmbito nacional, importante é ressaltar a estratégia adotada pelo Ministério das Relações Exteriores, de investimento para oferecer oportunidade de inserção na carreira diplomática a afrodescendentes, por meio do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco (IRBR), que garante a concessão de “Bolsa Prêmio de Vocação para Diplomacia”. Com 25 bolsas por ano, em média, o IRBR, viabiliza recursos financeiros e humanos que permitem dedicação à preparação para o processo seletivo, a disposição do acervo bibliográfico e orientadores de estudo. O programa desenvolve-se em parceria com a Seppir, o MCT, o MinC, o MEC, o MTE e a SEDH. Conta também com o apoio da Cultura Inglesa, da Aliança Francesa e da UnB.

Foram ainda realizadas pela Seppir e um conjunto de parceiros as atividades ora descritas, consideradas estratégicas para o fortalecimento da agenda política internacional, em continuidade às resoluções da 3a Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas.

- O Seminário Internacional “Saídas da Escravidão e Políticas Públicas”, realizado em fevereiro de 2005, em Brasília, pela Unesco, em parceria com o governo federal (Seppir, MEC, MinC, SEDH, MRE), o Senado Federal e a Frente Parlamentar pela Igualdade Racial, com a participação de especialistas do Brasil, Haiti, Colômbia, Estados Unidos, Cuba, Etiópia, Uruguai, Costa Rica, Peru, Venezuela, Equador, África do Sul e Reino Unido. O objetivo do evento foi analisar os alcances das ações de governos e da sociedade civil, sobretudo em torno da declaração da escravidão e do tráfico de escravos como crimes contra a humanidade.
- O Seminário Internacional “Promovendo a Igualdade Racial - um Diálogo sobre Políticas”, realizado em abril de 2005, pela Seppir, com a colaboração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do DFID, da OIT e do Pnud. O objetivo da atividade foi contribuir para ampliar e aprofundar o diálogo sobre as causas e as soluções para as iniquidades sociais e econômicas no Brasil e na América Latina e fortalecer a capacidade de intervenção das agências governamentais, por intermédio de ações afirmativas para a inclusão dos descendentes de africanos e de outros grupos étnicos discriminados. Foram expostas experiências de países que já possuem longa trajetória de ações afirmativas e outras políticas para a promoção da igualdade (EUA, Reino Unido, África do Sul, Canadá, Namíbia, Brasil, Suíça, Colômbia, Peru, Itália, Argentina, Honduras, Uruguai).
- O Painel Internacional - Ações Afirmativas e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio,



realizado pela Seppir, às vésperas da 1ª Conapir, nos dias 28 e 29 de junho de 2005. Apoiaram o evento as agências da ONU no Brasil e participaram 50 representantes governamentais e não-governamentais internacionais, principalmente da África e América Latina, 150 convidados nacionais, entre eles gestores e a sociedade civil, com composição de afrodescendentes, indígenas, judeus, árabes e palestinos. O objetivo foi aprofundar reflexões sobre políticas de ações afirmativas, com a abordagem dos temas Diversidade Racial e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; Proposições para as Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial; e Instrumentos Nacionais e Internacionais de Promoção da Igualdade Racial.

Destaca-se nestas atividades a construção de diversas parcerias, sobretudo com as agências do sistema ONU, no Brasil, que impulsionadas pelo “Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial” formataram um Grupo de Trabalho Interagencial de Raça e Gênero, coordenado pela Unifem. O grupo objetiva, na relação com o governo brasileiro, apoiar ações da Seppir e da SPM, partindo da criação de espaços contínuos de debates e formulação de ações políticas conjuntas nas mais variadas áreas.

Nesse sentido, os seminários internacionais apresentados proporcionaram novos conhecimentos e visões sobre os processos das políticas públicas nos diversos países e regiões e as formas de relação do Brasil com o mundo, intensificando uma agenda de trabalho.

ÁFRICA E DIÁSPORA

Com o apoio do MRE e da Presidência da República, a Seppir estreitou relações com a África, a partir de incorporação as visitas oficiais, participação em eventos e de encaminhamentos de acordos bilaterais com vários países.

Até 2005, o presidente da República visitou 14 países (África do Sul, Angola, Cabo Verde, Camarões, Egito, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Moçambique, Namíbia, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal), gerando dezenas de acordos bilaterais estabelecidos nas áreas de educação, saúde, cultura, agricultura, ciência e tecnologia, entre outros. Além de ter feito parte dessas visitas, a Seppir esteve presente em outros dois países – Etiópia e Quênia.

A visita presidencial deste ano foi a Camarões, Gana, Guiné Bissau, Nigéria e Senegal. Destacam-se as atividades realizadas na comunidade Ta Bom, em Gana, que retornou do Brasil; e na da Ilha de Gore, que foi um entreposto de escravos e hoje representa um monumento cultural que demonstra a criminalidade da escravidão e as estratégias de luta pela liberdade.

Toda essa aproximação viabilizou a concretização de instrumentos bilaterais com Moçambique e Senegal, a partir do protagonismo da Seppir, tendo como referências as áreas de direitos humanos e inclusão social vinculando-se à promoção da igualdade racial. Encaminha-se, também, o fechamento de propostas com Cabo Verde, Angola, Camarões, Guiné Bissau e África do Sul. Ainda foi elaborado com o MEC e o MRE o projeto de ação junto à CPLP – Comissão de Países de Língua Portuguesa, visando ao intercâmbio com base na lei brasileira 10.639/03, que obriga o ensino da história e cultura africana no Brasil.

Também no momento da realização da 1ª Conapir, a Seppir recebeu visitas de autoridades africanas, a ministra Mame. Bassine Niang, Alta Comissária de Direitos Humanos e Promoção da Paz do Senegal; a ministra Eugênia Saldanha Araújo, da Solidariedade Social, Família e Luta Contra a Pobreza, de Guiné Bissau; a ministra Suzanne Bombak, da Promoção da Mulher e da Família do Cameroun; e o vice-ministro de Cultura de Cuba, Rafael Bernal Alemany. Estes participaram dos debates e intercambiaram experiências com o governo e sociedade civil.



Em representação ao presidente da República, a secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial participou da posse do presidente de Moçambique, Armando Emilio Guebuza, em fevereiro; do presidente de Guiné Bissau, João Bernardo "Nino" Vieira, em outubro; e das "Comemorações dos 30 anos de Libertação de Angola", em novembro. Deve-se ressaltar que esses momentos contribuíram para uma maior institucionalização da Seppir dentro e fora do país.

A Secretaria participou do Seminário "Cooperação entre as Organizações de Mulheres e órgãos de Governo dos Palops – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa", com o objetivo de debater e definir estratégias e compromissos de cooperação entre os países africanos de língua portuguesa. O evento foi realizado em Brasília, em julho, pela Confederação de Mulheres do Brasil – afiliada à Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), com o apoio da Seppir e a participação de 11 delegadas internacionais de seis países de língua portuguesa.

Organizada pela Universidade Federal Fluminense e apoiada pelo governo federal - MRE, MEC, Seppir e outras instituições, realizou-se em outubro a 3ª Conferência da Aswad – Associação para Estudo do Mundo da Diáspora Africana, que contou com a presença de estudiosos que buscam ampliar a compreensão da Diáspora Africana, ou seja, da dispersão do povo de descendência africana no mundo.

Em novembro, no âmbito das celebrações do Ano da Promoção da Igualdade Racial, foi realizado, em Salvador, o Festival África Brasil, que reuniu artistas de vários países, representantes de governos e da sociedade civil, a partir de uma parceria do Pnud com a Seppir, o MRE, o MinC, a Secretaria Geral-PR/Secom e as embaixadas africanas com representação no Brasil. O evento constituiu-se como um intercâmbio cultural entre países do continente africano e o Brasil, em busca do estreitamento de laços entre artistas, instituições não governamentais, agências da ONU e dos governos brasileiro e africanos.

Foi iniciado o processo de organização da II Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora – CIAD, com realização prevista para julho de 2006, em Salvador (BA), sob responsabilidade do governo brasileiro, em parceria com o governo de Senegal e da União Africana. Desta forma, foi estruturado um GTI – Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado pelo MRE e composto pelo Minc, MEC, MCT, MPOG, Casa Civil e a Seppir. Considera-se que esse evento será uma oportunidade ímpar para o fortalecimento dos laços de amizade e cooperação do Brasil com o continente africano e a diáspora, sobretudo no que diz respeito às questões culturais, históricas e políticas.

Mais que uma atividade de natureza estritamente acadêmica, a II CIAD será um mecanismo de congraçamento entre formadores de opinião e lideranças políticas, idealizado com o objetivo de afirmar a identidade africana e estreitar as relações do continente com as diversas regiões que se beneficiaram de sua cultura. Além de sua dimensão de política externa, a II CIAD reveste-se de caráter profundamente simbólico, que aponta para o resgate e valorização das raízes africanas na sociedade brasileira e no mundo.

AMÉRICA E CARIBE

Nessa região, que possui aproximadamente 150 milhões (29%) de afrodescendentes e 40 milhões (8%) de indígenas, o aprofundamento das relações políticas, no momento, baliza-se pelo processo de preparação da Conferência das Américas sobre os Avanços do Plano de Ação contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas; de visitas aos países e estabelecimento de



acordos governamentais; de ações conjuntas com a sociedade civil, organismos multilaterais e instituições privadas; e com a participação em eventos.

Em 2004, iniciou-se o processo de organização dessa Conferência das Américas, que ocorrerá no período de 26 a 28 de julho de 2006, em Brasília (DF). O evento tem por base o resgate da mobilização realizada em 2000, que culminou na Conferência de Santiago como fase preparatória para a Conferência de Durban. O principal objetivo da Conferência das Américas é avaliar o processo na região e apontar as melhores práticas. Como decorrência, pretende-se formar um grupo permanente de monitoramento para a troca de experiências, o aperfeiçoamento e estímulo ao avanço da agenda de promoção da igualdade racial. O ponto de partida é o compromisso formalmente assumido pelas nações de agir no combate à discriminação e ao racismo, tendo como marco a Declaração e o Plano de Ação Durban.

Essa conferência deve reunir cerca de 400 delegados dos 35 países da região das Américas, considerando representantes dos Estados, da sociedade civil e de organismos multilaterais. A partir da indicação de setores do movimento social da região, a coordenação está sob responsabilidade da Seppir, em parceria com outros organismos de governo e a sociedade civil brasileira e com o apoio do Comitê Internacional³⁵, do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Grupo Interagencial do Sistema das Nações Unidas no Brasil e outros organismos e instituições na área de pesquisa, desenvolvimento e combate ao racismo.

Em virtude desse processo, a agenda de trabalho foi dinamizada na região, resultando em criação de órgãos para a promoção da igualdade racial em 14 países. Inúmeros debates foram realizados por diferentes instituições, nos quais a Seppir teve a seguinte participação:

- Seminário "Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe – relevância y pertinencia de la información sociodemográfica para políticas y programas", realizado em abril, no Chile, pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).
- Foro Internacional "Mujeres y Poder en la Política", realizado em agosto, no Uruguai, pela Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e Caribe (Repem).
- II Encontro de Parlamentares Afrodescendentes das Américas, realizado em agosto, em San Jose e Limon, Costa Rica. Este evento reuniu parlamentares de toda a região, paralelamente ao Foro Interamericano de Afrodescendentes – com representantes dos governos e da sociedade civil.
- Reunião "Abordagem sócio-cultural dos direitos humanos e da igualdade para avançar na agenda do Cairo na América Latina e no Caribe", realizada em New Jersey, EUA, de 7 a 9 de dezembro, pelo Fundo de População das Nações Unidas.

Em todos estes eventos a Seppir apresentou documentos e realizou exposições com reflexões sobre o processo de organização política e de implementação da política de promoção da igualdade racial no Brasil e sua relação com a política internacional, destacando realidade de vida da população negra, povos indígenas e mulheres negras.

³⁵ O Comitê Internacional é formado por representantes das seguintes organizações: African Canadian Legal Clinic, Human Rights Internet, Comitê Intertribal, New Constituency Development and Health Disparities Initiatives, Centro de Culturas Indígenas del Peru, Center for the Articulation of Marginalized Populations (Ceap), Escuela Graduada de Administracion Publica Universidad de Puerto Rico, Organizacion de Desarrollo Etnico Comunitario (Odeco), Mundo Afro, Instituto Interamericano de Derechos Humanos, Ministerio de Educación y Cultura, Geledes e Fundação Ideas (Chile), e ainda Sergian Galvan e Ann Mckinley.



Ainda foram mantidos contatos permanentes com setores de governo e a sociedade civil da América Latina - Argentina, Bolívia, Chile, Equador, México, Peru, Uruguai e Venezuela; América Central e Caribe - Costa Rica, Haiti e Trinidad Tobago; América do Norte - Estados Unidos, Canadá e México. Estes contatos deverão ser ampliados para outros países da região ainda no próximo ano.

Tendo em vista o fortalecimento das relações com a Organização dos Estados Americanos (OEA), o governo brasileiro contribuiu com os processos de articulação e formulação na região. O Brasil foi o principal articulador e apoiador financeiro da criação, em fevereiro, da Relatoria Especial para os Direitos dos Afrodescendentes e Contra a Discriminação Racial, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). Cabe a essa relatoria monitorar a atuação dos países membros da OEA para combater o racismo, bem como estudar a elaboração de instrumentos legais regionais para tratar do tema.

Nesse sentido, a Seppir participou do XXXV Período Ordinário de Sessões da Organização dos Estados Americanos - OEA, em junho, onde foi aprovado o Projeto de Resolução sobre a Prevenção do Racismo e de Toda Forma de Discriminação e Intolerância, cujo resultado foi a constituição de um Grupo de Trabalho encarregado de elaborar um projeto de "Convenção Interamericana contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação Racial", instrumento que atualizará a "Convenção Internacional", diante dos novos desafios e contexto político na região e no mundo. O GT, presidido pelo Brasil, deve apresentar o conteúdo de seu trabalho na próxima Assembléia Geral da OEA, em 2006.

Em outubro e novembro, a Secretaria participou de audiências públicas convocadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e de reuniões com o GT da Convenção Interamericana, com o intuito de aprofundar o debate sobre a implementação de ações afirmativas no Brasil e os processos em curso junto a esta organização.

Junto ao Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, a Seppir tem mais efetivamente trabalhado com a Comissão de Monitoramento da Convenção Interamericana contra todas as formas de Discriminação Racial e a Unidade Anti Discriminação, tendo em vista o monitoramento dos instrumentos existentes, a promoção de intercâmbio entre os países e a elaboração de novas referências no campo da igualdade racial. Ainda no que diz respeito à Conferência das Américas, os contatos foram iniciados em abril, com a Alta Comissária de Direitos Humanos, e com a Unidade Anti-Discriminação, em busca de parceria para este evento.

A Seppir participou da "Sessão da Comissão de Direitos Humanos do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU", em abril, em Genebra, na qual foi apresentada a resolução, proposta pelo governo brasileiro da "incompatibilidade entre democracia e racismo". E, em novembro, participou da "Oficina Regional para as Américas sobre Estratégias para Inclusão de Afrodescendentes nos Programas para Reduzir a Pobreza, especialmente nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio", na Cidade de Chíncha/Peru. A oficina foi realizada pelo Escritório Regional do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas, em colaboração com o Pnud e governo do Peru.

Em conjunto com o MRE, a secretaria acompanhou em novembro o trabalho do relator especial vinculado à Comissão de Direitos Humanos do Alto Comissariado das Nações Unidas, encarregado de monitorar as ações de governo quanto às "Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas". Após visitas aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, o relator foi recebido pelo presidente da República e outras autoridades do governo.

Foram iniciadas relações com o Canadá a partir da participação no "Curso: Diversidade, Visão e Ação", na "Canadá School of Public Service" (Otawa). Em setembro, deu-se a participação no "Projeto de Cooperação de Transferência Tecnológica - Parceria para a Excelência da Gestão no Setor Público", da



ENAP - Escola Nacional de Administração Pública, vinculada ao MPOG, em parceria com a Canadá School of Public Service (CSPS), com o financiamento da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA). Este projeto prevê o intercâmbio governamental e a contribuição na construção de um espaço de trabalho internacional para maior conhecimento de formas de transversalizar as políticas públicas, sob o enfoque de gênero, acrescentando, ainda, o componente racial.

No Caribe, o foco do trabalho voltou-se ao Haiti. Desde 2004, a Seppir integra a missão de paz e solidariedade, como somatória à ação para segurança e contribuição ao processo de reconstrução do país. Neste período o Brasil ampliou o investimento no apoio a questões sociais como educação, saúde e cultura, mostrando-se, particularmente, um participante efetivo na busca de apoio político e financeiro em âmbito mundial.

Foram feitas duas visitas ao Haiti, em conjunto com outros órgãos do governo brasileiro, em 2004 e agosto de 2005. Esta última visita teve como principal agenda o "Dia da Amizade Brasil-Haiti", em Porto Príncipe, ocasião em que se estabeleceram as bases para a efetivação dos projetos realizados pela Seppir "Campanha - Reze pelo Haiti, Zele pelo Haiti" e "Exposição - Olhares Cruzados", como forma de solidariedade ao povo do haitiano, tendo em vista o histórico racial e cultural dos dois países.

A campanha iniciada em dezembro objetiva possibilitar o conhecimento, a compreensão e o apoio ao resgate do potencial de resistência e da esperança de vida. Tem como componente um concurso de criação de rap, break, dance e grafite sobre o Haiti. Realiza-se em parceria com as organizações nacionais do Movimento Hip-Hop e pretende, ainda, ampliar-se para a organização de shows com artistas de amplo reconhecimento público.

A exposição "Olhares Cruzados - Brasil/Haiti" reúne fotos de fotógrafos brasileiros e haitianos, sob curadoria da artista brasileira Dirce Carrion. A exposição apresenta a realidade dos dois países, a partir de seus lugares, hábitos e culturas comuns.

EUROPA

As ações com a Europa visam ao intercâmbio de informações sobre as políticas públicas daquela região para o estreitamento de laços com governos e a sociedade civil. E também apoio aos eventos internacionais a partir das perspectivas apresentadas anteriormente.

De forma contínua desenvolve-se uma parceria com o DFID - Departamento do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional, que apóia o Brasil já há alguns anos, e ainda mais recentemente. As áreas prioritárias de trabalho são as políticas de saúde, com o foco para saúde da população negra e combate ao racismo institucional, conforme descrito anteriormente.

Foi realizado em fevereiro, a partir de uma parceria do DFID com o governo federal, o "Intercâmbio de Experiências na Implementação de Políticas de Igualdade Racial entre o Reino Unido e o Brasil", com o objetivo de permitir, por meio da troca de experiências, avanços na implementação das políticas públicas de igualdade racial. Ocorreram workshops em Brasília, Pernambuco e Bahia. Participam representantes, do lado do governo britânico, do DFID, da Comissão de Igualdade Racial - vinculada ao Ministério do Interior - e da Comissão de Auditoria. E, do lado brasileiro, da Seppir, do Ministério da Saúde e de governos locais. Os workshops contaram ainda com a participação do Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, da Procuradoria Geral dos Direitos do Cidadão e representações da sociedade civil.

A partir destas atividades, iniciou-se o intercâmbio com a Comissão pela Igualdade Racial, vinculada ao



Ministério do Interior do Reino Unido, que tem funções similares às da Seppir. A perspectiva é definir um instrumento de trabalho entre os países. Um aspecto já acordado pela Comissão e o DFID é o apoio à Conferência das Américas como forma de continuidade do intercâmbio e de sedimentação de ações conjuntas no âmbito das políticas públicas.

Considerando a participação na I Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora e a celebração do "Ano Brasil França", foi possível estreitar relações com a Organização Internacional Francofonia. A Seppir elabora, em conjunto com esta organização, projetos na área de apoio à relação com países africanos, em especial para realização da "II Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora – CIAD" e da "Conferência das Américas sobre os Avanços do Plano de Ação contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas".



4 - PERSPECTIVAS

A política de promoção da igualdade racial avança na estrutura do governo federal e na relação com estados, municípios e a sociedade brasileira. No entanto, torna-se imprescindível um balanço apurado, a partir da sistematização e quantificação das ações da Seppir e do governo federal nesta área.

Nesse momento, verifica-se que a inserção dessa proposição política, pela primeira vez com ênfase à população negra, trouxe visibilidade às comunidades remanescentes de quilombos nas políticas governamentais e fortaleceu o reconhecimento do seu direito à diferença cultural, à propriedade das suas terras e à valorização do seu patrimônio cultural, como forma de reparação histórica.

Nesse sentido, instituiu-se como um imperativo a estruturação e o desenvolvimento das políticas públicas em todos os segmentos de atuação da sociedade e setores do governo, de forma a garantir a efetividade da formulação de um Brasil de todos, quebrando a lógica de não reconhecimento desses grupos discriminados.

Como a implementação dessas políticas se dá por meio de um processo contínuo, reafirmam-se como desafios para a gestão federal os seguintes exemplos de ações: definições das metas de regularização em quilombos e fortalecimento do Programa Brasil Quilombola; efetiva implementação da Lei 10.639 (ensino da história e cultura afro-brasileira nos níveis médio e fundamental); ampliação do Plano Trabalho Doméstico Cidadão; e incremento da relação com o continente africano, entre outros.

No que diz respeito às negociações com o Congresso Nacional, é necessário fazer avançarem os debates e a aprovação de medidas que fortaleçam as ações de governo e de Estado, como a emenda para a construção da ponte de Ivaoporanduva – Vale do Ribeira/SP; o Estatuto da Igualdade Racial; o PL sobre Cotas nas Universidades Públicas; o PL de anistia póstuma a João Cândido, o almirante negro.

Necessita-se ainda de articulações intragovernamentais e com a sociedade civil para o fortalecimento do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial; os diálogos com outros setores de governo para tratamento conjunto da questão indígena; e o encaminhamento do diálogo com a coordenação das duas Marchas – Zumbi dos Palmares pela Vida e pela Cidadania, com ênfase às áreas de educação, trabalho, justiça e segurança pública.

Está em finalização o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que intercruza-se com o PPA, combinado com os Planos Estaduais e ações municipais. Sem dúvida, são instrumentos que recolocam a política racial de maneira estrutural no âmbito das políticas públicas brasileiras.

Concebe-se esse plano como instrumento de concretização da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR, a missão da Seppir. Enseja-se o plano como fio condutor, orientador de políticas públicas que garantam o êxito dos objetivos do governo de empreender o desenvolvimento sustentável com equidade social, só passível de ser alcançado se superadas as desigualdades de raça e gênero.

Brasília, 31 de dezembro de 2005.

ANEXO 1

ESTRUTURA ORGANIZATIVA E DE PESSOAL

ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA SEPPIR:

I - Órgão de assistência direta e imediata ao Secretário Especial: Gabinete e Ouvidoria;

II - Órgãos específicos singulares:

a) Subsecretaria de Planejamento e Formulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

b) Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas;

c) Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais;

III - órgão colegiado: Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, presidido pela titular da SEPPIR/PR e coordenado por uma secretaria executiva.

| <u>NOME</u> | <u>SUBSECRETARIA / SETOR</u> | <u>CARGO</u> |
|------------------------------|------------------------------|-------------------|
| ADAO SOARES DE OLIVEIRA | SUBPLAN | AUXILIAR |
| ADERSON DA SILVA BORGES | SUBPLAN | ESPECIALISTA |
| ANA CAROLINA DA SILVA CASTRO | SUBPLAN | APOIO |
| ANA CLAUDA MOURA TORRES | SUBAA | ASSESSORA TÉCNICA |
| ANA PAULA SANTOS FERNANDES | GABINETE | ESPECIALISTA |
| ANGELITA GARCIA DOS SANTOS | GABINETE | CONSULTORA |
| ANTÃO FERREIRA BARROS NETTO | GABINETE | SUPERVISOR |
| ANTONIO DA SILVA PINTO | SUBPLAN | SUBSECRETÁRIO |
| ANTONIO LUIS DELARCOS | SUBPLAN | ESPECIALISTA |
| AUREA FERREIRA DA SILVA | SUBCOM | AUXILIAR |
| BARBARA OLIVEIRA DE SOUZA | SUBCOM | CONSULTORA |
| BENEDITO CINTRA | GABINETE | ASSESSOR |
| BENIMIRIA EUFRÁZIO DA SILVA | SUBAA | ASSESSORA TÉCNICA |

| <u>NOME</u> | <u>SUBSECRETARIA/SETOR</u> | <u>CARGO</u> |
|----------------------------------|----------------------------|------------------------|
| CARLOS AFONSO DE ALMEIDA | SUBPLAN | CONSULTOR |
| CARLOS ALBERTO S. DE PAULO | SUBCOM | DIRETOR DE PROGRAMAS |
| CARLOS AUGUSTO CORDEIRO DA SILVA | SUBPLAN | ESPECIALISTA |
| CARLOS AUGUSTO PESSOA MACHADO | SUBCOM | ASSESSOR TÉCNICO |
| CARLOS EDUARDO TRINDADE SANTOS | SUBCOM | SUBSECRETÁRIO |
| CAROLINA NASCIMENTO PITANGUI | SUBCOM | SECRETÁRIA |
| CLAUDIA TEREZA SIGNORI FRANCO | SUBCOM | CONSULTORA |
| CLAUDIO LUIS DOS SANTOS BEIRÃO | SUBCOM | CONSULTORA |
| CLAUDIO VIEIRA DA SILVA | SUBPLAN | ESPECIALISTA |
| CLEBER LAZARO JULIÃO | GABINETE | CONSULTOR JURÍDICO |
| CLEIDE HILDA DE LIMA SOUZA | SUBPLAN | CONSULTORA |
| COCELINO DOS SANTOS ROSA | SUBPLAN | AUXILIAR |
| CRISTIANE MARIA GOMES PORTO | GABINETE | ASSISTENTE DE GABINETE |
| CRISTINA DE FATIMA. GUIMARAES | SUBAA | SUPERVISORA |
| DARLENE MADERA PEREIRA | SUBAA | ESPECIALISTA |
| DENISE PACHECO | SUBAA | GERENTE DE PROJETOS |
| DEYSE LOBO DE OLIVEIRA | GABINETE | AUXILIAR |
| DOUGLAS MARTINS DE SOUZA | GABINETE | SECRETÁRIO-ADJUNTO |
| EDNA APARECIDA PAULINO DA SILVA | SUBAA | CONSULTORA |
| ELAINE PEREIRA DE SOUZA | SUBPLAN | ASSESSORA TÉCNICA |

| <u>NOME</u> | <u>SUBSECRETARIA/SETOR</u> | <u>CARGO</u> |
|---------------------------------------|----------------------------|-----------------------|
| ELIAS LIMA SOUSA | GABINETE | AUXILIAR |
| ELIZABETH LIMA DA SILVA | SUBCOM | ASSESSOR |
| ELNILDES MENDES DE OLIVEIRA | GABINETE | AUXILIAR |
| ELOA KATIA COELHO | SUBPLAN | CONSULTORA |
| EUCLIDES VIERIA SILVA | SUBPLAN | ASSESSOR TÉCNICO |
| FABIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA PINTO | GABINETE | CONSULTOR JURÍDICO |
| FAUSTO JOSE BARBOSA | GABINETE | CONSULTOR |
| FERNANDA BITTENCOURT VIEIRA | SUBAA | GESTORA PÚBLICA |
| FLAVIA RODRIGUES | SUBAA | ESPECIALISTA |
| FRANCISCO JÚNIOR DE SOUSA | GABINETE | ESPECIALISTA |
| GABRIEL COURY | SUBPLAN | ASSESSOR TÉCNICO |
| GERCIRO MARTINS LEITE | SUBPLAN | SUORTE DE INFORMATICA |
| GISELA DA SILVA MORALES | SUBAA | AUXILIAR |
| GISELE FERREIRA BAIENESE | SUBCOM | ESPECIALISTA |
| GLAUCE PEREIRA RODRIGUES | GABINETE | ESPECIALISTA |
| ISABEL CLAVELIN | GABINETE | CONSULTORA |
| ISADORA BISPO DOS SANTOS | SUBCOM | SECRETÁRIA |
| IVAN BRAZ DA CONCEIÇÃO | SUBCOM | GERENTE DE PROJETOS |
| IVETE MARIA BARBOSA MADEIRA CAMPOS | SUBAA | ASSESSORA TÉCNICA |
| IZOLETE DA SILVA BORGES | SUBCOM | ESPECIALISTA |

| <u>NOME</u> | <u>SUBSECRETARIA/SETOR</u> | <u>CARGO</u> |
|----------------------------------|----------------------------|----------------------|
| JAIRO U. B. SALLES BRANDIZZI | SUBPLAN | GERENTE DE PROJETOS |
| JEOVAH COSTA DOS SANTOS | SUBAA | ASSISTENTE |
| JOÃO BATISTA AMORIM LIMA | SUBAA | ESPECIALISTA |
| JOÃO CARLOS NOGUEIRA | SUBAA | SUBSECRETÁRIO |
| JOÃO CALIXTO DA SILVA MOTA | SUBPLAN | AUXILIAR |
| JOÃO ROBERTO ALVES TAVARES | SUBPLAN | ESPECIALISTA |
| JOELMA LIMA FERREIRA DE CASTRO | SUBCOM | AUXILIAR |
| JORGE LUIZ CARNEIRO DE MACEDO | SUBPLAN | DIRETOR DE PROGRAMAS |
| JOSE ANDRADE BRANDÃO | GABINETE | CONSULTOR JURÍDICO |
| JOSÉ CARLOS RODRIGUES ESTEVES | SUBAA | GERENTE DE PROJETOS |
| JOSE GALVÃO MESQUITA | SUBPLAN | GERENTE DE PROJETOS |
| JOSE MARIA DE SEIXAS SOUZA | SUBPLAN | AUXILIAR |
| JOSÉ ROBERTO RODRIGUES | SUBPLAN | ESPECIALISTA |
| JOSMAR TORRES DO NASCIMENTO | SUBCOM | CONSULTOR |
| JUSSARA DIAS | SUBAA | CONSULTORA |
| KAREN PATRICIA LAVERIANO JIMENEZ | GABINETE | CONSULTORA |
| LUCIANA BATISTA DE SÁ | SUBCOM | ASSESSORA TÉCNICA |
| LUIZ ANTONIO NOLASCO DE FREITAS | SUBCOM | ASSESSOR |
| LUIZ FERNANDO MARTINS DA SILVA | GABINETE | OUIDOR |
| LUIZ CARLOS LISBOA THEODORO | SUBCOM | ASSESSOR TÉCNICO |

| <u>NOME</u> | <u>SUBSECRETARIA/SETOR</u> | <u>CARGO</u> |
|----------------------------------|----------------------------|-----------------------|
| LUIZ CLAUDIO EUGÊNIO | GABINETE | ASSESSOR |
| MAGALI S. SANTOS NAVES | GABINETE | ASSESSORA |
| MAGDA APARECIDA MACHADO VIEIRA | SUBPLAN | ESPECIALISTA |
| MARAISA DE FATIMA ALMEIDA | SUBPLAN | CONSULTORA |
| MARAYL CALDAS | SUBPLAN | ASSESSORA TÉCNICA |
| MARCELLE DOS REIS FREITAS | GABINETE | AUXILIAR |
| MARCIA CANARIO DE OLIVEIRA GOMES | GABINETE | SUPERVISORA |
| MÁRCIA DE PAULA MATHEUS | GABINETE | ASSISTENTE |
| MARCONDES OLIVEIRA DE ALMEIDA | SUBPLAN | ESPECIALISTA |
| MARCOS ANTONIO CARDOSO | CNPIR | ASSESSOR |
| MARIA CRISTINA SAKAY | GABINETE | ASSESSORA TÉCNICA |
| MARIA DA GRAÇA OHANA | SUBAA | ASSESSORA TÉCNICA |
| MARIA DO SOCORRO DE PINHO | GABINETE | ESPECIALISTA |
| MARIA ELZA DA SILVA | SUBAA | CONSULTORA |
| MARIA GILSINÉIA SILVA | GABINETE | AUXILIAR |
| MARIA HELENA DE SOUSA TAVERA | GABINETE | ESPECIALISTA |
| MARIA INÊS DA SILVA BARBOSA | SUBAA | DIRETORA DE PROGRAMAS |
| MARIA ISABEL RODRIGUES | SUBCOM | CONSULTORA |
| MARIA JOSÉ ROCHA LIMA | SUBAA | DIRETORA DE PROGRAMAS |
| MARIO JORGE ROCHA | SUBAA | AUXILIAR |

| <u>NOME</u> | <u>SUBSECRETARIA/SETOR</u> | <u>CARGO</u> |
|---------------------------------------|----------------------------|--------------------------|
| MARLUCIA DA C. FONTENELE | SUBPLAN | ASSISTENTE DE GABINETE |
| MATILDE RIBEIRO | GABINETE | SECRETÁRIA ESPECIAL |
| MICHAEL SARAIVA DE ALENCAR MOTA | GABINETE | AUXILIAR |
| NEIMAR GONÇALVES | SUBAA | ASSISTENTE TÉCNICO |
| NILDA CORREIA CARDOSO | SUBPLAN | CONSULTORA |
| NILTON LINO DA SILVA | GABINETE | SUPERVISOR |
| OLANISE FERREIRA DOS SANTOS | SUBCOM | CONSULTORA |
| ORAIDA MARIA MACHADO DE ABREU | CNPIR | ASSESSORA |
| OSMAR CAMELO DA SILVA JUNIOR | GABINETE | CONSULTOR |
| PAULO RICARDO LIMA DE FREITAS | GABINETE | COORDENADOR |
| QUENES DA SILVA GONZAGA | SUBAA | COORDENADORA DE PROJETOS |
| RENATA MELO BARBOSA | SUBPLAN | CONSULTORA |
| RENATA SILVA PEREIRA | GABINETE | CONSULTORA |
| REJANE VIEIRA URANI | GABINETE | ASSESSORA TÉCNICA |
| ROBERTO MIGUEL DE OLIVEIRA CANELA | SUBPLAN | AUXILIAR |
| ROBSON XAVIER DA SILVA | SUBCOM | ASSESSOR TÉCNICO |
| ROGER WILLIAMS FERREIRA DO NASCIMENTO | SUBAA | COORDENADOR DE PROJETOS |
| ROSAMARIA VITORIA DOS SANTOS | SUBCOM | CONSULTORA |
| ROSELI DE FATIMA CARNEIRO | SUBPLAN | ASSISTENTE DE GABINETE |
| ROSEMEIRE MARIA DA SILVA | GABINETE | CONSULTORA |

| <u>NOME</u> | <u>SUBSECRETARIA/SETOR</u> | <u>CARGO</u> |
|---|----------------------------|------------------------|
| RUI LEANDRO DA SILVA SANTOS | SUBCOM | CONSULTOR |
| SANDRA LINS CAVACANTI | SUBAA | ESPECIALISTA |
| SANDRA REGINA MARIA DO CARMO TEIXEIRA | GABINETE | CHEFE DE GABINETE |
| SELMA VICENTE ANDRADE | GABINETE | ASSISTENTE DE GABINETE |
| SERGIO ^a DE PAULA E SILVA | GABINETE | ASSESSOR TÉCNICO |
| SILENIR LIMA AGUIAR | SUBPLAN | ASSESSORA TÉCNICA |
| TANIA ALEXANDRA MALINSKI | GABINETE | ASSESSORA TÉCNICA |
| TEREZA CRISTINA MONTEIRO CARDOSO DO NASCIMENTO | CNPIR | ESPECIALISTA |
| VIVIANE RIOS BALBINO | GABINETE | ASSESSORA TÉCNICA |
| WAGNER DE SOUSA MELO | SUBPLAN | CONSULTOR |
| WAGNER RIBEIRO PEREZ BARBOSA | SUBPLAN | ASSESSOR TÉCNICO |
| WANIA MARIA DE SOUZA RODRIGES | GABINETE | ESPECIALISTA |

ANEXO 2**INTEGRANTES DO FÓRUM INTERGOVERNAMENTAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
(FIPIR)**

| <u>N</u> | <u>MUNICÍPIO/ESTADO</u> | <u>NOME DO ÓRGÃO</u> |
|------------------|--------------------------------|--|
| <u>1</u> | <u>ACRE</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO ACRE</u> |
| 2 | Mâncio Lima | Prefeitura Municipal de Mâncio de Lima |
| 3 | Rio Branco | Prefeitura Municipal de Rio Branco |
| 4 | Sena Madureira | Prefeitura Municipal de Sena Madureira |
| <u>5</u> | <u>ALAGOAS</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS</u> |
| 6 | Água Branca | Prefeitura Municipal de Água Branca |
| 7 | Cajueiro | Prefeitura Municipal de Cajueiro |
| 8 | Ibatiguara | Prefeitura Municipal de Ibatiguara |
| 9 | Igreja Nova | Prefeitura Municipal de Igreja Nova |
| 10 | Mata Grande | Prefeitura Municipal de Mata Grande |
| 11 | Porto de Pedras | Prefeitura Municipal de Porto de Pedras |
| 12 | Santa Luzia do Norte | Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Norte |
| 13 | União de Palmares | Prefeitura Municipal de União de Palmares |
| <u>14</u> | <u>AMAZONAS</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO DE AMAZONAS</u> |
| 15 | Eirunepé | Prefeitura Municipal de Eirunepé |
| 16 | Envira | Prefeitura Municipal de Envira |
| <u>17</u> | <u>AMAPÁ</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO AMAPÁ</u> |
| 18 | Macapá | Prefeitura Municipal de Macapá |

| 19 | <u>BAHIA</u> | <u>GOVERNO DA BAHIA</u> |
|-----------|-----------------------------|---|
| 20 | Amargosa | Prefeitura Municipal de Amargosa |
| 21 | Barrocas | Prefeitura Municipal de Barrocas |
| 22 | Entre Rios | Prefeitura Municipal de Entre Rios |
| 23 | Boa Nova | Prefeitura Municipal de Boa Nova |
| 24 | Cipó | Prefeitura Municipal de Cipó |
| 25 | Conceição de Jacuípe | Prefeitura Municipal de Jacuípe |
| 26 | Cruz das Almas | Prefeitura Municipal Cruz das Almas |
| 27 | Curaçá | Prefeitura Municipal de Curaçá |
| 28 | Da Cachoeira | Prefeitura Municipal da Cachoeira |
| 29 | Guaratinga | Prefeitura Municipal de Guaratinga |
| 30 | Iaçu | Prefeitura Municipal de Iaçu |
| 31 | Igaporã | Prefeitura Municipal de Igaporã |
| 32 | Ilhéus | Prefeitura Municipal de Ilhéus |
| 33 | Jaguaquara | Prefeitura Municipal de Jaguaquara |
| 34 | Jequié | Prefeitura Municipal de Jequié |
| 35 | Lagedo do Taboal | Prefeitura Municipal de Lagedo do Taboal |
| 36 | Lauro de Freitas | Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas |
| 37 | Lençóis | Prefeitura Municipal de Lençóis |
| 38 | Livramento de Nossa Senhora | Prefeitura Municipal de Livramento de Nossa Senhora |
| 39 | Maragogipe | Prefeitura Municipal de Maragogipe |

| | | |
|-----------|------------------------|--|
| 40 | Piripá | Prefeitura Municipal de Piripá |
| 41 | Ponto Novo | Prefeitura Municipal de Ponto Novo |
| 42 | Porto Seguro | Prefeitura Municipal de Porto Seguro |
| 43 | Salvador | Secretaria Municipal de Reparação |
| 44 | Santo Antônio de Jesus | Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Jesus |
| 45 | Saubara | Prefeitura Municipal de Saubara |
| 46 | Senhor do Bonfim | Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim |
| 47 | Tremedal | Prefeitura Municipal de Tremedal |
| 48 | Ubatã | Prefeitura Municipal de Ubatã |
| 49 | Vera Cruz | Assessoria de Promoção da Igualdade Racial |
| 50 | Vitória da Conquista | Prefeitura Municipal de Vitória |
| 51 | Wagner | Prefeitura Municipal de Wagner |
| 52 | <u>CEARÁ</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ</u> |
| 53 | Acopiara | Prefeitura Municipal de Acopiara |
| 54 | Aquiraz | Prefeitura Municipal de Aquiraz |
| 55 | Aratuba | Prefeitura Municipal de Aratuba |
| 56 | Bela Cruz | Prefeitura Municipal Bela Cruz |
| 57 | Crateús | Prefeitura Municipal de Crateús |
| 58 | Crato | Prefeitura Municipal de Crato |
| 59 | Fortaleza | Prefeitura Municipal Fortaleza |
| 60 | Horizonte | Prefeitura Municipal de Horizonte |

| | | |
|------------------|--------------------------------|--|
| 61 | Juazeiro do Norte | Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte |
| 62 | Missão Velha | Prefeitura Municipal de Missão Velha |
| 63 | Nova Olinda | Prefeitura Municipal de Nova Olinda |
| 64 | Novo Horizonte | Prefeitura Municipal de Novo Horizonte |
| 65 | Quixadá | Prefeitura Municipal de Quixadá |
| 66 | Redenção | Prefeitura Municipal Redenção |
| 67 | Salitre | Prefeitura Municipal de Salitre |
| 68 | Tejuçuoca | Prefeitura Municipal de Tejuçuoca |
| 69 | Tururu | Prefeitura Municipal de Tururu |
| <u>70</u> | <u>ESPÍRITO SANTO</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</u> |
| 71 | Alegre | Prefeitura Municipal de Alegre |
| 72 | Alfredo Chavés | Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves |
| 73 | Cachoeiro de Itapemirim | Prefeitura do Município de Cachoeiro de Itapemirim |
| 74 | Domingos Martins | Prefeitura Municipal de Martins |
| 75 | Fundão | Prefeitura Municipal de Fundão |
| 76 | Guarapari | Prefeitura Municipal de Guarapari |
| 77 | Serra | Prefeitura Municipal de Serra (ES) |
| 78 | Santa Teresa | Prefeitura Municipal de Santa Teresa |
| 79 | Vitória | Prefeitura Municipal de Vitória |
| <u>80</u> | <u>DISTRITO FEDERAL</u> | <u>DISTRITO FEDERAL</u> |
| <u>81</u> | <u>GOIÁS</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS</u> |

| | | |
|-----|-----------------------------|---|
| 82 | Anápolis | Prefeitura Municipal de Anápolis |
| 83 | Aparecida de Goiás | Prefeitura Municipal de Aparecida |
| 84 | Aruanã | Prefeitura Municipal de Aruanã |
| 85 | Cavalcante | Prefeitura Municipal de Cavalcante |
| 86 | Cromínia | Prefeitura Municipal de Cromínia |
| 87 | Formosa | Prefeitura Municipal de Formosa |
| 88 | De Flores de Goiás | Prefeitura Municipal de Flores |
| 89 | Goianésia | Prefeitura Municipal de Goianésia |
| 90 | Goiânia | Prefeitura Municipal de Goiânia |
| 91 | Goiás | Prefeitura Municipal de Goiás |
| 92 | Santo Antônio do Descoberto | Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Descoberto |
| 93 | Goiatuba | Prefeitura Municipal de Goiatuba |
| 94 | Iaciara | Prefeitura Municipal de Iaciara |
| 95 | Minaçu | Prefeitura Municipal de Minaçu |
| 96 | Mineiros | Prefeitura Municipal de Mineiros |
| 97 | Monte Alegre | Prefeitura Municipal de Monte Alegre |
| 98 | Cidade Ocidental | Prefeitura Municipal de Ocidental |
| 99 | Palmeiras de Goiás | Prefeitura Municipal de Goiás |
| 100 | Paraúna | Prefeitura Municipal de Paraúna |
| 101 | Posse | Prefeitura Municipal de Posse |
| 102 | Silvania | Prefeitura Municipal de Silvania |

| | | |
|------------|----------------------------|--|
| 103 | Santa Rita do Novo Destino | Prefeitura Municipal de Santa Rita do Novo Destino |
| 104 | Teresina de Goiás | Prefeitura Municipal de Teresina de Goiás |
| 105 | Vila Boa | Prefeitura Municipal de Vila Boa |
| 106 | <u>MARANHÃO</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</u> |
| 107 | Alcântara | Prefeitura Municipal de Alcântara |
| 108 | Anajatuba | Prefeitura Municipal de Anajatuba |
| 109 | Apicum-Açu | Prefeitura Municipal de Apicum- Açu |
| 110 | Axixá | Prefeitura Municipal de Axixá |
| 111 | Bacabal | Prefeitura Municipal de Bacabal |
| 112 | Bacuri | Prefeitura Municipal de Bacuri |
| 113 | Barreirinhas | Prefeitura Municipal de Barreirinhas |
| 114 | Bequimão | Prefeitura Municipal de Bequimão |
| 115 | Brejo | Prefeitura Municipal de Brejo |
| 116 | Buriti | Prefeitura Municipal de Buriti |
| 117 | Cajari | Prefeitura Municipal de Cajari |
| 118 | Caxias | Prefeitura Municipal de Caxias |
| 119 | Cedral | Prefeitura Municipal de Cedral |
| 120 | Central do Maranhão | Prefeitura Municipal de Central do Maranhão |
| 121 | Coelho Neto | Prefeitura Municipal de Coelho Neto |
| 122 | Codó | Prefeitura Municipal de Codó |
| 123 | Chapadinha | Prefeitura Municipal de Chapadinha |

| | | |
|-----|----------------------|---|
| 124 | Colinas | Prefeitura Municipal de Colinas |
| 125 | Curupuru | Prefeitura Municipal de Curupuru |
| 126 | Guimarães | Prefeitura Municipal de Guimarães |
| 127 | Humberto de Campos | Prefeitura Municipal de Humberto de Campos |
| 128 | Igarapé do Meio | Prefeitura Municipal de Igarapé do Meio |
| 129 | Icatú | Prefeitura Municipal de Icatú |
| 130 | Itapecuru-Mirim-Ma | Prefeitura Municipal de Itapecuru -Mirim-Ma |
| 131 | Lima Campos | Prefeitura Municipal de Lima Campos |
| 132 | Miranda do Norte | Prefeitura Municipal de Miranda do Norte |
| 133 | Mata Roma | Prefeitura Municipal de Mata Roma |
| 134 | Maranhão Novo | Prefeitura Municipal de Maranhão Novo |
| 135 | Mirinzal | Prefeitura Municipal de Mirinzal |
| 136 | Nina Rodrigues | Prefeitura Municipal de Nina Rodrigues |
| 137 | Parnarama | Prefeitura Municipal de Parnarama |
| 138 | Pedro do Rosário | Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário |
| 139 | Penalva | Prefeitura Municipal de Penalva |
| 140 | Pindaré Mirim | Prefeitura Municipal de Pindaré Mirim |
| 141 | Pinheiro | Prefeitura Municipal de Pinheiro |
| 142 | Porto Rico | Prefeitura Municipal de Porto Rico |
| 143 | Presidente Juscelino | Prefeitura Municipal Presidente Juscelino |
| 144 | Presidente Vargas | Prefeitura Municipal de Presidente Vargas |

| | | |
|-------------------|------------------------------|--|
| 145 | Rosário | Prefeitura Municipal de Rosário |
| 146 | Santa Helena | Prefeitura Municipal de Santa Helena |
| 147 | Santa Rita | Prefeitura Municipal de Santa Rita |
| 148 | São Bento | Prefeitura Municipal de São Bento |
| 149 | São Luiz Gonzaga do Maranhão | Prefeitura Municipal de São Luiz Gonzaga do Maranhão |
| 150 | São Vicente Ferrer | Prefeitura Municipal de São Vicente Ferrer |
| 151 | Serrano do Maranhão | Prefeitura Municipal de Serrano |
| 152 | Timon | Prefeitura Municipal de Timon |
| 153 | Viana | Prefeitura Municipal de Viana |
| 154 | Urbano Santos | Prefeitura Municipal de Urbano Santos |
| 155 | Vargem Grande | Prefeitura Municipal de Vargem Grande |
| 156 | Vitória do Mearim | Prefeitura Municipal de Vitória do Mearim |
| <u>157</u> | <u>MINAS GERAIS</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO MINAS GERAIS</u> |
| 158 | Alfenas | Prefeitura Municipal de Alfenas |
| 159 | Araçuaí | Prefeitura Municipal de Araçuaí |
| 160 | Araguari | Prefeitura Municipal de Araguari |
| 161 | Arinos | Prefeitura Municipal de Arinos |
| 162 | Belo Horizonte | Prefeitura Municipal de Belo Horizonte |
| 163 | Brasilândia de Minas | Prefeitura Brasilândia de Minas |
| 164 | Brumadinho | Prefeitura Municipal de Brumadinho |
| 165 | Cachoeiro de Minas | Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Minas |

| | | |
|-----|----------------------|--|
| 166 | Campo Florido | Prefeitura Municipal de Campo Florido |
| 167 | Campos Gerais | Prefeitura Municipal de Campos Gerais |
| 168 | Carmópolis de Minas | Prefeitura Municipal de Carmópolis |
| 169 | Contagem | Prefeitura Municipal de Contagem |
| 170 | Cordislândia | Prefeitura Municipal de Cordislândia |
| 171 | Dona Euzébia | Prefeitura Municipal de Dona Euzébia |
| 172 | Guaraciaba | Prefeitura Municipal de Guaraciaba |
| 173 | Itabira | Prefeitura Municipal de Itabira |
| 174 | Itamarandiba | Prefeitura Municipal de Itamarandiba |
| 175 | Janaúba | Prefeitura Municipal de Janaúba |
| 176 | Jequitinhonha | Prefeitura Municipal de Jequitinhonha |
| 177 | Joaíma | Prefeitura Municipal de Joaíma |
| 178 | João Pinheiro | Prefeitura Municipal de João Pinheiro |
| 179 | Joboticatubas | Prefeitura Municipal de Joboticatubas |
| 180 | Formiga | Prefeitura Municipal de Formiga |
| 181 | Juiz de Fora | Prefeitura Municipal de Juiz de Fora |
| 182 | Monte Azul | Prefeitura Municipal de Monte Azul |
| 183 | Monte Carmelo | Prefeitura Municipal de Monte Carmelo |
| 184 | Monte Claros | Prefeitura Municipal de Montes Claros |
| 185 | Monte Santo de Minas | Prefeitura Municipal de Monte Santos Minas |
| 186 | Nova Lima | Prefeitura Municipal de Nova Lima |

| | | |
|------------|----------------------------------|---|
| 187 | Oliveira | Prefeitura Municipal de Oliveira |
| 188 | Ouro Fino | Prefeitura Municipal de Ouro Fino |
| 189 | Pains | Prefeitura Municipal de Pains |
| 190 | Patrocínio | Prefeitura Municipal de Patrocínio |
| 191 | Periquito | Prefeitura Municipal de Periquito |
| 192 | Piranguçu | Prefeitura Municipal de Piranguçu |
| 193 | Poços de Caldas | Prefeitura Municipal de Poço de Caldas |
| 194 | Porteirinha | Prefeitura Municipal de Porteirinha |
| 195 | Presidente Juscelino MG | Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino |
| 196 | Santos Dumont | Prefeitura Municipal de Santos Dumont |
| 197 | São Domingos do Prata | Prefeitura Municipal de São Domingos do Prata |
| 198 | São Vicente de Minas Gerais | Prefeitura Municipal de São Vicente Minas Gerais |
| 199 | São Gonçalo de Sapucaí | Prefeitura Municipal de Sapucaí |
| 200 | Serro | Prefeitura Municipal de Serro |
| 201 | Uberaba | Prefeitura Municipal de Uberaba |
| 202 | Uberlândia | Prefeitura Municipal de Uberlândia |
| 203 | Varginha | Prefeitura Municipal de Varginha |
| 204 | <u>MATO GROSSO DO SUL</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL</u> |
| 205 | Bataguassu | Prefeitura Municipal de Bataguassu |
| 206 | Bodoquena | Prefeitura Municipal de Bodoquena |
| 207 | Corumbá | Prefeitura Municipal de Corumbá |

| | | |
|-------------------|---------------------------|--|
| 208 | Corguinho | Prefeitura Municipal de Corguinho |
| 209 | Dourados | Prefeitura Municipal de Dourados |
| 210 | Cassilandia | Prefeitura Municipal de Cassilandia |
| 211 | Figueirão | Prefeitura Municipal de Figueirão |
| 212 | Juti | Prefeitura Municipal de Juti |
| 213 | Jaraguari | Prefeitura Municipal de Jaraguari |
| 214 | Campo Grande | Prefeitura Municipal de Campo Grande |
| 215 | Miranda | Prefeitura Municipal de Miranda |
| <u>216</u> | <u>MATO GROSSO</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO</u> |
| 217 | Barra do Garça | Prefeitura Municipal de Barra do Garça |
| 218 | Cuiabá | Prefeitura Municipal de Cuiabá |
| <u>219</u> | <u>PARÁ</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</u> |
| 220 | Belém | Prefeitura Municipal de Belém |
| 221 | Ponta de Pedras | Prefeitura Municipal de Ponta de Pedras |
| <u>222</u> | <u>PARAÍBA</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA</u> |
| 223 | Barra de Santa Rosa | Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa |
| 224 | Bayeux | Prefeitura Municipal de Bayeux |
| 225 | Caapora | Prefeitura Municipal de Caapora |
| 226 | Capim | Prefeitura Municipal de Capim |
| 227 | Itaporanga | Prefeitura Municipal de Itaporanga |
| 228 | João Pessoa | Prefeitura Municipal de João Pessoa |

| | | |
|-------------------|--------------------------|--|
| 229 | Patos | Prefeitura Municipal de Patos |
| 230 | Pocinhos | Prefeitura Municipal de Pocinhos |
| 231 | Santa Cruz | Prefeitura Municipal de Santa Cruz |
| 232 | São Bento | Prefeitura Municipal de São Bento |
| 233 | São José da Lagoa Tapada | Prefeitura Municipal de São José da Lagoa Tapada |
| 234 | Tavares | Prefeitura Municipal de Tavares |
| <u>235</u> | <u>PERNAMBUCO</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO</u> |
| 236 | Belém do São Francisco | Prefeitura Municipal de Belém de São Francisco |
| 237 | Aratuba | Prefeitura Municipal de Aratuba |
| 238 | Bonfim | Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim |
| 239 | Camaragibe | Prefeitura Municipal de Camaragibe |
| 240 | Capoeiras | Prefeitura Municipal de Capoeiras |
| 241 | Custódia | Prefeitura Municipal de Custódia |
| 242 | Dormentes | Prefeitura Municipal Dormentes |
| 243 | Mirandiba | Prefeitura Mnunicipal de Mirandiba |
| 244 | Solidão | Prefeitura Municipal de Solidão |
| 245 | Olinda | Prefeitura Municipal de Olinda |
| 246 | Orobó | Prefeitura Municipal de Orobó |
| 247 | Panelas | Prefeitura Municipal de Panelas |
| 248 | Passira | Prefeitura Municipal de Passira |
| 249 | Recife | Prefeitura Municipal de Recife |

| | | |
|-------------------|-------------------------|---|
| 250 | Riacho das Almas | Prefeitura Municipal de Riacho das Almas |
| 251 | Serra Talhada | Prefeitura Municipal de Serra Talhada |
| <u>252</u> | <u>PIAUI</u> | <u>ESTADO DO GOVERNO DO PIAUI</u> |
| 253 | Assunção do Piauí | Prefeitura Municipal Assunção do Piauí |
| 254 | Cajazeiras do Piauí | Prefeitura Municipal de Cajazeiras do Piauí |
| 255 | Campinas do Piauí | Prefeitura Municipal do Piauí |
| 256 | Colônia do Piauí | Prefeitura Municipal de Colônia do Piauí |
| 257 | Inhuma | Prefeitura Municipal de Inhuma |
| 258 | Nossa Senhora do Nazaré | Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Nazaré |
| 259 | Oeiras | Prefeitura Municipal de Oeiras |
| 260 | Parnaíba | Prefeitura Municipal de Parnaíba |
| 261 | Santa Rosa do Piauí | Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Piauí |
| 262 | São João da Varjota | Prefeitura Municipal São João da Varjota |
| 263 | São Miguel do Fildalgo | Prefeitura Municipal do Fildago |
| 264 | Simplício Mendes | Prefeitura Município Simplício Mendes |
| 265 | Tanque do Piauí | Prefeitura Municipal do Tanque do Piauí |
| 266 | Teresina | Prefeitura Municipal de Teresina |
| <u>267</u> | <u>PARANÁ</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO PARANÁ</u> |
| 268 | Cambé | Prefeitura Municipal de Cambé |
| 269 | Irati | Prefeitura Municipal de Irati |
| 270 | Maringá | Prefeitura do Municipio de Maringá |

| | | |
|-------------------|-----------------------------------|---|
| 271 | Ortigueira | Prefeitura Municipal de Ortigueira |
| 272 | Pato Branco | Prefeitura Municipal de Pato Branco |
| <u>273</u> | <u>RIO DE JANEIRO</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</u> |
| 274 | Angra dos Reis | Prefeitura Municipal de Angra dos Reis |
| 275 | Arraial do Cabo | Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo |
| 276 | Barra do Piraí | Prefeitura Municipal Barra do Piraí |
| 277 | Cabo Frio | Prefeitura Municipal de Cabo Frio |
| 278 | Barra Mansa | Prefeitura Municipal de Barra Mansa |
| 279 | Eng. Paulo de Frontin | Prefeitura Municipal de Eng Paulo de Frontim |
| 280 | Itatiaia | Prefeitura Municipal de Itatiaia |
| 281 | Macaé | Prefeitura Municipal de Macaé |
| 282 | Maricá | Prefeitura Municipal de Maricá |
| 283 | Mesquita | Prefeitura Municipal de Mesquita |
| 284 | Natividade | Prefeitura Municipal de Natividade |
| 285 | Nova Iguaçu | Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu |
| 286 | Paraty | Prefeitura Municipal de Paraty |
| 287 | Pinheiral | Prefeitura Municipal de Pinheiral |
| 288 | Porto Real | Prefeitura Municipal de Porto Real |
| 289 | Quatis | Prefeitura Municipal de Quatis |
| 290 | Resende | Prefeitura Municipal de Resende |
| 291 | São José do Vale do Rio Preto(RJ) | Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto |

| | | |
|-------------------|-----------------------------------|---|
| 292 | Vassouras | Prefeitura Municipal de Vassouras |
| 293 | Volta Redonda | Prefeitura Municipal de Volta Redonda |
| <u>294</u> | <u>RIO GRANDE DO NORTE</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO NORTE</u> |
| 295 | Cerro Corá | Prefeitura Municipal de Cerro Corá |
| 296 | Currais Novos | Prefeitura Municipal de Currais Novos |
| 297 | Lucrécia | Prefeitura Municipal de Lucrécia |
| 298 | Parellas | Prefeitura Municipal de Parellas |
| 299 | Parnamirim | Prefeitura Municipal de Parnamirim |
| 300 | São Tomé | Prefeitura Municipal de São Tomé |
| <u>301</u> | <u>RONDÔNIA</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA</u> |
| <u>302</u> | <u>RORAIMA</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA</u> |
| 303 | Amajari | Prefeitura Municipal de Amajari |
| 304 | Boa Vista | Prefeitura Municipal de Boa Vista |
| 305 | Bonfim | Prefeitura Municipal de Bonfim |
| 306 | Cantá | Prefeitura Municipal de Cantá |
| 307 | Caracaraí | Prefeitura Municipal de Caracaraí |
| 308 | Caroebe | Prefeitura Municipal de Caroebe |
| 309 | Normandia | Prefeitura Municipal de Normandia |
| 310 | São João da Baliza | Prefeitura Municipal da Baliza |
| 311 | Uiramurtã | Prefeitura Municipal Uiramutã |

| | | |
|------------|---------------------------------|--|
| 312 | <u>RIO GRANDE DO SUL</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</u> |
| 313 | Arroio do Tigre | Prefeitura Municipal de Arroio do Tigre |
| 314 | Bajé | Prefeitura Municipal de Bajé |
| 315 | Caxias do Sul - RS | Prefeitura Municipal de Caxias do SUL |
| 316 | Encruzilhada | Prefeitura Municipal de Encruzilhada |
| 317 | Gravataí | Prefeitura Municipal de Gravataí |
| 318 | Guabiju | Prefeitura Municipal de Guabiju |
| 319 | Pelotas | Prefeitura Municipal de Pelotas |
| 320 | Piratini | Prefeitura Municipal de Piratini |
| 321 | São Leopoldo | Prefeitura Municipal de São Leopoldo |
| 322 | Porto Alegre | Prefeitura Municipal de Porto Alegre |
| 323 | Santa Maria | Prefeitura Municipal de Santa Maria |
| 324 | Terra de Areia | Prefeitura Municipal de Terra de Areia |
| 325 | Viamão | Prefeitura Municipal de Viamão |
| 326 | <u>SANTA CATARINA</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO DE SANTA DE CATARINA</u> |
| 327 | Capivari de Baixo | Prefeitura Municipal Capivari de Baixo |
| 328 | Itajaí | Prefeitura Municipal de Itajaí |
| 329 | Florianópolis | Prefeitura Municipal de Florianópolis |
| 330 | Navegantes | Prefeitura Municipal de Navegantes |
| 331 | <u>SERGIPE</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE</u> |
| 332 | Aracaju | Prefeitura Municipal de Aracaju |

| | | |
|------------|------------------------------|--|
| 333 | Barra dos Coqueiros | Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros |
| 334 | Carmópolis | Prefeitura Municipal de Carmópolis |
| 335 | Cristinápolis | Prefeitura Municipal de Cristinápolis |
| 336 | Estância | Prefeitura Municipal de Estância |
| 337 | São Domingos | Prefeitura Municipal São Domingos |
| 338 | <u>SÃO PAULO</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u> |
| 339 | Araraquara | Prefeitura Municipal de Araraquara |
| 340 | Barretos | Prefeitura Municipal de Barretos |
| 341 | Bebedouro | Prefeitura Municipal de Bebedouro |
| 342 | Bertioga | Prefeitura Municipal de Bertioga |
| 343 | Bom Sucesso de Itararé | Prefeitura Municipal de Itararé |
| 344 | Campinas | Prefeitura Municipal de Campinas |
| 345 | Cruzeiro | Prefeitura Municipal de Cruzeiro |
| 346 | Diadema | Prefeitura Municipal de Diadema |
| 347 | Embu/SP | Prefeitura Municipal de Embu |
| 348 | Estância de Campo de Jordão | Prefeitura Município da Estância de Campos do Jordão |
| 349 | Estância Turística de Piraju | Prefeitura Municipal de Estância Turística de Piraju |
| 350 | Fernandópolis | Prefeitura Municipal de Fernandópolis |
| 351 | Ferraz de Vasconcelos | Prefeitura Municipal de Ferraz de Vasconcelos |
| 352 | Guaíra | Prefeitura Municipal de Guaíra |
| 353 | Guarujá | Prefeitura Municipal de Guarujá |

| | | |
|-----|----------------------------|--|
| 354 | Ilha Bela | Prefeitura Municipal da Estância de Ilha Bela |
| 355 | Itaquaquetuba | Prefeitura Municipal de Itaquaquetuba |
| 356 | Jambeiro | Prefeitura Municipal de Jambeiro |
| 357 | Jandira | Prefeitura Municipal de Jandira |
| 358 | Mauá | Prefeitura Municipal de Mauá |
| 359 | Mogi das Cruzes | Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes |
| 360 | Nova Odessa | Prefeitura Municipal Nova Odessa |
| 361 | Osasco | Prefeitura Municipal de Osasco |
| 362 | Penápolis | Prefeitura Municipal de Penápolis |
| 363 | Pindamonhangaba | Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba |
| 364 | Ponte Gestal | Prefeitura Municipal de Ponte Gestal |
| 365 | Porto Feliz | Prefeitura Municipal de Porto Feliz |
| 366 | Rio Grande da Serra | Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra |
| 367 | Ribeirão Preto | Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto |
| 368 | Rio Claro | Prefeitura Municipal de Rio Claro |
| 369 | Santa Cruz do Rio Pardo | Prefeitura do Município de Santa Cruz do Rio Pardo |
| 370 | Santa Rita do Passa Quatro | Prefeitura Municipal de Santa Rita do Passa Quatro |
| 371 | Santo Anastácio | Prefeitura Municipal de Santo Anastácio |
| 372 | Santo André | Prefeitura Municipal de Santo André |
| 373 | Santos | Prefeitura Municipal de Santos |
| 374 | São Carlos | Prefeitura Municipal de São Carlos |

| | | |
|------------|--------------------------|--|
| 375 | São José dos Campos | Prefeitura Municipal de São José dos Campos |
| 376 | São José de Lagoa Tapada | Prefeitura Municipal de São José da Lagoa Tapada |
| 377 | São Lourenço da Serra | Prefeitura Municipal de São Lourenço |
| 378 | São Paulo | Prefeitura Municipal de São Paulo |
| 379 | São José do Rio Preto | Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto |
| 380 | São Roque | Prefeitura Municipal de São Roque |
| 381 | São Simão | Prefeitura Municipal de São Simão |
| 382 | São Vicente | Prefeitura Municipal de São Vicente |
| 383 | Sumaré | Prefeitura Municipal de Sumaré |
| 384 | Suzano | Prefeitura Municipal de Suzano |
| 385 | Tabatinga | Prefeitura Municipal de Tabatinga |
| 386 | Valinhos | Prefeitura Municipal de Valinhos |
| 387 | <u>TOCANTINS</u> | <u>GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS</u> |
| 388 | Alvorada | Prefeitura Municipal de Alvorada |
| 389 | Bom Jesus do Tocantins | Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins |
| 390 | Darcinópolis | Prefeitura Municipal de Darcinópolis |
| 391 | Gurupi | Prefeitura do Município de Gurupi |
| 392 | Palmas | Prefeitura Municipal de Palmas |
| 393 | Wanderlândia | Prefeitura Municipal de Wanderlândia |

ANEXO 3

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - CNPIR

REPRESENTANTES COM NOTÓRIO RECONHECIMENTO NAS RELAÇÕES RACIAIS

Kabengelê Munanga

Lecy Brandão

Oliveira Silveira

INTEGRANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Agentes de Pastorais Negros – APN

Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras

Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN

Associação Brasileira de Organizações não Governamentais – Abong

Associação Brasileira de Rádio e Televisão – Abert

Associação de Preservação da Cultura Cigana – Apreci

Associação Nacional dos Coletivos de Empresários Afro-brasileiros – Anceabra

Confederação Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB

Congresso Nacional Afro-brasileiro – CNAB

Coordenação Nacional de Quilombos – Conaq

Coordenação Nacional das Entidades Negras – Conen

Confederação Árabe Palestino Brasileira – Copal

Confederação Israelita do Brasil – Conib

Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos – Fenatrad

Fórum Nacional de Mulheres Negras

Instituto Ethos

Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-brasileira – Intecab

Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial – Inspir

União de Negros pela Igualdade – Unegro

Warã – Instituto Indígena Brasileiro

INTEGRANTES DO GOVERNO

Casa Civil da Presidência da República

Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura – DCP/MinC

Ministério da Educação – MEC

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Ministério da Saúde – MS

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG

Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

Ministério da Integração Nacional – MI

Ministérios dos Esportes – ME

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

Ministério das Relações Exteriores – MRE

Ministério das Cidades – MCidades

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM

Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (ou do Ministério da Justiça)

Ministério da Justiça

ANEXO 4**RELAÇÃO DE CONVÊNIOS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

| <u>CONVENENTE</u> | <u>NATUREZA</u> | <u>UF</u> | <u>MUNICÍPIO</u> | <u>OBJETO</u> | <u>VIGÊNCIA</u> | |
|--|-----------------|-----------|------------------|---|-----------------|-----------|
| Aconeruq - Associação das Comunidades Negras Quilombolas | ONG | MA | São Luiz | Projeto Balaiada para o fortalecimento das comunidades negras do Maranhão | 4-out-05 | 4-set-06 |
| Agende - Ações em Gênero e Desenvolvimento | ONG | DF | Brasília | Campanha 16 dias pelo fim da violência contra as mulheres | 7-out-05 | 31-jan-06 |
| Associação de Apoio a Meninas e Meninos da Região da Sé | ONG | SP | São Paulo | Projeto Olhares Cruzados | 5-out-05 | 31-dez-06 |
| Associação Assistencial Casa de Baianos | ONG | DF | Brasília | Projeto Brasil Haiti | 24-nov-05 | 28-fev-06 |
| Associação Comunitária do Vale do Guaporé | ONG | RO | Costa Marques | Fomento ao desenvolvimento local para comunidades Quilombolas de Rondônia | 20-dez-05 | 31-dez-06 |

| <u>CONVENENTE</u> | <u>NATUREZA</u> | <u>UF</u> | <u>MUNICÍPIO</u> | <u>OBJETO</u> | <u>VIGÊNCIA</u> | |
|---|-----------------|-----------|------------------|--|-----------------|-----------|
| Associação Comunitária dos Remanescente de Quilombos - Tapuyo | ONG | PI | Queimada Nova | Projeto Despertar dos Quilombos | 20-dez-05 | 31-dez-06 |
| Associação Quilombola Conceição | ONG | PE | Salgueiro | Projeto Zanaundê | 20-dez-05 | 31-dez-06 |
| Bloco Cultural e recreativo Marisco da Maria | ONG | SC | Florianópolis | Projeto Bateria Mirim Zumbi dos Palmares | 11-nov-05 | 28-mai-06 |
| Casa de Tradição e Cultura Afro-Brasileira de Minas Gerais | ONG | MG | Contagem | Projeto Um Olhar sobre os Quilombos do Brasil | 20-dez-05 | 30-jun-06 |
| CEABRA - Coletivo de Empresários e Empreendedores | ONG | SP | São Paulo | Fortalecimento Institucional do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial | 16-nov-05 | 31-mai-06 |
| CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho | ONG | SP | São Paulo | Educação e Igualdade racial. Conteúdos e métodos para implementar a Lei 10.639/03 | 10-out-05 | 31-jan-06 |
| Centro de Articulação de Populações Marginalizadas | ONG | RJ | Rio de Janeiro | Campanha afirmativa para a igualdade entre negros e não negros | 8-jun-05 | 30-nov-05 |

| <u>CONVENENTE</u> | <u>NATUREZA</u> | <u>UF</u> | <u>MUNICÍPIO</u> | <u>OBJETO</u> | <u>VIGÊNCIA</u> | |
|---|-----------------|-----------|------------------|---|-----------------|-----------|
| Centro de Cultura Negra do Maranhão | ONG | MA | São Luis | Capacitação de professores da rede pública de ensino | 29-jun-05 | 10-out-05 |
| Centro de Cultura Professor Luiz Freire (*) | ONG | PE | Olinda | Projeto Fortalecimento Institucional do Programa Brasil Quilombola | 5-out-05 | 31-mai-06 |
| Centro Cultural Cartola | ONG | RJ | Rio de Janeiro | Projeto Dia Nacional do Samba - Patrimônio da Humanidade | 8-nov-05 | 31-dez-06 |
| Centro de Estudos e Cooperação Brasil Continente Africano | ONG | RJ | Rio de Janeiro | Projeto Mulheres Negras - Consciência e Cultura | 15-out-05 | 31-dez-05 |
| Centro de estudos e Defesa do Negro do Pará | ONG | PA | Belém | Projeto Axé Amazônico-Paraense | 16-dez-05 | 30-nov-06 |
| Centro de Promoção da Saúde - Cedaps Baixada | ONG | SP | Santos | Capacitação de voluntários para atuarem em processos administrativos e judiciais dos imigrantes negros da cidade de Santos e região | 15-dez-05 | 31-mar-06 |
| CONTAG | ONG | DF | Brasília | Projeto Acesso à terra aos membros das comunidades negras no mundo rural brasileiro | 20-dez-05 | 31-mar-06 |
| Fundação Centro de Referência da Cultura Negra | ONG | MG | Belo Horizonte | Associações comunitárias do Vale do Jequitinhonha | 14-set-05 | 31-jan-06 |

| <u>CONVENENTE</u> | <u>NATUREZA</u> | <u>UF</u> | <u>MUNICÍPIO</u> | <u>OBJETO</u> | <u>VIGÊNCIA</u> | |
|--|-----------------|-----------|------------------|--|-----------------|-----------|
| Fundação Conscienciarte | ONG | MG | Paracatu | Desenvolvimento sustentável das comunidades Quilombolas dos municípios de Paracatu e Vazante | 27-set-05 | 30-abr-06 |
| Fraternidade Universal Projeto Curumim | ONG | SP | Atibaia | Projeto A Diáspora Africana | 9-nov-05 | 31-mar-06 |
| Grupo de Mulheres Negras Malunga | ONG | GO | Goiânia | Fortalecimento Institucional e Apoio à constituição da Coordenação Estadual Quilombola | 20-dez-05 | 31-mai-06 |
| GUAYI | ONG | RS | Porto Alegre | Projeto Alfabetização Digital - Quilombola em Rede | 20-dez-05 | 30-abr-06 |
| Instituto Casa da Gente | ONG | SP | Carapicuíba | Projeto Mاسemba | 17-nov-05 | 30-jun-06 |
| Instituto do Negro | ONG | SP | São Paulo | Projeto Hamilton Cardoso - Jornalista e Militante | 14-out-05 | 15-abr-06 |
| Instituto do Negro | ONG | SP | São Paulo | Projeto Jovens Capacitados | 10-out-05 | 17-abr-06 |
| IPEAFRO - Instituto de Pesquisas Afro-Brasileiro | ONG | RJ | Rio de Janeiro | Projeto Abdias Nascimento - Memória Viva | 9-nov-05 | 15-abr-06 |

| <u>CONVENENTE</u> | <u>NATUREZA</u> | <u>UF</u> | <u>MUNICÍPIO</u> | <u>OBJETO</u> | <u>VIGÊNCIA</u> | |
|---|-----------------|-----------|------------------|---|-----------------|-----------|
| Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes | ONG | SP | São Paulo | Edição de livros sobre o acervo do Museu Afro-Brasileiro | 3-out-05 | 31-jan-06 |
| Movimento Ecumênico de Consciência Negra Palmares | ONG | RS | Porto Alegre | Capacitação de remanescentes de Quilombos no Rio Grande do Sul | 20-dez-05 | 31-dez-06 |
| Núcleo de Estudos Negros | ONG | SC | Florianópolis | Projeto Colóquio Pensamento Negro e Educação do II Encontro Nacional de Negros e Negras | 5-out-05 | 31-mar-06 |
| ONG - Cataventos Juventude e Cidadania | ONG | DF | Brasília | Projeto de Capacitação de Gestores Públicos | 8-nov-05 | 30-abr-06 |
| Oriashé - Sociedade de Cultura e Arte Negra | ONG | SP | São Paulo | I Seminário sobre a Lei 10.639/03 | 19-ago-05 | 30-set-05 |
| Sociedade Mineira de Cultura (PUC/MG) | ONG | MG | Belo Horizonte | Curso de pós-graduação em estudos africanos e afro-brasileiros | 16-dez-05 | 30-set-06 |
| Sociedade Pernambucana de Medicina Veterinária | ONG | PE | Recife | Capacitação continuada em comunidades remanescente de quilombos | 15-dez-05 | 31-jul-06 |
| União de Negros pela Igualdade | ONG | BA | Salvador | Projeto Estações da História da Resistência da Luta e da Cultura do Povo Negro | 20-dez-05 | 30-jun-06 |

| <u>CONVENENTE</u> | <u>NATUREZA</u> | <u>UF</u> | <u>MUNICÍPIO</u> | <u>OBJETO</u> | <u>VIGÊNCIA</u> | |
|--------------------------------|-----------------|-----------|------------------|--|-----------------|-----------|
| União de Negros pela Igualdade | ONG | BA | Salvador | Agenda - O Negro na História do Brasil | 23-dez-05 | 31-jan-06 |

ANEXO 5

RELAÇÃO DE TERMOS DE COOPERAÇÃO COM ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

| <u>CONVENENTE</u> | <u>NATUREZA</u> | <u>UF</u> | <u>MUNICÍPIO</u> | <u>OBJETO</u> | <u>VIGÊNCIA</u> | |
|--|-----------------|-----------|------------------|--|-----------------|----------------|
| | | | | | <u>INÍCIO</u> | <u>TÉRMINO</u> |
| CNPq | Federal | DF | Brasília | Projeto de Tecnologias Sociais para Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas | 20-dez-05 | 31-dez-06 |
| Fundação Cultural Palmares | Federal | DF | Brasília | Promoção de encontros das comunidades remanescentes de quilombos | 21-dez-05 | 31-mai-06 |
| Governo do Distrito Federal | Estadual | DF | Brasília | Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial | 15-dez-05 | 31-mai-06 |
| Governo do Estado do Acre | Estadual | AC | Rio Branco | Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial | 15-dez-05 | 31-mai-06 |
| Governo do Estado do Tocantins | Estadual | TO | Palmas | Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial | 15-dez-05 | 31/05/06 |
| Prefeitura Municipal de Santos | Municipal | SP | Santos | Projeto A Lei 10.639/03 e a Comunidade Escolar | 7-dez-05 | 31-dez-06 |
| Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado do Maranhão | Estadual | MA | São Luiz | Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial | 20-dez-05 | 31-mai-06 |
| Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Santa Catarina | Estadual | SC | Florianópolis | Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial | 19-dez-05 | 31-mai-06 |

ANEXO 6**DADOS GERAIS DA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA
IGUALDADE RACIAL – CONAPIR****TOTAL GERAL DE PARTICIPANTES**

| | |
|--------------|--------------|
| Delegados | 1.019 |
| Convidados | 296 |
| Observadores | 978 |
| Jornalistas | 110 |
| Artistas | 240 |
| Equipe apoio | 180 |
| Total | 2.823 |

GÊNERO

| | | |
|--------------|-------------|----------------|
| Feminino | 522 | 51,2% |
| Masculino | 494 | 48,5% |
| Transgênero | 3 | 0,3% |
| Total | 1019 | 100,00% |

CATEGORIA DAS DELEGAÇÕES

| | | |
|-----------------|-------------|----------------|
| Governo | 422 | 41,4% |
| Sociedade civil | 597 | 58,6% |
| Total | 1019 | 100,00% |

ORIGEM DAS DELEGAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

| | | |
|------------------------|------------|---------------|
| Consulta Indígena | 48 | 4,7% |
| Consulta Quilombola | 48 | 4,7% |
| Conferências Estaduais | 501 | 49,1% |
| Total | 597 | 58,50% |

REPRESENTAÇÕES

| | | |
|---------------------|-----|------|
| Governos municipais | 168 | 16,4 |
| Estadual | 75 | 7,3 |
| Federal | 106 | 10,4 |
| CNPIR | 73 | 7,1 |

PROPOSTAS

| | |
|-------------------------|-------|
| Propostas analisadas | 1.085 |
| Propostas não aprovadas | 77 |
| Propostas aprovadas | 1008 |
| Moções aprovadas | 25 |

PROCESSO PREPARATÓRIO

| | |
|--|---------------|
| Municípios mobilizados | 1.332 * |
| Estados mobilizados | 27 |
| Total de pessoas participantes das Conferências Estaduais | 92.750 |

* Corresponde a 24% do total de municípios brasileiros (= 5.561)

ANEXO 7**COMUNIDADES QUILOMBOLAS IDENTIFICADAS POR ESTADO**

| <u>UF</u> | <u>Nº COMUNIDADES IDENTIFICADAS</u> |
|------------------|--|
| AL | 42 |
| AM | 02 |
| AP | 33 |
| BA | 351 |
| CE | 76 |
| ES | 64 |
| GO | 29 |
| MA | 628 |
| MG | 206 |
| MS | 24 |
| MT | 68 |
| PA | 364 |
| PB | 26 |
| PE | 71 |
| PI | 83 |
| PR | 15 |
| RJ | 30 |
| RN | 74 |

| <u>UF</u> | <u>N^o COMUNIDADES IDENTIFICADAS</u> |
|--------------|--|
| RO | 12 |
| RR | 02 |
| RS | 153 |
| SC | 12 |
| SE | 36 |
| SP | 35 |
| TO | 24 |
| TOTAL | 2460 |

ANEXO 8**PACOTE DA CIDADANIA E CULTURA**

| <u>ÓRGÃO</u> | <u>Ação</u> |
|--|---|
| <u>AMAPÁ</u> | |
| MDS Programa Fome Zero | <p>Implementação do Programa Bolsa família nas comunidades quilombolas do Curiaú, Lagoas dos Índios, região do Pacui, Ilha Redonda, Santo Antonio da Pedreira.</p> <p>Distribuição de cestas alimentares para a comunidade quilombolas de Lagoa dos Índios e Retiro de Santo Antonio, beneficiando 300 famílias.</p> |
| MCT | Implementação do curso de Capacitação em Designer e Artesanato, nas comunidades quilombola de Lagoa dos Índios e Curiaú. |
| Incra Unifap Unifem MDA | <p>Assinatura de Termo de Cooperação com a Unifap – Universidade Federal do Amapá para elaboração de Relatório Técnico Antropológico das comunidades quilombolas do estado.</p> <p>Apresentação de Relatórios Técnicos Antropológicos das Comunidades de Mel da Pedreira, Cunani, Lagoa dos Índios e Conceição do Macaquari, com o objetivo de regularizar os territórios ocupados pelas comunidades quilombolas.</p> <p>Participação das mulheres quilombolas artesãs na feira Nacional da Agricultura Familiar. Realização do Seminário Terras de Quilombo – Reconhecimento de uma dívida Social.</p> <p>Lançamento da Cartilha Terra de Quilombos – “Procedimentos para Regularização de Territórios Quilombolas”.</p> <p>Em processo de regularização, 10 comunidades quilombolas.</p> <p>Em processo de demarcação, 2 comunidades quilombolas: Conceição do Macacoari e Mel da Pedreira.</p> <p>Participação no Comitê Brasil Quilombola.</p> <p>Participação no Comitê Projetos Especiais: Incra - Ibama; e Funasa.</p> |

| ÓRGÃO | Ação |
|--|--|
| Funasa | <p>Instalação de equipamentos para abastecimento de água no valor de R\$ 109.076,20 na comunidade quilombola do Rosa.</p> <p>Projeto de construção de banheiros, dentro do Programa de Melhorias Sanitárias Domiciliares, na comunidade do Rosa, no valor de R\$ 60.723,30.</p> |
| MS/DFID Programa de Combate ao Racismo Institucional | Capacitação de lideranças para atuação na área de Promoção da Saúde da População Negra nas Comunidades Quilombolas do Torrão do Matapi, Campina e Rosas. |
| Fundação Cultural Palmares | <p>Certificação das comunidades de Lagoa dos Índios, Conceição do Macacoari, Cunani e Mel da Pedreira.</p> <p>Acompanhamento jurídico às comunidades de Lagoa dos Índios, Ilha Redonda, Curiaú e Rosa.</p> |
| IBAMA | <p>Iniciativa de apoio a Comunidade Quilombola que está localizada dentro da Unidade de Preservação do Parque Nacional do Cabo Orange.</p> <p>Levantamento de pesquisa para subsidiar o Plano de Manejo do Parque Nacional.</p> <p>Implementação de curso de Educação Ambiental para os moradores da Comunidade Quilombola de Cunani.</p> <p>Contratação profissional de moradores do entorno do Parque para prevenção e combate a incêndios florestais.</p> |
| Eletronorte Comitê Luz Para Todos Ministério das Minas e Energia - MME | <p>Apoio ao Projeto de Desenvolvimento Comunitário na Comunidade de Lagoa dos Índios.</p> <p>Ação de Cidadania e Lazer, Educação – Emissão de Carteiras de Identidade, de Trabalho; Palestras Educativas; Atendimento Odontológico; Cabeleireiros.</p> <p>Revitalização dos Painéis Solares (Saúde e Escola) na Comunidade Quilombola de Cunani.</p> <p>Levantamento do número de Comunidades Quilombola para ampliação e instalação de Energia nos municípios de Mazagão e Lagoa dos Índios.</p> <p>Apoio ao Projeto de Oficina de Ordenamento das Potencialidades das Comunidades Quilombolas; Elaboração de Projetos e Prestação de Contas.</p> |

| <u>ÓRGÃO</u> | <u>Ação</u> |
|---|---|
| <p>Seppir</p> <p>Ministério o Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS</p> <p>SENAES</p> <p>SEPPIR</p> <p>Ministério do Desenvolvimento Agrário</p> | <p>Capacitação de lideranças quilombolas em economia solidária.</p> |
| <p>Seppir</p> | <p>Assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre Seppir, Eletronorte, Seap, Governo do Estado e Prefeitura de Macapá, com objetivo de implementar Políticas Públicas para População Negra com ênfase em Comunidades Quilombolas.</p> <p>Instalação do Comitê Estadual Brasil Quilombola, formado por 32 órgãos governamentais e representações de lideranças das comunidades quilombolas.</p> <p>Apoio ao Projeto de Oficina de Ordenamento das Potencialidades das Comunidades Quilombolas; Elaboração de Projetos, Prestação de Contas.</p> <p>Apresentação de 27 projetos de Sustentabilidade.</p> <p>Estímulo à formação do Fórum de Organizações Negras Rurais e Urbanas do Estado do Amapá.</p> |
| <u>GOIÁS</u> | |
| <p>Superintendência Regional do Incra / MDA</p> | <p>Inauguração do Escritório Regional do INCRA, no município de Cavalcante.</p> |
| <p>Funasa</p> <p>Cerof (Centro de Oftalmologia do Hospital das Clinicas de Goiás)</p> | <p>Capacitação de 35 agentes na "Campanha Saúde Ocular ao Alcance de todos".</p> |

| ÓRGÃO | AÇÃO |
|---|---|
| Secretaria de Saúde do Estado de Goiás | Distribuição de kits para higiene bucal e ação de prevenção odontológica na comunidade Kalunga. |
| Ministério de Minas e Energia Centrais Elétricas de Goiás – Celg | Eletrificação em casas da comunidade Kalunga, beneficiando 117 famílias. |
| Ministério da Integração | Inauguração de Centro de Inclusão Digital, beneficiando 315 pessoas da Comunidade do Engenho II. |
| Ministério das Cidades | Construção de 65 unidades habitacionais, beneficiando cerca de 390 quilombolas. |
| Seppir | Criação da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial nos três municípios de Goiás: Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. |
| Seppir | Adesão dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás ao Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial. |
| Seppir | Construção do Conselho Intermunicipal Kalunga, com a participação de três representantes quilombolas de cada município. |
| Seppir | Criação da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. |
| Secretaria Especial de Políticas Para Mulheres | Entrega de uma Agroindústria de pequeno porte, beneficiando 45 famílias da comunidade do Engenho. |
| Seppir MDA MDS Senaes | Capacitação de seis agentes de etnodesenvolvimento em projetos na comunidade Kalunga. |

| <u>ÓRGÃO</u> | <u>Ação</u> |
|--|---|
| <u>MATO GROSSO DO SUL</u> | |
| Fundação Nacional de Saúde - Funasa | Construção de Kit's sanitários e rede de água nas comunidades Furnas de Boa Sorte e Furnas do Dionísio. |
| Ministério das Minas e Energia - MME | Instalação de energia elétrica nas comunidades de Furnas Boa Sorte e Furnas do Dionísio. |
| Ministério da Educação - MEC | Construção da Escola Ideal na comunidade de Furnas da Boa Sorte. |
| Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS / Programa Fome Zero | Entrega de 180 cestas alimentares nas comunidades de Furnas de Boa Sorte e Furnas do Dionísio. |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA / Incra | Abertura de processos de regularização fundiária das terras ocupadas pelas comunidades de Furnas de Boa Sorte e Furnas do Dionísio. |
| Seppir | Assinatura do Termo de Adesão ao Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial com as prefeituras de Cassilândia, Figueirão, Campo Grande e Juti. |
| <u>MINAS GERAIS</u> | |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA/Incra | Abertura de Processos de regularização fundiária referente à titulação das terras dos quilombos do Estado. |
| Ministério das Minas e Energia - MME | Atendimento a 650 famílias, com o Programa Luz Para Todos, com previsão de atendimento até o final de 2006. |
| Ministério do Trabalho e Emprego - MTE | Implementação de Projeto de Etnodesenvolvimento Econômico Solidário das Comunidades Quilombolas, contemplando comunidades do quilombo Gurutuba, executado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária. |

| ÓRGÃO | Ação |
|--|---|
| <p>Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome - MDS</p> | <p>Inclusão de 500 famílias do Quilombo Gurutuba no Programa Bolsa Família.</p> <p>Distribuição diária de pão e leite para gestantes, idosos e crianças, no município de Minas Novas com o Programa Leite pela Vida.</p> |
| <p>Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH</p> | <p>Realização do Projeto Balcão de Direitos, em Gurutuba</p> |
| <p>Ministério do Meio Ambiente - MMA</p> | <p>Implementação do GESTAR - Projeto de Gestão Ambiental Rural - da SDS/MMA, na Serra Geral, abrangendo o quilombo Gurutuba e agricultores da região.</p> |
| <p>Ministério da Saúde - MS</p> | <p>Inclusão dos municípios do quilombo de Gurutuba no Programa Saúde da Família.</p> <p>Acesso aos recursos ampliados do Programa Saúde da Família, beneficiando 127 , no município Minas Novas.</p> <p>Acesso aos recursos ampliados do Programa Saúde da Família, beneficiando 523 quilombolas, no município de Chapada do Norte.</p> |
| <p>Seppir</p> | <p>Coordenação geral das ações governamentais nas comunidades quilombolas do Estado de Minas Gerais, a partir da mobilização dos órgãos e gestores públicos Federais, Estaduais e Municipais.</p> <p>Capacitação de lideranças quilombolas no Controle Social das Políticas Públicas destinadas às comunidades quilombolas, incentivando a participação social destas lideranças poder público local.</p> |
| <p>Fundação Banco do Brasil - FBB</p> | <p>Realização de captação e distribuição de água potável no Quilombo Gurutuba</p> <p>Implantação do Programa BB Educar na comunidade Gurutuba, com a conclusão do primeiro curso de alfabetização prevista para janeiro de 2006.</p> |
| <p>Ministério do Esporte - ME</p> | <p>Construção de 01 ginásio poli-esportivo, com recursos do Programa Solidário, no município de Minas Novas.</p> |

| ÓRGÃO | Ação |
|--|---|
| <u>PERNAMBUCO</u> | |
| <p>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS</p> | <p>Implantação Centro de Referência Assistência Social, no Município de Bezerros, atendendo as comunidades Quilombolas de Angico; Izabel e Macacos, beneficiando duzentas famílias.</p> <p>Implementação do Programa Bolsa-Família, nas comunidades Kaluete, Castainho, Estivas, Estrela e Timbó.</p> <p>Distribuição de cestas alimentares nos municípios de Capoeiras, Salgueiro, Itacuruba, Bezerros, São Bento do Uma, Brejão, Agrestina, Bom Conselho e Garanhuns, beneficiando as comunidades Imbé, Negros do Jilu, Conceição das Crioulas, Guaribas, Serrote do Gado Bravo, Sítio Caldeirãozinho, Curiquinha dos Negros, Contendas, Pé de Serra, Angico, Castainho, Estrela, Timbó, Kaluete, totalizando 2.478 famílias beneficiadas.</p> <p>Implementação do Programa PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, nas Comunidades de Castainho, Timbó, Estrela, Capoeira e Estivas, beneficiando 380 crianças.</p> |
| <p>Seppir Fundação Roberto Marinho Instituto Multiplicar</p> | <p>Instalação de cinco telessalas nas comunidades de Castainho, Estrela, Timbó e Kaluete, no município de Garanhuns.</p> <p>Capacitação de 05 professores para coordenar a implementação das telessalas nas comunidades.</p> |

| ÓRGÃO | Ação |
|---|---|
| <u>PIAUI</u> | |
| <p>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS/FAO</p> | <p>Implementação de Centros de Referência de Assistência Social – CRAS nos Municípios de Isaías Coelho; Redenção do Gurguéia; Regeneração; Valença do Piauí. Contemplando universo de 800 famílias.</p> <p>Distribuição de Cestas alimentares para os municípios de Assunção, São João da Varjota, Queimada Nova, Altos, Paquetá e São José de Piauí, beneficiando as comunidades de Sítio Velho; Povoado de Paquetá; Sumidouro; Tapuio; Quilombos; Custaneira e Saco da Várzea, beneficiando 603 famílias quilombolas.</p> <p>Implementação de Projeto de criação de Galinha Caipira na Comunidade de Tanque de Cima/Município de Acauã.</p> <p>Construção de Cisternas nos municípios de Acauã, Curral Novo, Caridade, Queimadas Novas, contemplando as comunidades quilombolas de Sumidouro, Tapuio, Maria e Catitu.</p> |
| <p>Seppir Petrobras Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS</p> | <p>Celebração de Convênio com as Associações Quilombolas de Tapuio e Sumidouro, no município de Queimada Nova, por meio do Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Geração de Trabalho e Renda.</p> |
| <p>Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS</p> | <p>Construção de Poço Artesiano nas comunidades de Sumidouro e Tapuio, no município de Queimada Nova.</p> |
| <p>EMATER</p> | <p>Implementação de Cursos de Capacitação para ovinocultura; alimentação alternativa; formação de unidades demonstrativas de ovinos; roça orgânica; remédios caseiros; associativismo; capoeira e material de limpeza; atendendo às comunidades quilombolas de Tanque de Cima, Escondido, Angical, Angical de Baixo, São Martins, Chupeiro, Baixão, Garapa, Caititu, Chapada, Encanto, Maria Pitombeira, Sumidouro e Tapuio.</p> |

| <u>ÓRGÃO</u> | <u>Ação</u> |
|---|---|
| Fundação Cultural Palmares | Certificação de 03 comunidades quilombolas. Construção de 04 casas de farinha nas comunidades quilombolas de Sítio Velho, Potes, Tapuio e Sumidouro. |
| MCidades | Construção de casas nas comunidades quilombolas de Sítio Velho; Assunção do Piauí; Macacos e São Miguel do Tapuio, beneficiando 184 famílias. |
| MME / Chesf Comitê Luz para Todos | Implementação do Programa Luz Para Todos, priorizando 26 comunidades e conclusão em uma comunidade quilombola. |
| Seppir MDA MDS Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDA Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS SENAES. | Capacitação de em Economia Solidária para lideranças quilombolas do estado. |
| <u>RIO DE JANEIRO</u> | |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/ Incrá, Ministério do Meio Ambiente e Fundação Nacional de Saúde - Funasa. | Implementação de um Comitê Executivo para Projetos Especiais com o objetivo de operacionalizar, executar e monitorar as ações conjuntas, destinadas às comunidades quilombolas do Estado, conforme Portaria Conjunta numero 01, datada de 30 de setembro de 2004. |

| ÓRGÃO | Ação |
|--|---|
| <p>Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura – FCP/MinC</p> <p>Seppir</p> <p>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS</p> | <p>Implementação de Projetos Estruturantes: 01 cultivador, 01 arado e 01 carreta para a comunidade de Santana e 02 barcos de 7m, com sua constituição em alumínio, destinados às comunidades Rasa e Marambaia, nos municípios de Búzios e Mangaratiba, respectivamente.</p> |
| <p>Ministério da Educação - MEC/ Programa Brasil Alfabetizado</p> | <p>Firmado acordo entre a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - Firjan e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/MEC, promover a capacitação de professores para a efetiva implementação da Lei 10639.</p> |
| <p><u>SÃO PAULO</u></p> | |
| <p>Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA / INCRA</p> | <p>Tramitação de 15 processos de regularização fundiária, beneficiando cerca de 500 famílias.</p> |
| <p>Ministério das Minas e Energia - MME</p> | <p>Implementação do Programa Luz Para Todos, beneficiando 78 (setenta e oito) famílias, nos municípios de Eldorado, Iporanga e Ubatuba.</p> |
| <p>Petrobrás</p> | <p>Convênio no valor de R\$ 415.973,04 - Projeto de beneficiamento da banana e do desenvolvimento do turismo, na comunidade de Ivaporunduva.</p> |
| <p>Petrobrás UNICAMP</p> | <p>Implementação de projeto de beneficiamento da banana, beneficiando as comunidades de Nhunguara e Sapatú.</p> |
| <p>Ministério das Cidades - MCidades</p> | <p>Projetos de construção de 60 casas nas comunidades quilombolas no município de Eldorado.</p> |
| <p>Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH</p> | <p>Ação de Registro Civil atendendo e beneficiando 80 pessoas.</p> |

| ÓRGÃO | Ação |
|---|--|
| Inkra, Ibama, Funasa. | Articulação para inclusão, no âmbito do Comitê Executivo para Projetos Especiais (Portaria Conjunta nº 01, de 30 de setembro de 2004) de Projetos que beneficiem as comunidades quilombolas do Estado. |
| Fundação Cultural Palmares Seppir Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome - MDS | Políticas Estruturantes - 70 máquinas de costura para montagem de confecção, nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. |
| Ministério das Comunicações | Instalação de dois orelhões, na comunidade de Ivaporunduva; implementação de um Centro de Inclusão Digital, com a instalação de 10 computadores, beneficiando 225 quilombolas. |

ANEXO 9**COMUNIDADES QUILOMBOLAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR**

| | | |
|----|----|-------------------------|
| 1 | AL | Arapiraca |
| 2 | BA | Senhor do Bomfim |
| 3 | BA | Muquém do São Francisco |
| 4 | BA | Campo Formoso |
| 5 | BA | Bom Jesus da Lapa |
| 6 | BA | Sítio do Mato |
| 7 | BA | Malhada das Pedras |
| 8 | BA | Garinhanha |
| 9 | BA | Cipó |
| 10 | BA | Maragogipe |
| 11 | GO | Cavalcante |
| 12 | GO | Terezina de Goiás |
| 13 | GO | Monte Alegre de Goiás |
| 14 | GO | Mesquita |
| 15 | MA | Bacabal |
| 16 | MA | Alcântara |
| 17 | MA | Itapecuru |
| 18 | MA | Mirinzal |
| 19 | MG | Diamantina |

| | | |
|----|----|-----------------------------|
| 20 | MG | Serro |
| 21 | MG | Janauba |
| 22 | MS | Corguinho |
| 23 | MS | Jaraguari |
| 24 | MT | Nossa Senhora do Livramento |
| 25 | PA | Oriximiná |
| 26 | PA | Santarém |
| 27 | PA | Cametá |
| 28 | PA | Óbidos |
| 29 | PB | Alagoa Grande |
| 30 | PE | Garanhuns |
| 31 | PE | Salgueiro |
| 32 | PE | São Bento do Una |
| 33 | PE | Bezerros |
| 34 | PI | Oeiras |
| 35 | PI | Simplício Mendes |
| 36 | PI | São Miguel dos Tapuios |
| 37 | PI | Amarante |
| 38 | PR | Pinhão |
| 39 | RJ | Quatis |
| 40 | RO | Costa Marques |

| | | |
|----|----|---------------|
| 41 | RS | Gravataí |
| 42 | RS | Osório |
| 43 | RS | Restinga Seca |
| 44 | SP | Ivoporanduva |
| 45 | SP | Eldorado |
| 46 | SP | Sorocaba |

ANEXO 10**MUNICÍPIOS SELECIONADOS PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS E MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS**

| <u>No.</u> | <u>UF</u> | <u>MUNICÍPIO</u> | <u>COMUNIDADE</u> |
|------------|-----------|-------------------------------------|--|
| 1 | AP | Macapá | Curiau |
| 2 | BA | Bom Jesus da Lapa | Rio das Rãs |
| 3 | BA | Rio de Contas | Barra Bananal Riacho das Pedras |
| 4 | BA | Sítio do Mato | Mangal Barro Vermelho |
| 5 | GO | Monte Alegre, Teresina e Cavalcante | Kalunga |
| 6 | MA | Codó | Santo Antônio dos Pretos Eira dos Coqueiros Mocorongo |
| 7 | MG | Leme do Prado | Porto Coris |
| 8 | MS | Corguinho | Furnas da Boa Sorte |
| 9 | MS | Jaraguari | Furnas do Dionísio |
| 10 | MT | Nossa Senhora do Livramento | Mata Cavalo |
| 11 | PA | Abaetetuba | Nossa Senhora do Bom Remédio Alto e Baixo Itacuruçu Campopema Jenepauba Acaraqui Ig. S. João Arapapu Tauaré-Açu |

| <u>No.</u> | <u>UF</u> | <u>MUNICÍPIO</u> | <u>COMUNIDADE</u> |
|------------|-----------|-------------------|---|
| 12 | PA | Alenquer | Pacoval |
| 13 | PA | Ananindeua | Abacatal |
| 14 | PA | Cachoeira do Pirá | Itamaori |
| 15 | PA | Baião | Bailique Beira Bailique Centro Poção e São Bernardo |
| 16 | PA | Cahoeira do Piriá | Camiranga |
| 17 | PA | Gurupá | Gurupá Mirim Jocojó Flexinha Carrezado Camutá do Ipixuna Bacá do Ipixuna Alto Ipixuna Alto Pucuruí Comunidade Maria Ribeira |
| 18 | PA | Mojú | África Larangituba |
| 19 | PA | Óbidos | São José Matá Cuece Apui Silêncio Castanhaduba |

| <u>No.</u> | <u>UF</u> | <u>MUNICÍPIO</u> | <u>COMUNIDADE</u> |
|------------|-----------|------------------|---|
| 20 | PA | Oriximiná | Água Fria Bacabal Aracuam de Baixo Serrinha Terra Preta II Jarauacá Pancada Araçá Espírito Santo Juarí Boa Vista do Cuminã Varre Vento Jarauacá Acapú Boa Vista |
| 21 | PE | Garanhuns | Castainho |
| 22 | PE | Salgueiro | Conceição da Crioulas |
| 23 | RJ | Paraty | Campinho da Independência |
| 24 | RJ | Quatis | Santana |
| 25 | SP | Eldorado | Ivaporanduva São Pedro |
| 26 | SP | Iporanga | Maria Rosa Pilões |
| 27 | SE | Porto da Folha | Mocambo |

ANEXO 11

UNIVERSIDADES QUE DESENVOLVEM PROGRAMAS DE RESERVAS DE VAGAS PARA NEGROS E INDÍGENAS

NORTE

Universidade Estadual do Amazonas – UEA

Universidade Federal do Pará – UFPA

Universidade Federal do Tocantins – UFT

NORDESTE

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Universidade Estadual da Bahia – UNEB

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Universidade de Pernambuco – UPE

SUL

Universidade Estadual de Londrina - UEL

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

SUDESTE

Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG

Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Centro Universitário da Zona Oeste – UEZO/RJ

Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

Fundação Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF

Universidade Federal de São Paulo – Unifesp

CENTRO-OESTE

Universidade de Brasília - UNB

Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCS/DF

Universidade Estadual de Goiás – UEG

Universidade Estadual do Mato Grosso – Unemat

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS